obs
PESQUISAS

Democratização Cultural e Formação de Públicos: Inquérito aos "Serviços Educativos" em Portugal

Rui Telmo Gomes
Vanda Lourenço

oac
Observatório das Actividades Culturais

Observatório das Actividades Culturais

obs
PESQUISAS

[últimos números]

10 *Público(s) do Teatro Nacional S. João*
Maria de Lourdes Lima dos Santos (coordenação)
João Sedas Nunes (responsável executivo), Sofia Alexandra Cruz e Vanda Lourenço

11 *Públicos do Porto 2001*
Maria de Lourdes Lima dos Santos (coordenação)
Rui Telmo Gomes e José Soares Neves (responsáveis executivos)
Maria João Lima, Vanda Lourenço, Teresa Duarte Martinho
e Jorge Alves dos Santos

12 *Políticas Culturais e Descentralização.*
Impactos do Programa Difusão das Artes do Espectáculo
Maria de Lourdes Lima dos Santos (coordenação)
Rui Telmo Gomes e José Soares Neves (responsáveis executivos)
Maria João Lima, Vanda Lourenço, Teresa Duarte Martinho
e Jorge Alves dos Santos
Marta Araújo, Sara Duarte, Tânia Leão, Joana Saldanha Nunes e Rita Rosado

13 *Cartografia Cultural do Concelho de Cascais*
Maria de Lourdes Lima dos Santos (coordenação)
Maria João Lima e José Soares Neves

14 *Trabalho e Qualificação nas Actividades Culturais. Um Panorama em Vários Domínios*
Rui Telmo Gomes e Teresa Duarte Martinho

15 *Democratização Cultural e Formação de Públicos:*
Inquérito aos "Serviços Educativos" em Portugal
Rui Telmo Gomes e Vanda Lourenço

Democratização Cultural e Formação de Públicos: Inquérito aos "Serviços Educativos" em Portugal

Rui Telmo Gomes
Vanda Lourenço

Joana Crisóstomo
[Colaboração]

oac
Observatório das Actividades Culturais

obs
PESQUISAS

Director
José Machado Pais

Título
Democratização Cultural e Formação de Públicos:
Inquérito aos "Serviços Educativos" em Portugal

Autores
Rui Telmo Gomes e Vanda Lourenço

Edição
Observatório das Actividades Culturais
Av. Conselheiro Fernando de Sousa, 21A 1070-072 LISBOA – PORTUGAL
Tel.: 213 219 860 – Fax: 213 429 697
E-mail: oac@oac.pt • www.oac.pt

Coordenação editorial
José Soares Neves

Capa e paginação
Carlos Vieira Reis

Data de edição
Setembro de 2009

ÍNDICE

APRESENTAÇÃO 7

1. DEMOCRATIZAÇÃO CULTURAL: UM CONCEITO, DIFERENTES SENTIDOS 11
   1.1. Reequacionamento das abordagens da "Democratização Cultural" 11
   1.2. Metodologia 22

2. POLÍTICAS PÚBLICAS 25
   2.1. Democratização cultural e formação de públicos nos programas políticos 26
   2.2. Instrumentos de intervenção política e administrativa 51

3. PRÁTICAS E CONSUMOS CULTURAIS EM PORTUGAL 79

4. INQUÉRITO ÀS ACTIVIDADES PEDAGÓGICAS/FORMATIVAS DOS EQUIPAMENTOS CULTURAIS 91
   4.1. Caracterização institucional 95
   4.2. Caracterização das equipas 105
   4.3. Caracterização das actividades e respectivos públicos 116
   4.4. Organização das actividades pedagógicas formativas 142

5. AS ACTIVIDADES PEDAGÓGICAS/FORMATIVAS – CASOS ILUSTRATIVOS 159
   5.1. Percursos 160
   5.2. Qualificações e competências 166
   5.3. Actividades 172

CONCLUSÃO 177

BIBLIOGRAFIA 181

ANEXO A 191

ANEXO B 207

APRESENTAÇÃO

O presente livro tem por ponto de partida o projecto *A Cultura em Portugal: Diagnóstico e Prospecção*, o qual privilegiou as problemáticas do *emprego e exercício profissional no sector da cultura* e a *democratização cultural e formação de públicos*, constituindo dois distintos módulos de trabalho. A análise desenvolvida no segundo módulo é a que agora se publica, com o título *Democratização Cultural e Formação de Públicos: Inquérito aos "Serviços Educativos" em Portugal*.

A Cultura em Portugal: *Diagnóstico e Prospecção* constitui uma releitura e actualização do estudo *Políticas Culturais em Portugal*, relativo ao período de 1985 a 1995, realizado pelo Observatório das Actividades Culturais e editado em 1998. Esse estudo foi elaborado no quadro do Programa do Conselho da Europa "Avaliação das Políticas Culturais Nacionais", que apresentava como objectivos: reunir informação sobre os diferentes sectores da política cultural dos vários países; desenvolver o conhecimento dos problemas e resultados dessas políticas; estabelecer uma metodologia comum para a análise e avaliação da política cultural; contribuir para novas iniciativas no domínio da cooperação cultural. Em termos de linhas de orientação, eram privilegiadas como temáticas a desenvolver pelos relatórios nacionais: a promoção da criatividade; a descentralização cultural; o alargamento da participação na vida cultural. Finalmente, era preconizada uma metodologia de avaliação assente em três eixos: identificação dos objectivos das políticas culturais; análise dos meios para os atingir; estudo dos resultados obtidos.

O estudo foi um dos primeiros levados a cabo no Observatório das Actividades Culturais e significou um trabalho de avaliação inédito à época em termos de uma perspectiva panorâmica sobre política cultural, quanto a sectores de actividade e problemáticas consideradas. Para além do enquadramento histórico e político da realidade cultural portuguesa, o Relatório final da avaliação apresentava-se precisamente segundo aquelas duas dimensões: uma parte do Relatório compunha-se de um conjunto de capítulos sectoriais específicos de acordo com a tipologia da UNESCO adoptada pelo Conselho da Europa (contemplando: Artes Plásticas; Música; Dança; Teatro; Cinema, televisão e rádio; Livro, publicações e bibliotecas; Património, museus e arquivos; Actividades sócio-culturais); uma outra parte focava um conjunto de problemáticas transversais (Estado, mercado e sociedade civil; Formação e profissionalização; Públicos e recepção cultural; Intermediação cultural, *marketing* e publicidade; Indústrias culturais, *media* e novas tecnologias; Descentralização, participação e diversidade cultural; Internacionalização e cooperação).

Um outro estudo realizado no Observatório mais recentemente, *Contribuições para a Formulação de Políticas Públicas no Horizonte 2013 Relativas ao Tema "Cultura, Identidades e Património"* (2005), visou também uma análise panorâmica do domínio da cultura, desta feita com o propósito de identificar linhas possíveis de investimento prioritário de fundos comunitários previstos para o Quadro Nacional de Referência Estratégica (2007-2013). Embora o enfoque de análise e a metodologia seguida fossem diferentes do anterior, há alguns pontos comuns a destacar.

Do ponto de vista da pesquisa sobre política cultural, este segundo estudo possibilitou a actualização e sistematização de um conjunto de indicadores estatísticos e o diagnóstico das principais tendências de evolução do sector. Em geral, observa-se o seu claro crescimento quando comparado com a década anterior, ainda que sujeito a oscilações conjunturais (nomeadamente as decorrentes da recessão económica do início dos anos 2000) e a debilidades institucionais e

reguladoras associadas ao próprio crescimento do sector (por exemplo, a crescente desregulação dos mercados de trabalho).

Em segundo lugar, apesar da diferença de propósitos dos dois estudos, as orientações estratégicas enunciadas como conclusão prospectiva do Relatório sobre o *Horizonte 2013* fazem eco das problemáticas antes abordadas no estudo sobre *As Políticas Culturais em Portugal*: a criatividade inscrita no sector cultural como factor de competitividade económica do país; novos modelos de planeamento e desenvolvimento territorial, com destaque para a requalificação urbana e a revitalização rural ligadas às actividades culturais e aos recursos patrimoniais; a democratização do acesso à cultura e a cultura enquanto forma de participação e expressão da população.

A coincidência temática entre os dois estudos não é casual. Pelo contrário, corresponde ao lugar central que têm ocupado, na evolução do sector cultural ao longo das últimas décadas em diferentes países europeus – e em Portugal de modo particular – os três temas referidos: cultura, emprego e economia; cultura e território; participação cultural.

É em torno de um destes temas que se centra o presente estudo. Não tem evidentemente o mesmo enquadramento – não se situa no âmbito de programas definidos a nível europeu nem está directamente implicado em processos de intervenção política. Decorre daqui uma maior delimitação do objecto de estudo, privilegiando sobretudo a problemática da *democratização cultural e formação de públicos*.

As questões de análise referentes à dimensão territorial da cultura e à descentralização cultural são focadas em articulação com essa problemática. Nesse sentido, a descentralização é focada como eixo de democratização cultural nos programas políticos e regulamentação normativa ao longo das últimas décadas e é referido também o papel das autarquias (mas não só) na recente vaga de serviços educativos criados em equipamentos culturais. Quer isto dizer que é atribuída especial atenção ao papel desempenhado pelos municípios no plano territorial da política cultural e como agentes de descentralização.

Foi igualmente adoptado como princípio metodológico a sequência analítica de objectivos, meios e resultados. É realizada uma abordagem aos programas partidários, governativos e legislação aplicável a cada uma das problemáticas, no sentido de averiguar a elaboração das respectivas agendas políticas durante as décadas mais recentes. Programas e projectos de intervenção política, bem como os resultados atingidos, são também apresentados, ainda que sujeitos à informação (designadamente estatística) disponível. Neste aspecto, e assinalando a actualidade das problemáticas focadas, foi feito o acompanhamento do processo de reflexão presentemente em curso ao nível da definição de políticas culturais, designadamente para o debate sobre educação artística e cultural sob a égide da UNESCO.

Nos dois capítulos iniciais são abordadas as várias formulações do conceito de "democratização cultural" e as suas traduções em quadros normativos e medidas de política cultural. Faz-se ainda, no terceiro capítulo, um retrato estatístico da evolução da procura cultural em Portugal, antes de ser apresentada, no quarto capítulo, a principal componente empírica deste estudo – o inquérito às actividades pedagógicas e formativas dos equipamentos culturais. A sua extensão (cerca de 200 respostas obtidas) e carácter inédito permitem uma caracterização exaustiva e detalhada de uma função das instituições culturais que tem assumido recentemente grande relevância, embora ainda pouco descrita em estudos específicos. Um derradeiro capítulo propõe uma abordagem mais qualitativa tomando como casos ilustrativos um número reduzido de serviços educativos e os seus modos de funcionamento.

1. DEMOCRATIZAÇÃO CULTURAL: UM CONCEITO, DIFERENTES SENTIDOS

1.1. REEQUACIONAMENTO DAS ABORDAGENS DA "DEMOCRATIZAÇÃO CULTURAL"

A *democratização cultural* – objectivo fundado no aumento e descentralização da oferta e na ampliação do número e perfil social dos praticantes culturais – tem constituído um importante desígnio, com maior ou menor destaque, nos programas políticos dos sucessivos governos constitucionais face à sua importância como factor de desenvolvimento, cidadania e coesão social. Actualmente é-lhe atribuída uma crescente visibilidade, ancorada em estratégias de alargamento e de criação de novos públicos para a cultura.

Em Portugal, este destaque não poderá dissociar-se da centralidade que a criação/recuperação de infra-estruturas culturais teve, num passado ainda muito recente, no conjunto dos investimentos públicos nacionais e locais, e, por outro lado, da verificação, em alguns casos, de reduzidas audiências para as actividades culturais propostas nos novos equipamentos (Santos e Gomes, 2005).

Com efeito, alguns dos investimentos efectuados não se fizeram acompanhar de outros igualmente indispensáveis para a valorização e mobilização das dinâmicas culturais locais, capazes de incentivar a participação de populações menos familiarizadas com as artes e a cultura. Em muitas cidades e concelhos onde se realizaram importantes investimentos infraestruturais não existe ainda um retorno equilibrado relativamente à procura de bens e serviços aí gerados.

Para além do desequilíbrio entre a oferta e a procura culturais – mais visível em determinadas regiões do país e para certos domínios artísticos –, é igualmente perceptível a influência de determinados factores sociais na constituição dos consumidores/praticantes culturais. De acordo com alguns estudos realizados na última década – designadamente os inquéritos a práticas culturais de populações específicas e os estudos de públicos de eventos e equipamentos culturais – é manifesta a selectividade social dos praticantes, associada a elevados níveis de qualificação escolar e profissional[1].

A este propósito convém recordar alguns aspectos da experiência francesa, dada a longevidade das suas políticas no sector da cultura, e dos intuitos depositados no desígnio de democratização cultural. Ao fazer-se um balanço das intervenções políticas francesas das últimas quatro décadas, podem assinalar-se resultados que, à partida, parecem contraditórios. Se por um lado se assistiu a uma transformação globalmente positiva do sector, designadamente no alargamento, diversificação e qualificação da oferta cultural, alguns estudos realizados evidenciam a permanência da descriminação social no acesso à cultura.

Uma comparação entre os resultados dos inquéritos às práticas culturais dos franceses – realizados regularmente desde o início dos anos 70 e o fim dos anos 90 –, permite verificar que a frequência dos equipamentos culturais aumentou globalmente. Porém, não obstante o aumento do peso absoluto dos frequentadores, os resultados revelam que não se verificam transformações sociais significativas, à escala da população francesa, relativamente aos segmentos mais empenhados na vida cultural (quadros superiores e profissões intelectuais e científicas).

A permanência deste cenário ao longo de várias décadas de políticas culturais apostadas na democratização cultural, e de progressivas transformações no campo cultural e artístico, obrigam

---

1 Ver mais adiante no Capítulo 3 (notas 66 e 68) alguns dos estudos onde esta questão é abordada.

necessariamente a reequacionar os objectivos e os sentidos inerentes a este desígnio.

Uma das primeiras inferências do impacto das políticas apostadas na democratização através do aumento e descentralização da oferta cultural – nomeadamente a que se traduz na construção, requalificação e apetrechamento de espaços culturais – é o facto destas não gerarem automaticamente um alargamento social dos públicos.

Esta ilusão estará relacionada, no entender de Olivier Donnat (2001), com alguma ambiguidade na utilização do conceito de democratização cultural e especialmente do termo "acesso", usado para abarcar objectivos que, além de muitos distintos, podem mesmo ser contraditórios.

A amplitude polissémica do termo implica que, a propósito da democratização se definam objectivos associados à oferta cultural (tais como a acessibilidade a equipamentos culturais através, por exemplo, da sua descentralização ou a facilitação do acesso através do estabelecimento de tarifários razoáveis, etc.) e outros, mais ambiciosos, relativos ao alargamento social de públicos. Com efeito, a concretização dos primeiros não é garante para a concretização dos segundos. Mesmo o propósito vasto de "alargar" os públicos da cultura pode implicar uma série de objectivos diferenciados que, longe de serem complementares, podem ser portadores de tensões se englobados num plano comum. Na verdade, a necessidade de "aumentar o número de públicos", "criar novos públicos" ou "fidelizar públicos", implica a definição de estratégias muito diferenciadas de planificação e dinamização de actividades. Neste sentido, um dos contributos para a análise das políticas de democratização cultural será a clarificação dos objectivos ou intuitos subjacentes a este desígnio.

Uma segunda inferência que igualmente remete para a necessidade de reequacionar o sentido das políticas de democratização cultural – não só na sociedade francesa, mas de uma forma global nas sociedades contemporâneas ocidentais – traduz-se na forte diversificação nos modos de acesso e de apropriação da arte e da cultura.

As transformações no campo do audiovisual, multimédia e suportes digitais, alteraram drasticamente o conceito de "visita cultural" e a relação que os indivíduos estabelecem com os bens artísticos. O acesso virtual aos "lugares da cultura", através de suportes tecnológicos, favorece a emergência de novas formas de recepção e mostra que o encontro com as obras da arte não está reservado a um tempo e a um espaço particulares.

Refira-se também, entre as alterações evidenciadas no sector cultural, o crescente alargamento das expressões culturais e artísticas "legítimas", sobretudo através do cruzamento multidisciplinar das diferentes manifestações das artes e da diversificação dos modos de estabelecer uma relação com a cultura, designadamente através da participação cultural.

A crescente diversidade de expressões artísticas, de modos de acesso à cultura e de formas de relação e de recepção dos bens culturais, reclama um olhar renovado sobre as formas de intervenção no âmbito das políticas culturais e sobre o conceito de democratização cultural.

Entre essas novas formas de repensar as políticas culturais que visam a democratização da cultura, as que apontam para a *formação de públicos* ganham uma notoriedade acrescida e dão a este domínio um estatuto de "campo de intervenção emergente".

No caso português, se numa primeira fase de investimentos públicos, a criação de uma rede alargada de infra-estruturas se definiu como objectivo político prioritário, a tendência é para este progressivamente dar lugar a investimentos direccionados tanto para a promoção de uma oferta cultural qualificada – apostando na contratação de técnicos com competências especializadas e no desenvolvimento de uma programação cultural regular – como para a dinamização de acções que visam a *formação de novos públicos para a cultura*.

As políticas nacionais para a democratização cultural e, particularmente, as que visam a formação de públicos, têm-se orientado fundamentalmente seguindo três vias: i) o incentivo à criação e requalificação de serviços educativos nos equipamentos culturais; ii) o estímulo ao desenvolvimento de actividades desta natureza junto

de agentes culturais e artísticos através de legislação específica; iii) as tentativas de reequacionamento da aprendizagem e do contacto com as artes nas escolas do ensino regular.

No que respeita à primeira via de intervenção pública, assinale-se, a título de exemplo, o aumento do número de museus com serviços educativos e a amplificação e diversificação das suas actividades, assim como a crescente preocupação, por parte de outros equipamentos culturais, em organizar serviços ou actividades com uma componente pedagógica/formativa (Santos e outros, 2005; Gomes, Lourenço e Martinho, 2006).

As transformações ocorridas no sector museológico – nomeadamente a sua crescente notoriedade como importante recurso educativo ao longo de todo o século XX – são paradigmáticas do relevo que a políticas focalizadas nos públicos alcançaram ao longo das últimas décadas no sector cultural. No início dos anos 70, as críticas dirigidas ao sector museológico visaram sobretudo a fraca abertura ao exterior e a quase exclusiva concentração em funções de inventariação e conservação. Com efeito, a relação do museu com as comunidades e o questionamento do exercício da sua função social constituíram o centro da crítica aos museus e motivaram movimentos de renovação da museologia. O trabalho para (e com) os públicos terá sido um dos principais "motores" para a grande mudança de paradigma operada no sector no início daquela década.

O questionamento em torno da função social dos museus foi também um estímulo ao desenvolvimento das novas teorias da educação – *lifelong learning* –, movimento de origem sobretudo anglo-saxónica do início da década de 70. A ideia subjacente a estas teorias reside no facto da função educativa dos museus não se esgotar unicamente na educação formal, estando também assente em processos de aprendizagem e conhecimento dirigidos a públicos em diferentes fases da sua vida ou que manifestem interesses diversos. Com este entendimento, a função educativa dos museus abre-se a um leque muito variado de públicos não estando confinadas exclusivamente ao segmento escolar.

A importância e o entendimento que a função educativa tem vindo progressivamente a assumir no panorama museológico português não pode dissociar-se da evolução desta mesma temática no panorama internacional. Todavia, apesar das alterações verificadas a nível internacional e da influência que estas tiveram em Portugal, a museologia portuguesa tem um percurso próprio[2]. É sobretudo durante os anos 80, a par da explosão do número de museus entretanto criados em Portugal, que os serviços educativos ganham maior expressão. Os novos museus criados são maioritariamente de iniciativa autárquica, ligados às comunidades onde têm origem, razão pela qual, de acordo com a Coordenadora da Rede Portuguesa de Museus (RPM), terão tido muito maior sensibilidade para a acção educativa através da promoção de uma proximidade com as populações locais.

A transformação progressiva no campo da educação/mediação do sector dos museus, surgirá a par da atenção depositada na qualificação dos seus recursos. A (re)construção dos próprios edifícios – através de financiamentos públicos e comunitários[3] – e a (re)qualificação das condições de conservação/inventariação e de conforto dos museus, terão sido as primeiras transformações verificadas no sector. Também o aparecimento de cursos de formação e especialização em museologia durante os anos 90 permitiu dar início a um processo de qualificação dos técnicos com reflexos expressivos na área da educação.

A evolução do panorama museológico português tem beneficiado de um conjunto de factores que convergem para que as preocupações relativas aos públicos adquiram, sobretudo a partir do início do

---

2 No caso dos museus portugueses, já durante os anos 50 se podem identificar acções específicas que evidenciam e sublinham a função educativa dos museus. O Museu Nacional de Arte Antiga (MNAA) terá sido um dos primeiros museus a desenvolver actividades pedagógicas e formativas dado o interesse demonstrado por alguns dos seus responsáveis. Refira-se designadamente João Couto e, mais tarde, Madalena Cabral – ambos tiveram um papel determinante na centralidade que progressivamente as actividades pedagógicas e formativas foram assumindo na programação do Museu.

3 Refira-se que entre as principais despesas da Administração central e local com a cultura, figuram as despesas com o Património.

século XXI, maior evidência e uma importância crescente. Nos últimos cinco anos, este trabalho "ganha uma nova visibilidade junto dos meios de comunicação social e dos públicos"[4]. Uma das razões estará certamente relacionada com as exigências da comunicação/mediação para que os museus estão agora muito mais despertos. A produção e edição de publicações, de materiais didácticos e multimédia e o maior empenho e investimento na divulgação das actividades têm vindo a ganhar muito mais expressão e reconhecimento junto dos públicos. As acções educativas nos museus têm como enquadramento, políticas museológicas que, actualmente, dão muito maior atenção à importância dos serviços educativos nas suas estruturas orgânicas, assim como à dinamização de actividades para segmentos de públicos muito diferenciados.

A segunda via atrás apontada para uma intervenção política que visa a formação de públicos é a relativa à definição de legislação específica. O anterior quadro normativo para a regulamentação dos apoios do Estado ao sector da cultura[5] terá conduzido, de certa forma, ao aumento do número de actividades formativas em estruturas privadas, ao reforçar a sua promoção nos objectivos delineados e no perfil de estruturas beneficiárias bem como nos factores de ponderação na apreciação de candidaturas. Entre os objectivos figurava o incentivo à "vertente educativa das actividades artísticas e (...) a ligação ao meio escolar, fomentando o interesse das crianças e dos jovens pela cultura"[6], sendo principais beneficiárias as estruturas que detivessem "valor artístico comprovado pela qualidade e projecção das suas actividades nomeadamente no âmbito da formação de novos públicos e do acesso dos cidadãos às actividades

4 Entrevista realizada à Coordenadora da Rede Portuguesa de Museus a 1 de Fevereiro de 2007.

5 Decreto-Lei nº 272/2003, de 29 de Outubro e posterior alteração pelo Decreto-Lei nº 224/2005, de 27 de Dezembro.

6 Alínea g) do artigo 2º do Decreto-Lei nº 272/2003, de 29 de Outubro.

artísticas[7]. Quanto à apreciação de candidaturas, tinha em conta o "cumprimento de funções de utilidade social, designadamente nos domínios do ensino e da formação, da difusão, da itinerância e da formação de públicos"[8].

Paralelamente, a importância política conferida às acções no domínio da formação de públicos estimula o desenvolvimento destas actividades junto de estruturas do sector privado. A integração de uma componente pedagógica/formativa no trabalho cultural e artístico pode, inclusive, funcionar como uma via para a afirmação das actividades de grupos e companhias e, desse modo, facilitar o acesso a apoios e subsídios públicos.

O actual quadro legislativo que regulamenta os apoios do Estado ao sector da cultura altera o anterior cenário, prevendo um segmento de financiamento específico para as estruturas artísticas "cuja actividade principal seja a formação em contexto não escolar (...)[9].

Finalmente, a terceira via da intervenção pública no que respeita à formação de públicos diz respeito à articulação entre políticas educacionais e culturais com vista à reformulação do modo como as artes e a cultura são percepcionadas no ensino regular, no sentido de poderem contribuir de forma mais efectiva no desenvolvimento global dos alunos e futuros cidadãos. A "educação artística" – expressão de origem francesa de generalização recente em Portugal – funda-se prioritariamente na promoção de uma maior proximidade com as artes através do encontro com as obras, com a sua força comunicacional, com o seu impacto estético e com contextos de criação. Diz respeito, de uma forma geral, à sensibilização para os vários domínios artísticos dentro e fora dos tempos escolares.

Em Portugal, não obstante as sucessivas propostas de articulação entre os Ministérios da Educação e da Cultura com o intuito de

---

7 Alíneas a) e b) do artigo 4º do Decreto-Lei nº 272/2003, de 29 de Outubro.

8 Nº 4 do artigo 6º do Decreto-lei 272/2003, de 29 de Outubro.

9 Nº 3 dos artigos 10ª e 11º do Decreto-Lei nº 225/2006, de 13 de Novembro.

promover alterações ao modelo vigente, as intervenções avançadas apresentam ainda um carácter avulso e muito pontual. É o caso do desenvolvimento de alguns projectos e programas específicos de que mais adiante se procurará dar conta.

No caso francês, as políticas culturais têm também procurado, desde meados dos anos 80, uma aproximação mais efectiva às políticas da educação. Uma das razões terá sido, como se viu, a permanência de desigualdades sociais no acesso à cultura, mau grado as políticas de democratização empreendidas.

A articulação das políticas culturais com as da educação denota um reconhecimento da importância do sistema educativo nas tentativas de redução das desigualdades sociais no acesso à arte[10] – uma relação que, de resto, os estudos de públicos da cultura têm sucessivamente sublinhado.

Ainda no âmbito dos apoios públicos que visam a democratização da cultura, contam-se alguns projectos de natureza artística que implicam a participação de populações ou comunidades – ainda que estes apoios não constituam uma linha de intervenção específica das políticas da tutela, apresentando, por isso, um carácter avulso.

Regra geral, o desenvolvimento de projectos desta natureza está ligado à "marca distintiva" do trabalho criativo de alguns grupos e companhias artísticas do sector privado (sobretudo não lucrativo), sendo o seu trabalho esporadicamente cooptado para figurar em eventos culturais de iniciativa pública.

Algumas destas acções têm sido enquadradas no âmbito de grandes eventos nacionais, apresentando tanto objectivos associados à descentralização e democratização cultural, como, em alguns casos, uma forte componente de intervenção social junto de comunidades

---

10 Catherine Trautmann (ex-ministra da cultura de França) reforçou a necessidade de apostar num trabalho de mediação para o acompanhamento educativo das práticas culturais. "Sem este esforço de educação e de mediação, os discursos em torno da democratização são apenas teoria" (1998 [Donnat, 2003]).

desfavorecidas[11]. Uma das suas particularidades é o facto de apelarem à participação da população nos diferentes momentos da actividade artística – na criação, na produção/montagem e na apresentação de espectáculos – promovendo uma aproximação às artes e à cultura através da experiência de participação nos "modos de fazer" arte. Neste processo, desenvolvem-se habitualmente dinâmicas que visam a dessacralização da cultura, aproximando-a das populações e dos seus quotidianos.

Uma nota distintiva destes projectos artísticos refere-se ao seu potencial transformador de dinâmicas locais. Podendo produzir alterações nos modos de percepcionar a cultura e modificar práticas e consumos culturais, podem gerar outros impactos sociais significativos associados quer à qualificação das populações, quer ao desenvolvimento de economias locais.

Nesse âmbito têm surgido no contexto cultural português, algumas estruturas cuja actividade artística assume uma forte componente de intervenção social. Embora em certos casos o trabalho desenvolvido possa ter um carácter pontual, assumindo o formato de projecto, noutros é desenvolvido de forma duradoura no seio de comunidades específicas. Refira-se o *Programa Escolhas* que promove a inclusão social de crianças e jovens em contextos socioeconómicos mais vulneráveis. Através do apoio a instituições locais (Escolas, Centros de Formação, Associações, IPSS) responsáveis pela concepção, implementação e avaliação, são dinamizados projectos associados à promoção da inclusão escolar e formação profissional; e à ocupação dos tempos livres e participação comunitária, entre outros. Alguns destes projectos de intervenção social propõem-se *desenvolver actividades culturais e artísticas*, assumindo

11 Veja-se a título de exemplo o projecto artístico *Wozzeck* da responsabilidade da Birmingham Opera Company e desenvolvido pelo Serviço Educativo da Casa da Música com a população do bairro de Aldoar para o Porto 2001, Capital Europeia da Cultura (AAVV, 2002). Refira-se também o Projecto do Bando na aldeia de Querença, desenvolvido no âmbito da Faro Capital Nacional da Cultura 2005.

um papel central na integração social das populações a quem são dirigidos[12].

A partir da análise das diferentes estratégias que convergem para a formação de públicos é possível analisar tendências recentes do papel da cultura nas sociedades contemporâneas. De uma perspectiva da cultura como "ornamento" com princípios duradouros de hierarquização e reprodução simbólica e social, assiste-se paralelamente ao "uso" ou refuncionalização da cultura como importante recurso de comunicação, cidadania, desenvolvimento económico, coesão e integração social (Matarasso, 2003; Santos, 2004). Com efeito, as dinâmicas culturais actuais tendem a aproximar as duas perspectivas, apresentando estratégias de "tipo híbrido" no que respeita à formação de públicos. Isto é, convocam lógicas de uma cultura simbólica-estatutária, com outras lógicas comunicacionais e de intervenção económica e social (Santos, 2004).

Apesar do consenso sobre a necessidade de formar públicos para a cultura, este objectivo parece cruzar uma multiplicidade de estratégias e medidas diferenciadas. Nem sempre a noção de "formar públicos" é igualmente percepcionada pelos vários agentes implicados, podendo corresponder a modos distintos de comunicar e de fomentar uma relação entre as populações e os objectos da arte e da cultura.

Estas diferenças são visíveis em diversos planos, designadamente no que respeita: *aos seus objectivos*, (ora assentes em lógicas estritas de recrutamento de públicos, ora em princípios de democratização

12 Este Programa de iniciativa governamental é actualmente coordenado pelo Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural (ACIDI) e financiado pelos Ministérios do Trabalho e Segurança Social, da Educação e da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior. Começando por ser um Programa para a prevenção da criminalidade e inserção de jovens dos bairros mais problemáticos dos distritos de Lisboa, Porto e Setúbal (1ª geração do Programa Escolhas que decorreu entre 2001 e 2003), a 2ª Geração do Escolhas (2004-2006) visou a "promoção da inclusão social de crianças e jovens provindos de contextos socioeconómicos desfavorecidos e problemáticos, numa lógica de solidariedade e de justiça social". A 3ª Geração do Programa teve início no dia 1 de Dezembro de 2006 com 120 projectos distribuídos pelas diferentes regiões do país e irá decorrer até 2009.

cultural e coesão social); *à sua periodicidade* com que se desenvolvem (esporádicas ou com continuidade); *à sua configuração* (diferentes actividades para diferentes públicos alvo); *e aos seus conteúdos/métodos*, particularmente no que concerne a formas diferenciadas de comunicar com os públicos, (ora mais assentes numa lógica unívoca de transmissão de conhecimentos, ora interactiva, apelando à participação e envolvimento de públicos e de comunidades específicas).

É justamente sobre as diferentes formas de abordar a democratização cultural e, em particular, a formação de públicos para a cultura, que este estudo procura incidir, considerando as estratégias de intervenção que para ela convergem como objecto de estudo privilegiado.

1.2. METODOLOGIA

Para abordar as estratégias e dinâmicas de que se reveste em Portugal o processo de *democratização cultural* e a *formação de públicos para a cultura*, são convocadas diferentes modalidades de pesquisa que podem agrupar-se em duas partes distintas.

A primeira consiste no levantamento de materiais de cariz documental que permitam caracterizar a forma como o tema da democratização cultural foi sendo enunciado nos discursos políticos e concretizado em programas e medidas de intervenção pública. Com esse objectivo serão analisados, por um lado, os textos programáticos dos vários Governos Constitucionais (1976-2005) e os programas partidários para o sector da cultura nos últimos dez anos (1995-2005).

Serão também apresentadas as principais medidas de intervenção política e administrativa no âmbito da democratização cultural e da formação de públicos através do levantamento de legislação, de projectos e de programas específicos. A definição de quadros regulamentares, a criação de redes de equipamentos, a implementação de programas específicos, assim como as reflexões em torno da presença da arte e da cultura no ensino escolar, são algumas das questões analisadas.

Abordar-se-ão, ainda nesta primeira parte, alguns dos resultados de inquéritos a práticas culturais e de estudos de públicos da cultura realizados nas últimas décadas, procurando evidenciar as tendências da *procura cultural* em Portugal.

A segunda parte recorre a duas técnicas de trabalho. Uma consiste na realização de um inquérito por questionário às actividades pedagógicas/formativas de diferentes equipamentos culturais. Pretende-se caracterizar as dinâmicas destas actividades nos equipamentos culturais recorrendo a quatros dimensões de análise: i) perfil institucional; ii) caracterização das equipas; iii) modos de organização; iv) actividades desenvolvidas.

A realização de entrevistas a responsáveis por três equipamentos com actividades pedagógicas/formativas corresponde à segunda técnica de trabalho. Nesta pretende-se, através de exemplos substantivos, aprofundar algumas das linhas de análise entretanto evidenciadas a partir dos resultados obtidos pelo inquérito às actividades pedagógicas/formativas dos equipamentos culturais.

2. POLÍTICAS PÚBLICAS

O objectivo de democratizar a cultura assume um lugar destacado no delineamento das políticas públicas desde a instauração do regime democrático em Portugal. Embora unanimemente valorizado em todos os programas políticos dos Governos Constitucionais, este desígnio tende a assumir formulações diversas e a estipular prioridades distintas, dependendo menos das ideologias políticas vigentes e mais das conjunturas económicas e sociais da época. São sobretudo estas últimas que mais determinam, aliás, as estratégias e os meios adoptados na prossecução dos objectivos da democratização.

O presente capítulo encontra-se dividido em duas partes. Pretende-se, num primeiro momento, evidenciar os diferentes objectivos políticos associados à temática da democratização cultural – expressos tanto nos programas dos Governos Constitucionais, como nos programas dos principais partidos políticos[13] – para posteriormente destacar medidas e meios adoptados pela administrações públicas para colocar em prática os enunciados políticos sobre esta temática.

---

13 Optou-se por considerar os programas políticos desde 1995 dos partidos que actualmente têm assento na Assembleia da República.

2.1. DEMOCRATIZAÇÃO CULTURAL E FORMAÇÃO DE PÚBLICOS NOS PROGRAMAS POLÍTICOS

Da democratização da oferta à democratização da procura

As referências à importância e necessidade de *democratização da cultura* são transversais aos vários programas dos Governos Constitucionais das três últimas décadas (1976-2005) assumindo esta temática, quase invariavelmente, uma forte centralidade no discurso político para o sector. À cultura e à necessidade imperativa da sua democratização estão subjacentes valores associados ao desenvolvimento humano e à promoção da qualidade de vida de todos os cidadãos.

Não obstante o denominador comum que enquadra os textos programáticos, as estratégias e instrumentos propostos para a concretização daquele desígnio apresentam algumas diferenças expressivas. São assinaladas prioridades ou enfoques diferenciados que, podendo ser atribuídos às orientações políticas dos partidos eleitos, são obviamente resultado das conjunturas económicas, sociais e culturais da sociedade portuguesa à data da redacção dos respectivos Programas.

Começando por uma leitura global destes enunciados políticos, é visível, independentemente dos Governos que os proferem, uma mudança progressiva dos "objectos" de intervenção com vista à democratização cultural. Se até ao término dos anos 90 a importância conferida à construção e descentralização de equipamentos culturais – designadamente no que se refere à preservação do património arquitectónico e à criação de redes de equipamentos – é muito significativa, esta temática vai cedendo lugar a outras preocupações que, embora já presentes nos anteriores programas políticos, vão ganhando destaque – refiram-se, nomeadamente, as questões relativas ao alargamento social do acesso à cultura e ao aumento e qualificação de públicos. Dito de outra forma, é perceptível uma passagem de preocupações eminentemente focadas na infra-estruturação – associadas à *qualificação da cultura* – para outras aliadas à *qualificação pela cultura*, ou seja, ao desenvolvimento não só da actividade

cultural e artística mas também dos próprios cidadãos, quer enquanto praticantes efectivos, quer enquanto potenciais fruidores dos bens artísticos e culturais. Neste último aspecto é exemplar a progressiva elaboração do tema da *formação de públicos*, expresso literalmente no programa do actual Governo, mas já antes constituindo uma preocupação, designadamente no XIV, XV e XVI Governos.

O quadro nº 1 procura justamente destacar as principais temáticas associadas à democratização cultural evidenciadas nos programas dos Governos Constitucionais. Correndo o risco de simplificar em excesso os enunciados dos Governos, através do referido quadro, é possível, contudo, evidenciar duas ideias fundamentais que caracterizam, em termos globais, as principais preocupações políticas associadas à democratização cultural.

A primeira corrobora a indicação antes expressa relativamente ao predomínio de preocupações com a construção/requalificação de equipamentos culturais e, designadamente com a estruturação e funcionamento em rede destas infra-estruturas. As referências a esta questão ao longo de todo o período considerado, embora espaçadas, são sinal de uma preocupação política quase sempre presente quer nos primeiros anos do regime democrático, quer na actualidade. Nestas mesmas circunstâncias estão também as referências atribuídas à descentralização cultural, como um dos desígnios fundamentais da democratização.

A segunda ideia que o quadro destaca é precisamente o relevo entretanto adquirido pelas preocupações relativas à *democratização da procura cultural* consubstanciadas quer no aprofundamento da relação entre os ministérios da Educação e da Cultura com o objectivo de intervir nos currículos escolares, quer pela importância atribuída às actividades pedagógicas como meios para a criação/formação de novos públicos para a cultura. Os programas dos cinco últimos Governos Constitucionais expressam precisamente esta crescente preocupação.

Procurando pormenorizar algumas das evidências gerais destacadas pelo quadro, refira-se que é sobretudo no fim dos anos 80

Temáticas da "democratização cultural" nos Programas dos Governos Constitucionais

[QUADRO Nº 1]

Temáticas da Democratização Cultural				
	I	II	III	
Datas	1976-1978	1978	1978	
Construção de novos equipamentos ou qualificação/reapetrechamento dos existentes				
Criação, apoio e desenvolvimento de redes de equipamentos e apoio ao funcionamento em rede das actividades culturais e artísticas				
Difusão e democratização da cultura através dos meios de comunicação social e de novas tecnologias de informação e comunicação				
Apoio à itinerância/descentralização (cooperação e criação de parcerias a nível regional, local, designadamente com autarquias)				
Apoio à cultura popular/amadora e à animação cultural				
Criação de "passes culturais"				
Interpenetração das diferentes formas culturais: (cultura erudita, popular e de massas)				
Articulação entre Cultura e Educação (reforma do ensino artístico e integração de uma dimensão artística-cultural nos currículos do ensino regular)				
Apoio à criação de serviços educativos e desenvolvimento de actividades pedagógicas/formativas				
Alargamento, criação e formação de "novos públicos" para a cultura				

Programas Constitucionais

	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	XI	XII	XIII	XIV	XV	XVI	XVII
	1978-1979	1979-1980	1980-1981	1981	1981-1983	1983-1985	1985-1987	1987-1991	1991-1995	1995-1999	1999-2002	2002-2004	2004-2005	2005-

que os enunciados políticos relativos à infra-estruturação ganham maior consistência – se bem que as referências à necessidade de criar equipamentos diversos acompanhem quase todos os Programas. Recorde-se que é naquele período que Portugal passa a integrar a então Comunidade Económica Europeia (CEE), assistindo-se provavelmente a uma maior disponibilidade financeira do país para investimentos em infra-estruturas através do acesso a fundos comunitários. Podendo não resultar de uma correlação directa com a entrada de financiamentos comunitários, refira-se, no entanto, que só em 1987 é efectivamente instituída a Rede Nacional de Bibliotecas Públicas[14], embora as referências à necessidade de "definição de uma política unificada de bibliotecas populares e consequente reestruturação da rede existente", se tenha manifestado logo no III Governo Constitucional (1978)[15]. Também a necessidade de uma rede de recintos culturais se reafirmará a partir dos anos 80, ainda que já nos finais da década anterior, no programa do II Governo Constitucional, fosse referido o "prosseguimento da execução do projecto de criação de uma rede de centros culturais em íntima colaboração com os órgãos distritais e municipais" [16].

> No domínio do livro privilegiar-se-á a continuidade dos programas de instalação de uma rede nacional de bibliotecas municipais (…) Com o objectivo de incentivar a real descentralização e diversificação da iniciativa cultural, continuará a apoiar-se o desenvolvimento de uma rede de espaços culturais (*Programa do XI Governo Constitucional (1987-1991)*, capítulo IV, ponto 2)

> Na área cultural o Governo providenciará a existência de infra-estruturas, sempre que possível polivalentes, que sejam pólos de divulgação a nível regional e que tenham capacidade para mostrar o que de mais

14 Ver, a este propósito, no fim deste capítulo o quadro nº 3, página 48.

15 Programa do III Governo Constitucional, capítulo IV, ponto 2.6.3.2.5, alínea d).

16 Programa do II Governo Constitucional, capítulo III; ponto F); alínea 3.15.2.10.

> relevante exista na produção cultural nacional, de cariz erudito como de cariz popular, e que possam vir a constituir pontos de exibição e circulação de artistas e suas obras. (*Programa do XII Governo Constitucional (1991-1995)*, capítulo III, ponto 1)

Regista-se desde cedo uma preocupação com a promoção de uma maior proximidade entre as populações mais desfavorecidas e os diferentes bens e serviços da cultura. Esta preocupação manifesta-se, por um lado, no reconhecimento da selectividade social dos públicos da cultura e, por outro, no enunciado do tipo de acções a desenvolver, procurando uma intervenção adaptada às diferentes origens sociais da população.

> Promoção do acesso à cultura das mais amplas camadas populacionais, através da determinação e aplicação de métodos de intervenção cultural que tenham em conta a caracterização das próprias populações a que se dirigem. (*Programa do I Governo Constitucional (1976-1978)*, capítulo III, ponto F), alínea 3.4)

> A definição, a programação e a execução de uma política cultural para a sociedade portuguesa procurarão realizar objectivos de democratização cultural e da sua consequente descentralização (…) Incremento da participação cultural dos cidadãos, a todos os níveis, privilegiando as áreas geográficas e as camadas sociais mais desfavorecidas do ponto de vista do acesso aos meios e instrumentos da acção cultural (...) Promoção (...) de manifestações culturais itinerantes, possibilitando o diálogo das populações com os artistas e criadores representados. (*Programa do III Governo Constitucional (1978)*, capítulo IV, pontos 2.6.3.1.1, 2.6.3.1.5 e 2.6.3.3.4)

Para a concretização destes objectivos são mencionadas estratégias específicas de alargamento social da participação cultural através do apoio a programas de divulgação cultural nos meios de comunicação social; do prosseguimento da acção dos serviços educativos de museus e bibliotecas ou do estudo para a constituição de passes

culturais[17]. Note-se também, desde cedo, o relevo que a articulação entre a escola e o ensino artístico mereceu no início dos anos 80, no Programa do IX Governo Constitucional, como dinâmica associada à democratização. "Em cooperação com o Ministério da Educação, procurará remediar-se a carência em formação artística e educar o gosto artístico aos diversos níveis do ensino". O destaque dado à escola e ao ensino artístico foi retomado em posteriores programas visando "(...) articular e apoiar os organismos do Ministério da Educação e Cultura na promoção de integração de disciplinas de índole artística (literária, visual, musical, etc.) nos currículos escolares aos vários níveis de ensino"[18].

O aumento e a formação de novos públicos como objectivos explícitos de democratização cultural e cidadania ganham realce no Programa do XIV Governo Constitucional, sendo aí expressas estratégias específicas para "conseguir mais públicos" que passam, entre outras, pelo reforço da articulação entre as escolas, os criadores e os equipamentos culturais.

> São sobretudo duas as dimensões em que a política cultural deve assumir um maior esforço de aprofundamento: a da profissionalização e a dos novos públicos. (…) Quanto ao segundo, é preciso ter presente que só a conquista de novos públicos, introduzindo os bens culturais na rotina de todos os portugueses, fará da cultura um elemento constante e vivo de cidadania. (...) Para conseguir mais público, é necessário promover diversas acções: desenvolvimento da rede das bibliotecas escolares; (...) dinamização do ensino artístico; intensificação da realização de encontros e de acções entre os criadores, as instituições culturais e a escola (...) criação de uma rede nacional de centros de pedagogia e animação (...) alargamento, através das novas tecnologias, do acesso dos cidadãos à cultura. (*Programa do XIV Governo Constitucional (1999-2002)*, capítulo V, ponto I)

---

17 Programa do IV Governo Constitucional, capítulo III, ponto A-1, alíneas A-l) e B-f) (1978-1979); VIII Governo Constitucional, capítulo III, ponto 2, alínea 2 (1981-1983), respectivamente.

18 Programa do X Governo Constitucional, capítulo IV, ponto 2 (1985-1987).

Já no XIII Governo Constitucional a intenção de intervir na reformulação da relação entre artes e escola foi explícita, dando espaço, inclusive, à reflexão em torno desta temática através da criação de grupos de trabalho com representantes dos Ministérios da Educação e da Cultura (quadro nº 1). Os programas dos Governos seguintes (o XV, XVI e o XVII Governo Constitucional, presentemente em funções) acentuam a importância conferida a esta articulação ministerial como via para a criação de meios e iniciativas de democratização do acesso à cultura por via da escola. É também nesse sentido que se propõem estimular a relação entre a escola e os equipamentos culturais locais através do estabelecimento de parcerias duradouras.

Uma outra estratégia de intervenção no domínio da democratização cultural incide na definição de políticas específicas para o apoio público à cultura. Refira-se a ideia de dinamização de uma oferta cultural vocacionada para a formação/sensibilização de públicos através do estabelecimento de contrapartidas para a atribuição de financiamentos do Estado à criação e produção artísticas. O XV Governo Constitucional anuncia esse propósito concretizando-o posteriormente através de um quadro normativo específico[19].

> (…) Será atribuída prioridade absoluta à articulação com o Ministério da Educação, nos termos seguintes: interessando as crianças e os jovens pela Cultura, introduzindo a obrigatoriedade curricular das visitas de estudo ao património e a exposições, bem como a assistência a espectáculos; (...) solicitando aos agentes culturais contrapartidas a apoios públicos, designadamente por uma presença regular nas escolas; organizando programações locais e nacionais de espectáculos e exposições, quando possível itinerantes, com ligação articulada aos programas escolares. (*Programa do XV Governo Constitucional (2002-2004)*, capítulo III, ponto 4)

O Programa do actual Governo (XVII) para o sector da cultura insiste na consolidação das redes de equipamentos e actividades

19 Decreto-Lei nº 272/2003 de 29 de Outubro.

culturais e artísticas como via fundamental para a sensibilização e formação de públicos. Nesse sentido aponta como um dos objectivos programáticos o desenvolvimento de programas educativos dirigidos a diferentes públicos em todos os equipamentos integrados em redes nacionais, dando particular atenção à "relação com a comunidade e à formação de públicos".

> As redes de equipamentos e actividades culturais são o melhor factor de consolidação e descentralização da vida cultural e de sensibilização e formação de públicos. A prioridade, na dimensão física, é a conclusão das redes já iniciadas: a Rede de Leitura Pública, a Rede de Teatros, a Rede de Museus e a Rede de Arquivos. (*Programa do XVII Governo Constitucional (2005)*, capítulo II, ponto II, alínea 2)

Observe-se, paralelamente, o relevo atribuído à articulação entre as políticas da educação e da cultura – já manifestado em programas anteriores. São enunciados objectivos de generalização da educação artística em todo o ensino básico e secundário e da cooperação entre escolas, instituições e agentes como via para "o envolvimento de cada vez mais pessoas nas diferentes áreas e dimensões da prática cultural"[20].

Pode dizer-se, sintetizando os conteúdos dos programas dos Governos Constitucionais, que até ao término dos anos 90 as estratégias de democratização cultural incidiam especialmente na *democratização da oferta* através da construção descentralizada de equipamentos culturais; do apoio à itinerância de espectáculos; do apoio à cultura popular e práticas amadoras e da apresentação e difusão de actividades culturais através dos meios de comunicação social. Nos textos programáticos mais recentes as referências à democratização da cultura parecem dirigir-se mais particularmente a preocupações associadas à *democratização da procura*, no sentido em que incidem especialmente nas estratégias e meios de acesso (formação/sensibilização) e

20 Programa do XVII Governo Constitucional, capítulo II, ponto II, alínea 2 (2005).

de comunicação da arte e da cultura a mais amplas e diversificadas camadas da população.

Uma outra nota extraída da leitura dos vários programas dos governos constitucionais é o facto das principais linhas de intervenção não serem "partidariamente" distintivas. Ou seja, não se diferenciam ideologias políticas no modo como os dois principais partidos que constituíram governo (PS e PSD) ao longo das três últimas décadas de regime democrático, abordam a democratização cultural. Na verdade, o que parece sobressair é uma consonância entre as principais preocupações no que se reporta a esta matéria. Algumas distinções manifestar-se-ão, como se verá mais adiante, na concretização das opções estratégicas enunciadas.

Consensos partidários na definição de objectivos para a "democratização cultural"

Também os programas eleitorais das diferentes forças políticas englobam transversalmente objectivos associados à democratização cultural, apresentando entre si, todavia, prioridades diferenciadas. Tomando como referência os programas eleitorais dos partidos com assento parlamentar desde 1995[21], é possível destacar três temáticas relativas à democratização cultural aludidas com mais frequência por todas as facções políticas nos seus programas, designadamente: i) apoio à criação de redes de equipamentos; ii) sensibilização e salvaguarda do património iii) apoio à itinerância e à descentralização das actividades culturais e artísticas e iv) intervenção na reformulação do ensino artístico e na presença da cultura e das artes nos quotidianos escolares (quadro nº 2).

Sendo temáticas transversais a todos os partidos referenciados, algumas ganham maior notoriedade dada a atenção que lhes é dedicada ao longo dos vários programas eleitorais. É o caso, por exemplo,

---

21 Bloco de Esquerda, Partido Comunista Português, Partido Socialista, Partido Social-Democrata e Partido Popular.

Principais temáticas da "democratização cultural" nos programas dos partidos políticos (1995-2005)

[QUADRO Nº 2]

Partidos políticos	**BE***	**PCP**				
Temáticas da "Democratização Cultural"	2005	1995	1999	2002	2005	
Construção de novos equipamentos ou qualificação/reapetrechamento dos existentes						
Criação, apoio e desenvolvimento de redes de equipamentos e do funcionamento em rede das actividades culturais e artísticas						
Difusão e democratização da cultura através dos meios de comunicação social e de novas tecnologias de informação e comunicação						
Apoio à itinerância/descentralização (cooperação e criação de parcerias a nível regional, local, designadamente com autarquias)						
Apoio à cultura popular/amadora e à animação cultural						
Criação de "passes culturais"						
Sensibilização e Salvaguarda do património cultural						
Articulação entre Cultura e Educação (reforma do ensino artístico e integração de uma dimensão cultural nos currículos do ensino regular)						
Apoio à criação de serviços educativos e desenvolvimento de actividades pedagógicas/formativas						

*O Bloco de Esquerda apenas apresenta enunciados políticos para a cultura no seu programa de 2005. Nas eleições anteriores – 1999 e 2002 – apresenta um Ante-projecto de Declaração designado de "Começar de novo" – Manifesto fundador do Bloco de Esquerda" em 1999; e o Manifesto de 2002 intitulado "Com razões fortes". Em nenhum destes primeiros manifestos são mencionados planos de intenções especificamente para a cultura.

	PS				PSD				CDS-PP			
	1995	1999	2002	2005	1995	1999	2002	2005	1995	1999	2002	2005

das referências à criação de redes de equipamentos manifestada pelo Partido Socialista em todos os textos programáticos da última década. Se em 1995 a atenção sobre esta questão se dirigia exclusivamente à necessidade de incrementar "a Rede Nacional de Leitura Pública, articulando-a com a Rede de Bibliotecas Escolares", em 1999 o propósito de criar, ampliar ou concluir redes de equipamentos estende-se a outros domínios. Refira-se a este propósito o objectivo de "concluir a rede nacional dos cine-teatros (garantindo a construção/recuperação de um cine-teatro em cada capital de distrito) e ampliar a rede municipal de espaços culturais"; o "apoio à distribuição e criação de uma rede nacional de livrarias" e a "criação de uma rede nacional de centros de pedagogia e animação".

Em 2002 e 2005 os programas eleitorais do PS sublinhavam, de modo global, a importância da conclusão e dinamização das redes culturais como motores para o "desenvolvimento equilibrado do país e da democratização do acesso à cultura", referindo, paralelamente, a necessidade de criar parcerias entre a administração local e a sociedade civil para a dinamização de programas em rede.

> Equipar o território com redes culturais desenvolvendo os programas que se encontram em curso e criando novos programas, tendo sempre como elementos fundamentais as parcerias com as autarquias locais e a sociedade civil (...) estabelecendo quadros de parceria regular entre o Ministério da Cultura, as autarquias locais, as instituições de ensino as instituições culturais e outros agentes urbanos. (PS – Programa eleitoral de 2005)

As alusões ao desenvolvimento e conclusão da rede de bibliotecas públicas são transversais a todos os programas partidários, sendo esta globalmente reconhecida como uma importante medida de democratização e descentralização cultural. Nos programas eleitorais de 1995 é, aliás, um enunciado político consensual a todos os partidos,[22]

22 Excepção feita ao Bloco de Esquerda que ainda não existia como partido político.

quer enquanto importante instrumento político de cooperação entre a administração central e as autarquias, quer como fomentador de dinâmicas potenciadoras de outras redes associadas ao livro e à leitura, nomeadamente, uma rede de bibliotecas escolares e uma rede de livrarias.

> Reforço da política de cooperação entre a administração central e as autarquias com vista ao alargamento da rede de bibliotecas públicas e à promoção de bibliotecas escolares. (PCP – Programa eleitoral de 1995)

> Política de leitura pública que urge continuar e intensificar, apoiando, ampliando e valorizando a actual rede de bibliotecas municipais e escolares. (PSD – Programa eleitoral de 1995)

> Criaremos uma rede nacional de livrarias, em paralelo com a rede nacional de bibliotecas. (CDS-PP – Programa eleitoral de 1995)

Embora o Partido Comunista enunciasse nos textos programáticos de 1995 a intenção de "criar progressivamente uma rede pública de centros dramáticos, dotados de capacidade de criação própria e permanente", é só a partir das legislativas de 1999 que a maioria dos programas partidários alargam o conceito de rede a outros equipamentos culturais, sendo mencionada a rede de teatros e cine-teatros e também uma rede de galerias. O Bloco de Esquerda sugere inclusive, no seu programa político de 2005, a expansão do funcionamento em rede como modelo organizacional a implementar na gestão dos equipamentos culturais integrados em diferentes contextos territoriais, quer sejam de âmbito nacional, regional ou concelhio.

> Incentivo à criação de uma rede nacional de galerias, que promova e apoie a organização de projectos em todas as regiões do país (...) dotação do país com uma rede nacional de salas de espectáculos dotadas de capacidade de programação, técnicas e de acolhimento das diversas artes (....) (PCP – Programa eleitoral de 1999)

> Continuação da construção da Rede de Cine-Teatros nas capitais distritais. (PSD – Programa eleitoral de 2002)

> Fomentar o funcionamento em rede de equipamentos culturais nacionais, regionais e concelhios (...), conclusão, na próxima legislatura, da rede nacional de bibliotecas públicas: uma em cada concelho. (BE – Programa eleitoral de 2005)

Uma outra temática recorrentemente referida nos programas partidários diz respeito à preservação do património cultural nacional. Só mais recentemente, porém, é que as preocupações com o património se correlacionam mais directamente com as temáticas da democratização cultural no sentido em que integram propósitos ligados à animação, divulgação e sensibilização relativas ao património. Com efeito, embora dentro dos textos partidários as temáticas associadas ao património cultural se manifestassem desde cedo, estas sublinham quase exclusivamente as estritas intenções de salvaguarda e de inventariação do património cultural nacional.

Os programas do PCP mas também do CDS-PP, sublinham em todos os textos programáticos da última década, a importância de políticas que favoreçam a salvaguarda do património cultural e a identidade nacional. O Partido Comunista anuncia a extensão das intervenções neste domínio a questões associadas à sensibilização, à inventariação e conservação no que respeita ao património imóvel, mas também ao património móvel – como sejam as artes e ofícios tradicionais. O Partido Popular focaliza a sua atenção sobretudo no património físico e na necessidade de o qualificar. Contudo, no último texto programático desta força política, o acento recai na intenção de promover, dinamizar e divulgar estes espaços.

> O PCP propõe (...) uma política de Cultura que salvaguarde o património cultural e promova a sua efectiva apropriação sócio-cultural; que potencie a identidade cultural de Portugal no quadro de um activo diálogo das culturas e da promoção da multiculturalidade na Europa e no mundo (...) Atenção particular ao património cultural popular; às

> artes e ofícios tradicionais, através de medidas concretas e legislação adequadas, nomeadamente de uma Lei-quadro e estatuto do artesão. (PCP – Programa eleitoral de 1995)

> Uma política cultural que (...) defenda o património e a afirmação das identidades culturais do país (...) Para a política cultural, entendida de forma restrita (...), defendemos (...) a investigação, a salvaguarda e a apropriação social do património cultural. (PCP – Programa eleitoral de 2005)

> A conservação do património, que é um dos deveres primários do Estado, deve ser acompanhado de uma promoção do mesmo, criando motivos de interesse para o cidadão, organizando eventos das artes do espectáculo e animação. (CDS-PP – Programa eleitoral de 2005)

Apesar da temática relativa à salvaguarda do património ser transversal a todos os programas partidários, nem todos lhe atribuem a mesma centralidade. O PS destaca, em 1999, a intenção de criar um "Plano Nacional de Inventário do Património" e reforça a necessidade de uma mediação neste domínio através da criação e "desenvolvimento de programas de intervenção para a conservação, a valorização e a divulgação do património, quer móvel, quer imóvel, usando articuladamente os recursos disponíveis no Orçamento de Estado e no III Quadro Comunitário de Apoio". O Partido Social Democrata refere, no programa do mesmo ano, a intenção de "estabelecer um plano de preservação do património escrito português", enquanto o Bloco de Esquerda sublinha, já em 2005, o intuito de criar "um plano de emergência no apoio e salvaguarda do património cultural".

A descentralização de actividades e equipamentos culturais é outra das medidas mais frequentemente evocada por todas as forças políticas nos seus programas partidários como medidas de intervenção no sector cultural. Neste domínio a estratégia de intervenção que sobressai, atravessando todo o espectro político, refere-se à transferência de competências e meios para as autarquias. Em 1999, o PS destaca a elaboração de "uma magna carta da descentralização

cultural que consagre as ambições comuns e as modalidades de cooperação entre o Estado e as Autarquias". No mesmo sentido, embora dirigido especificamente ao domínio do património, o Partido Social Democrata evoca, no programa de 2002, uma descentralização efectiva "através da transferência de competências e meios que aumentem a capacidade e responsabilidade das autarquias e das instituições na conservação e manutenção do património imóvel e centros históricos".

A mesma ideia relativa à transferência de responsabilidades para as administrações locais é desenvolvida nos programas do CDS-PP, acrescentando este a elaboração de um plano de itinerâncias para as estruturas culturais e artísticas consagradas – temática já aludida no programa de 1995 para "orquestra e teatro nacional lírico".

A implementação de uma política de subsídios para projectos de itinerância e para a difusão no estrangeiro de obras dos criadores nacionais é um dos enunciados do Partido Comunista, uma ideia partilhada pelo Bloco de Esquerda no programa de 2005, reforçando a ideia de "descentralização sem que esta seja resultado de contrapartidas para apoio à criação cultural e artística" (BE – Programa eleitoral de 2005).

> Uma política de apoio a projectos de itinerância, nomeadamente projectos de exposições colectivas itinerantes e outras formas de divulgação no país e no estrangeiro da obra de criadores nacionais. (PCP – Programa eleitoral de 1999)

Os enunciados relativos à descentralização atravessam todos os textos programáticos do Partido Socialista. Além de defesa da transferência de competências para a Administração local, referem também a cooperação entre as autarquias e as instituições culturais locais com o intuito de fomentar a criação em estruturas locais. Associada à ideia de descentralização o PS refere igualmente, no seu programa de 1995, uma política de desconcentração através da criação de pólos regionais com meios e competências fora dos centros de decisão da capital.

Nos dois últimos programas considerados é valorizada a itinerância de espectáculos nas redes de equipamentos culturais entretanto criados, prevendo-se inclusive a criação de um programa de difusão cultural.

> Programas de difusão e itinerância de espectáculos e exposições, potenciando as redes culturais aproveitando o trabalho dos institutos e organismos nacionais e valorizando especificamente as regiões mais carenciadas de oferta cultural regular. (PS – Programa eleitoral de 2002)

> O Governo do PS criará um programa de apoio à difusão cultural, cujo objectivo principal será estimular a itinerância de espectáculos e exposições, assim como a circulação de informação e apoio técnico, no âmbito, designadamente, da Rede de Teatros. (PS – Programa eleitoral de 2005)

A mudança progressiva de preocupações eminentemente materiais – relativas à construção de equipamentos culturais, como as atrás aludidas a propósito dos programas dos Governos Constitucionais – para outras de qualidade incorpórea dirigidas à qualificação da oferta e da procura cultural, está também presente nos textos programáticos dos vários partidos políticos. Um dos exemplos é a temática relativa à integração das actividades artísticas na escola – a única temática, das quatro destacadas, que é transversalmente referenciada por todos os partidos políticos nos programas elaborados para as legislativas de 2005. Verifica-se, tal como foi sublinhado, uma crescente centralidade de preocupações relativas à democratização da procura cultural, com os objectivos de aumentar e alargar o espectro social dos públicos da cultura.

Embora de forma mais discreta, este tipo de problemáticas foi sendo evocado desde cedo. Tomando como referência as quatro últimas eleições legislativas, refira-se por exemplo, em 1995 a intenção de "cooperar com o Ministério da Educação com vista ao reforço do ensino artístico, quer como componente do currículo escolar geral,

quer como ramo vocacional". As primeiras preocupações de democratização cultural associadas à *formação de públicos para a cultura* estão precisamente associadas a uma intervenção específica na educação artística e da sua relação com o currículo escolar, tal como expressa o texto programático do PCP em 1999:

> A defesa de uma profunda reforma e revitalização do ensino artístico nos seus vários níveis, e da componente de desenvolvimento da criatividade artística e da formação do interesse cultural no decurso da escolaridade obrigatória. (PCP – Programa eleitoral de 1999)

A estes enunciados políticos vêm progressivamente juntar-se outros também associados a preocupações que visam o acesso socialmente alargado aos bens e serviços da cultura. O acento deixa de ser exclusivamente centrado nas aprendizagens técnicas para se constituir num aprofundamento da relação entre a escola e as várias abordagens possíveis das artes e da cultura. Uma abordagem não só da prática mas também vivencial, contextualizadora das obras, dos criadores e dos espaços e processos de criação.

Este tipo de mudança permite dizer que se assiste a um deslocamento de preocupações que tendem fundamentalmente a centrar-se no domínio das aprendizagens tecnicistas (mesmo no ensino não vocacional) para outras que visam, em primeira instância, a sensibilização para a cultura. A este respeito veja-se, por exemplo, os enunciados do PSD, do PS ou do BE em alguns dos seus textos programáticos.

> Celebrar protocolos entre as escolas e entidades culturais da respectiva área com vista à frequência destas por parte dos alunos, em regime curricular ou extra-curricular. (PSD – Programa eleitoral de 1999)

> Assumir o contacto com a arte como essencial à construção de identidade e proporcionar ao público escolar um contacto com arte mais abrangente do que o simples complemento pedagógico aos programas curriculares, desenhando programas transversais aos ministérios da

> Cultura e Educação que permitam integrar nos currículos escolares matérias que desenvolvam a compreensão das linguagens artísticas contemporâneas. (BE – Programa eleitoral do 2005)

> Intensificação da realização de encontros e de acções entre os criadores, as instituições culturais e a escola. (PS – Programa eleitoral de 1999)

A par de alterações relativas à relação entre escola e artes, assiste-se paralelamente ao propósito de incrementar o número de actividades pedagógicas e formativas no domínio da cultura. Os textos partidários reflectem este tipo de preocupações quando referem a implementação de serviços educativos nas infra-estruturas culturais existentes e o desenvolvimento de actividades desta natureza nas redes de equipamentos entretanto criadas.

> Aumentar a oferta educativa e pedagógica dos espaços e eventos culturais através dos serviços educativos e flexibilidade de horário e bilheteira. (CDS-PP – Programa eleitoral de 2005)

> Reforço da vertente pedagógica e educativa das estruturas culturais, introduzindo a obrigatoriedade curricular das visitas de estudo ao património e assistência a espectáculos. (PSD – Programa eleitoral de 2002)

> Todos os equipamentos dependentes do Ministério da Cultura e todos os equipamentos integrados em redes nacionais devem proporcionar programas educativos, dirigidos aos diferentes públicos, quer se trate de crianças, jovens, adultos ou cidadãos seniores. (PS – Programa eleitoral de 2005)

Os programas políticos dos principais partidos acompanham também as transformações evidenciadas nos programas dos Governos Constitucionais e, naqueles como nestes, não existem diferenças assinaláveis entre os programas dos diferentes partidos no que respeita aos objectivos de democratização cultural. Existe um conjunto de

temáticas que é transversal, embora algumas ganhem uma importância destacada em determinados programas partidários. Com efeito, a nota de maior relevo recai no consenso dos principais objectivos delineados com vista à democratização cultural, independentemente das ideologias políticas presentes. De uma forma global pode dizer-se que no sector da cultura as lutas partidárias esbatem-se e ganham contornos pacíficos com a enunciação de objectivos quase unânimes. Para este quadro geral pode eventualmente contribuir a fraca dotação orçamental do sector da cultura – abaixo de 1% do orçamento geral do Estado – não dando este azo à delineação de objectivos ou estratégias políticas ambiciosas que ultrapassem a fasquia do consenso.

O que importa destacar no que à enunciação política para a cultura diz respeito e, particularmente, para a democratização cultural, tem que ver sobretudo com os enunciados com vista à *democratização da procura cultural*, cujas temáticas adquirem em 2005 uma forte centralidade. Entre elas refira-se em particular o investimento colocado na articulação de políticas da educação e da cultura com vista à reformulação do ensino das artes nas escolas e à dinamização de actividades pedagógicas e formativas nos recém qualificados equipamentos culturais. Nessa medida, os objectivos políticos incorporam também as recentes percepções relativas ao papel da cultura na transformação económica e social de territórios e populações. Mantendo-se as políticas que visam a *qualificação da cultura*, designadamente as que visam a construção e valorização de equipamentos mas também a diversificação, qualificação e profissionalização da oferta cultural, existe uma crescente atenção dirigida às políticas enquadradas no que se designa de *qualificação pela cultura*.

Pese embora o volume e consenso das temáticas referidas pelos diferentes partidos políticos a propósito do delineamento de prioridades com vista à democratização cultural, a concretização das propostas é muito moderada comparativamente com os objectivos enunciados. Por vezes, a afirmação de objectivos acaba por não ter reflexos na criação de disposições legais que materializem a asserção

da vontade política e, em alguns casos, mesmo a existência de normativos legais não assegura, por si só, a efectiva concretização dos propósitos previstos.

O quadro nº 3 apresenta algumas das medidas – e respectivos quadros regulamentares – que consubstanciam certos enunciados presentes nos programas dos partidos e dos governos constitucionais. Entre eles os normativos que regulamentam a criação das redes de equipamentos e as estruturas de organização em rede. O apoio à itinerância e descentralização, de onde se destacam o Programa de Difusão das Artes do Espectáculo e o actual Programa Território Artes. Refira-se também os vários dispositivos que visam a articulação entre os sectores da Educação e da Cultura, nomeadamente no que respeita à reformulação dos princípios que orientam a educação artística e cultural no sistema de ensino regular. Não obstante a integração de disciplinas de expressão artística nos diferentes currículos do ensino regular – medida regulamentada na Lei de Bases do Sistema Educativo durante o X Governo constitucional (1986) – o contacto das populações com as artes, sobretudo enquanto fruidores informados, permanece ainda muito aquém do que seria desejável, tal como se poderá verificar no capítulo 3 a propósito da análise das práticas/consumos culturais dos portugueses e dos estudos de públicos da cultura.

Será devido à percepção da ainda reduzida relação que os indivíduos estabelecem com os bens das artes e da cultura – independentemente do tipo de relação que estabelecem (Costa, 2004) – e da importância de fomentar esta relação no desenvolvimento global dos cidadãos, que têm sido desenvolvidos alguns esforços de articulação entre os Ministérios da Cultura e da Educação para alterar o modo como são encaradas actualmente as expressões artísticas no ensino regular. Enquanto instituição central na promoção do acesso democratizado ao conhecimento, o sistema educativo e, concretamente as escolas, assumem um papel essencial no desenvolvimento de apetências/competências para as artes e para a cultura. Nesta acepção está subjacente o benefício do contacto precoce para o desenvolvimento

Medidas/meios que visam a 'democratização da cultura'

[QUADRO Nº 3]

Temáticas da Democratização Cultural	Ano	Governos Constitucionais	Medidas
Criação, construção, reapetrechamento de equipamentos ou redes de equipamentos	1987	XI	Foi iniciada a 'Rede de Leitura Pública', actual Rede Nacional de Bibliotecas Públicas (Decreto-Lei nº 111/87, de 11 de Março)
	1996	XIII	Foi criada a Rede de Bibliotecas Escolares (uma iniciativa conjunta dos Ministérios da Educação e Cultura)
	1998	XIII	Foi lançado o Programa de Apoio à Rede de Arquivos Municipais (PARAM). Competências definidas na Lei Orgânica (Decreto-Lei nº 60/97, de 20 de Março).
	1999	XIV	Foi lançada a Rede Nacional de Teatros e Cine-Teatros e a Rede Municipal de Espaços Culturais., embora não resultassem de um quadro normativo próprio, reflectindo apenas o plano de intenções do XIII Governo e figurasse na Lei orgânica de constituição do IPAE
	2000	XIV	Foi formalmente criada a Rede Portuguesa de Museus. (Despacho conjunto nº 616/2000 de 17 de Maio, respectivas prorrogações; e Resolução do Conselho de Ministros nº 117/2005 de 21 de Julho para criação da Estrutura de Missão)
Apoio à itinerância/descentralização (cooperação e criação de parcerias a nível regional, local, designadamente com autarquias)	1999	XIV	Foi instituído pelo então IPAE o Programa de Difusão das Artes do Espectáculo através do seu 'Departamento de Difusão e Descentralização'.
	2007	XVII	É lançado o Programa Território Artes (programa de descentralização das artes do espectáculo) coordenado pelo departamento de 'Descentralização e Formação de Públicos' do então Instituto das Artes. (Portaria nº 105-A/2007, de 22 de Janeiro)

Articulação entre Cultura e Educação (reforma do ensino artístico e integração de uma dimensão cultural nos currículos do ensino regular)	1986	X	É oficializada a inserção de disciplinas artísticas no ensino público através da Lei de Bases do Sistema Educativo (Lei nº 46/86, de 14 de Junho)
	1996	XIII	É constituído o primeiro grupo de trabalho entre o Ministério da Educação e da Cultura dirigido por Maria Emília Brederode dos Santos (Despacho conjunto de 7/96)
	1998	XIII	Augusto Santos Silva dirige o segundo grupo de trabalho com representantes do Ministério da Educação e Ministério da Cultura, tendo sido designado por 'Grupo de Contacto'. (Despacho conjunto nº 297/97, de 19 de Agosto)
	2004	XV	É criado um terceiro grupo de trabalho entre os Ministérios da Educação e Cultura coordenado por Barreto Xavier (Despacho conjunto nº 106/2003, de 27 de Novembro)
	2005	XVII	É publicado um Despacho conjunto (assinado pelas ministras da Cultura e Educação) que prevê a afectação de docentes sem actividade lectiva ao Ministério da Cultura (Despacho conjunto nº 1053/2005).
			É aprovado o Programa de Promoção de Projectos Educativos na Área da Cultura resultando de uma articulação de propostas do Ministério da Cultura e do Ministério da Educação (Despacho conjunto nº 834/2005)
Apoio à criação de serviços educativos e ao desenvolvimento de actividades pedagógicas/formativas com vista ao alargamento, e formação de "novos"públicos para a cultura	2003	XV	Incentivo ao desenvolvimento de actividades formativas/pedagógicas como contrapartida para a atribuição de apoios públicos (Decreto-Lei nº 272/2003, de 29 de Outubro)
	2006	XVII	Reformulação do anterior quadro normativo de apoio às artes. São admitidas a concurso entidades que desenvolvam como actividade principal formação em contexto não escolar. São promovidos protocolos entre autarquias e o então IA para apoio à programação, desde que estas incluam nos seus planos de actividades projectos que fomentem a captação e formação de novos públicos (Decreto-Lei nº 225/2006, de 13 de Novembro).
			Lançamento do Plano Nacional da Leitura pelo Ministério da Educação (Resolução do Conselho de Ministros nº 86/2006, de 12 de Julho)

geral dos indivíduos; para a sensibilização e familiarização com as artes e; eventualmente, para a formação de públicos para a cultura com origens socialmente diferenciadas.

Mau grado o consenso e reconhecimento da importância da relação educação/cultura pelas diferentes forças políticas que assumiram funções governativas – e dos três grupos de trabalho instituídos com representantes dos dois ministérios (ver quadro nº 3) –, muitas vezes as políticas que promovem o cruzamento interministerial permanecem projectos de intenção.

As políticas culturais tendem a aumentar a atenção e o interesse no desenvolvimento de estratégias que visam a criação e o alargamento de novos públicos, tal como os mais recentes textos programáticos dos partidos e governos constitucionais aludem, – por exemplo, o incentivo à criação e dinamização de serviços educativos nos equipamentos culturais com actividades vocacionadas para diferentes públicos. Essa vontade política foi formalizada através de alguns normativos legais, tal como a recente Lei-Quadro dos Museus quando se refere à função educativa nestes equipamentos como uma função equiparada à de conservação; ou os quadros legais que definem os apoios às artes; ou mesmo a inclusão de planos para a captação e formação de novos públicos em programas de descentralização como foi o Programa de Difusão das Artes do Espectáculo e é o actual Programa Território Artes.

O reconhecimento da necessidade de intervir no sentido de democratizar a cultura e as artes está claramente expresso nos programas dos governos constitucionais e dos partidos políticos. Ao longo de mais de três décadas de regime democrático, no entanto, as iniciativas, embora inegavelmente significativas e importantes, são escassas comparativamente com o desejo expresso nos programas políticos.

O ponto seguinte destaca algumas das principais intervenções realizadas com vista à democratização cultural.

2.2. INSTRUMENTOS DE INTERVENÇÃO POLÍTICA E ADMINISTRATIVA

Alguns dos enunciados políticos dos programas dos governos constitucionais que visam a democratização cultural deram origem à elaboração de medidas e à concepção de instrumentos específicos. Este segundo sub-ponto do capítulo dedicado às políticas públicas procura sistematizar e destacar as principais intervenções na prossecução do objectivo de democratização, realçando sobretudo algumas das iniciativas conduzidas pela Administração central. Nesse sentido são mobilizados quatro eixos de análise que representam os domínios mais significativos de mediação pública com vista à correcção de assimetrias sociais no acesso à cultura. Refiram-se: i) estabelecimento de quadros regulamentares da actividade cultural e sistemas de financiamento próprios; ii) constituição de redes públicas ao longo das últimas décadas; iii) programas e projectos específicos e; iv) processos que visam a articulação das políticas da educação e da cultura. Na análise das quatro dimensões procurar-se-á, sempre que possível, ter em consideração, os vários sectores ou domínios culturais e artísticos e realçar as tendências evidenciadas pelos enunciados políticos dos programas dos governos constitucionais e partidários, isto é, a centralidade das intervenções respeitantes à infraestruturação, numa primeira fase, e uma transição progressiva para preocupações relativas à qualificação tanto das actividades culturais e artísticas, como também dos públicos e da procura cultural.

A "formação de públicos" nos normativos legais

A evolução do modo como o Estado foi definindo a sua intervenção em termos orgânicos, funcionais e financeiros no campo das artes e da cultura é também uma forma de avaliar as prioridades estabelecidas e os instrumentos privilegiados para as colocar em prática.

Até à criação do Ministério da Cultura, durante o XIII Governo (1995), os assuntos relacionados com a cultura estiveram, como se

sabe, dispersos por vários ministérios – fundamentalmente associados à tutela da Educação – ou directamente dependente da presidência do conselho de ministros ou ainda, em outras ocasiões, reunidos numa só Secretaria de Estado[23]. Com a criação de um ministério para a cultura, em 1996 (Decreto-Lei nº 42/96 de 7 de Maio), a orgânica dos serviços da Administração central para este domínio, então coordenados pela Secretaria de Estado da Cultura (SEC), passa por uma profunda reestruturação. São criados novos organismos e é redefinida a estrutura organizativa de alguns serviços existentes (ver Orgânica do MC, Anexo A). Esta mudança dá à cultura uma centralidade até aí inexistente nas políticas públicas, sublinhando-se o facto de um número significativo de organismos sob a tutela de o novo ministério ter sido equiparado, em termos jurídicos, a pessoas colectivas de direito público, "não só dotados de elevada autonomia funcional como capazes de garantirem as necessárias articulações transversais"[24].

---

23 Em 1983 é criado pela primeira vez um Ministério da Cultura durante o IX Governo Constitucional, mas em 1985 é extinto por se considerar "desejável articular desde logo as políticas cultural e educativa atendendo precisamente a que são de raiz educativa grande parte dos problemas culturais do nosso país" – João de Deus Pinheiro, então ministro da Educação e da Cultura no X Governo (1985) na Discussão do Programa do X Governo Constitucional (Santos, 1998: 78). Nos dois Governos seguintes, a Secretaria de Estado da Cultura volta a estar integrada na Presidência do Conselho de Ministros.

24 Decreto-Lei 42/96 de 7 de Maio. Entre eles o IPPAR, (Instituto Português do Património Arquitectónico); o IPA (Instituto Português de Arqueologia) – organismo criado com o novo Ministério com o objectivo de reconfigurar o Instituto Português do património Arquitectónico e Arqueológico –; IPM (Instituto Português de Museus); IAC (Instituto Português de Arte Contemporânea); o Centro Português de Fotografia, instituído em 1996; Cinemateca Portuguesa – Museu do Cinema; Instituto Português do Livro e da Leitura (IPLB); Instituto Português das Artes do Espectáculo (IPAE); Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo. Além destes organismos, a reestruturação abrangeu também organismos de produção e criação artísticas tais como, o Teatro Nacional S. Carlos, o Teatro Nacional D. Maria, Companhia Nacional de Bailado; Orquestra Nacional do Porto e o Teatro Nacional S. João – organismos com autonomia administrativa e também financeira.

A lei orgânica que institui o Ministério da Cultura em 1996 define as grandes linhas de orientação da política cultural, tendo esta como principal objectivo a melhoria do acesso à cultura através da criação ou requalificação de equipamentos culturais. "As funções do Estado nesta área são sobretudo duas: por um lado, a de melhorar as condições de acesso à cultura e, por outro, defender e salvaguardar o património cultural, incentivando novas modalidades da sua fruição e conhecimento (...) [estas] traduzem-se fundamentalmente numa particular responsabilização no domínio das grandes infra-estruturas indispensáveis ao desenvolvimento de uma política cultural coerente, consistente e eficaz."[25].

As principais opções programáticas definidas pela primeira Lei orgânica do Ministério da Cultura – no que toca particularmente ao investimento em infraestruturas – estiveram também subjacentes às linhas orientadoras do Programa Operacional para a Cultura (POC), enquadrado no III Quadro Comunitário de Apoio (2000-2006)[26]. Com efeito, os eixos, medidas e acções que definem as actuações financeiras deste programa apresentam uma mais elevada componente física do que imaterial (Santos e outros, 2005). Não obstante, o Programa reservou, no que concerne especialmente à formação de públicos, algumas medidas específicas[27].

Durante os dez anos de vigência da primeira Lei Orgânica do Ministério da Cultura, algumas alterações foram sendo introduzidas

---

25 Texto introdutório do Decreto-Lei 42/96 de 7 de Maio que institui o Ministério da Cultura.

26 Como se sabe, o Programa Operacional da Cultura (POC) constitui uma medida inovadora no quadro comunitário, dado que se tratou do primeiro Programa Operacional dirigido a este sector, na União Europeia. No II Quadro Comunitário de Apoio o sector da cultura detinha apenas duas medidas do Subprograma Turismo e Património cultural.

27 Veja-se a Acção 3 ("Acontecimentos culturais ligados à valorização e animação de património bem como a formação e captação de públicos") enquadrada na medida 1.1 ("Recuperação e animação de sítios históricos e culturais"); e a acção 3 da Medida 1.2 onde figura o apoio a extensões educativas dos museus.

(rever Anexo A), entre elas, refira-se em especial a fusão entre o IPAE (Instituto Português das Artes do Espectáculo) e o IAC (Instituto da Arte Contemporânea) em 2003, durante o XV Governo Constitucional. Esta reformulação é paradigmática, por um lado, de uma tendência para a racionalização de recursos através da reestruturação orgânica[28], e também de uma preocupação crescente com o "acesso à cultura", acrescentando a esta acepção um segundo sentido: o da qualificação da procura cultural. No conjunto dos objectivos programáticos da constituição do Instituto das Artes (Decreto-Lei nº 181/2003 de 16 de Agosto), a alínea i) refere a necessidade de garantir a "repercussão educativa das acções por si desenvolvidas ou promovidas, através da articulação programática e operacional com o sistema de ensino e com o sistema de formação profissional, promovendo, em contrapartida, a componente formativa e educativa das estruturas culturais"[29]. Entre as suas atribuições figura a "captação e formação de públicos com especial realce de públicos jovens, proporcionando-lhes a fruição e compreensão dos fenómenos artísticos contemporâneos"[30].

Este novo Instituto tem ainda a incumbência de aplicar um "novo quadro normativo regulador da concessão de apoios do Estado" no sector das artes do espectáculo e da arte contemporânea[31]. Até à definição deste quadro regulamentar os critérios para a concessão de apoios baseavam-se genericamente nos objectivos delineados pelas leis orgânicas dos vários organismos públicos. Os projectos/candidaturas que se apresentassem mais próximos desses objectivos teriam, à partida, maior probabilidade de virem a alcançar apoio por parte do Estado. No entanto, a ausência de critérios estritos e regulamentados para a concessão de apoios concorreu frequentemente para o surgimento de contestações por parte de criadores e produtores

28 Entretanto aprofundada pelo actual Governo através do PRACE (Programa de Reestruturação da Administração central do Estado) (ver quadro nº 3, em anexo).

29 Decreto-Lei nº 181/2003, de 16 de Agosto, artigo 4º , alínea i).

30 Decreto-Lei nº 181/2003, de 16 de Agosto, artigo 8º , alínea e).

31 Decreto-Lei nº 272/2003, de 29 de Outubro.

culturais. Perante um cenário progressivamente mais conturbado, procurou-se inverter a tendência desenhando um quadro normativo de apoios às artes que permitisse "garantir uma maior igualdade de acesso às criações e produções artísticas de forma a atenuar as assimetrias regionais e atenuar os desequilíbrios sociais e culturais"[32].

As medidas perfiladas para alcançar os objectivos propostos pautam-se sobretudo pelo delineamento de regras de "transparência" e de critérios de "qualidade, de consistência da gestão das respectivas actividades e da capacidade de obtenção de outras fontes de financiamento, bem como em função da prossecução de *objectivos de utilidade social, designadamente nas áreas do ensino e da formação, da difusão, da itinerância e da formação de públicos, como contrapartida dos agentes culturais aos apoios públicos atribuídos*"[33] [sublinhados nossos].

Embora a preocupação deste quadro normativo seja fomentar a criação de novos públicos para a cultura, o seu cumprimento pode também induzir, paralelamente, uma reorientação do trabalho dos criadores/produtores artísticos para o desenvolvimento daquelas outras actividades. Não tendo sido possível conhecer a quantidade e a natureza das candidaturas surgidas durante a vigência deste quadro legal, o estudo sobre *Entidades Culturais e Artísticas em Portugal,* realizado pelo Observatório das Actividades Culturais durante o ano 2005, não deixou de dar conta da crescente importância que as actividades pedagógicas/formativas assumem no trabalho desenvolvido por estruturas do sector público e privado (Gomes, Lourenço, Martinho, 2006).

O XVII Governo institui um novo quadro regulamentar de apoio às artes que procura colmatar algumas das dificuldades entretanto evidenciadas. O actual quadro legislativo que regulamenta os apoios do Estado ao sector da cultura altera globalmente este cenário, prevendo um segmento de financiamento específico para as estruturas artísticas "cuja actividade principal seja a formação em contexto

---

32 Texto introdutório do Decreto-Lei nº 272/2003, de 29 de Outubro.

33 *Ibidem*.

não escolar (...)"[34]. As distinções mais relevantes referem-se ao facto de os apoios serem concedidos de forma diferenciada em função do perfil das entidades e da natureza dos projectos. "Para além da distinção por área artística, estabelece-se uma distinção de base entre actividades de criação e actividades de programação, distinguindo-se igualmente actividades continuadas de criação ou programação de projectos de natureza pontual"[35].

No que respeita ao desenvolvimento de actividades associadas à formação de públicos, são admitidos "apoios directos" a estruturas profissionalizadas, com pelo menos cinco anos de actividade continuada e cuja actividade principal seja a formação em contexto não escolar. Os apoios a projectos que visem a captação e formação de públicos e as acções dirigidas a público infantil/juvenil, estão enquadrados nos "apoios indirectos" concedido no âmbito de acordos tripartidos entre o Estado, as autarquias e as entidades de criação/programação e que visam a dinamização de equipamentos culturais tais como os cine-teatros e centros culturais – alguns resultantes da criação de redes de equipamentos, como se verá adiante. O desenvolvimento de actividades de natureza pedagógica/formativa deixa de resultar de contrapartidas para o apoio público a agentes culturais indiferenciados, estando antes dependente de estruturas que evidenciem um trabalho longo e continuado na área da formação.

Note-se, porém, que este normativo, procurando salvaguardar a qualidade e experiência da oferta neste âmbito, circunscreve drasticamente o número de estruturas que poderão aceder a estes apoios. Tratando-se de actividades emergentes no sector cultural português, serão poucas a estruturas que reúnem as condições exigidas, designadamente, terem cinco anos de trabalho profissionalizado.

As medidas entretanto adoptadas por alguns organismos da administração pública evidenciam mudanças significativas no que

34 N.os 3 dos Artigos 10º e 11º do Decreto-Lei nº 225/2006, de 13 de Novembro.
35 Decreto-Lei nº 225/2006, de 13 de Novembro.

diz respeito à incorporação e desenvolvimento de dispositivos de intermediação e de comunicação com os públicos, no sentido de um melhor e mais eficaz acesso às artes. Por exemplo, a Rede Portuguesa de Museus reserva apoios específicos para o desenvolvimento de projectos educativos; o desenvolvimento do Programa Território Artes, de iniciativa da Direcção-Geral das Artes (DGArtes), integra acções específicas para a sensibilização de públicos, como se verá mais adiante.

A passagem da tónica de uma política assente na dotação física e material da cultura, para outra, mais empenhada no alargamento e qualificação da procura cultural, transparece também no delineamento de outros normativos legais que norteiam a intervenção política. Veja-se a nova Lei Orgânica do Ministério da Cultura enquadrada no âmbito da reforma da Administração central, levada a cabo pelo XVII Governo (ver Lei Orgânica do MC, Anexo A)[36] – no conjunto das suas atribuições está a consolidação dos apoios públicos à criação, produção e difusão das artes e à *formação de novos públicos*[37] [sublinhados nossos].

Redes Públicas: estímulo à programação e gestão informada

A construção e (re)qualificação descentralizada de equipamentos foram as primeiras e principais estratégias de política cultural que deram corpo ao desígnio da democratização, tendo sido assumidas, como se referiu no ponto 2.1., por diversos governos constitucionais ao longo das últimas décadas. Com esse intuito se procurou edificar infra-estruturas no âmbito de programas específicos, designadamente através da constituição de redes de equipamentos. A Rede Nacional de Bibliotecas Públicas (RNBP)[38], criada em 1987, é talvez a mais emblemática das redes públicas após a implementação do regime democrático em Portugal. Para ela terá também contribuído a influência de um grupo

36 Decreto-Lei nº 215/2006 de 27 de Outubro.

37 Decreto-Lei nº 215/2006 de 27 de Outubro, artigo 2º , alínea j.

38 Então designada de Rede de Leitura Pública.

profissional de bibliotecários portugueses que "procurava sensibilizar a opinião pública e os decisores políticos para a necessidade de apostar na leitura pública como um instrumento maior de democratização cultural" (Melo, 2002: 374-375 [*in* Silva, 2004: 242]).

Este dispositivo, de iniciativa da Administração central em parceria com as autarquias locais, visa a criação e requalificação de bibliotecas em todos os concelhos do país. Em 2007, a RNBP contava com 154 bibliotecas inauguradas (gráfico nº 1), estando então protocoladas entre o Estado e as autarquias mais 108 bibliotecas[39]. A comparticipação do Estado pode ir até 50% do investimento físico inicial e às câmaras compete lançar a obra e gerir o equipamento de acordo com especificações técnicas no que concerne ao programa de construção, recursos técnicos e condições de funcionamento. As bibliotecas que integram a rede comportam um conjunto de espaços que lhes permite desenvolver, a propósito do livro e da leitura, um leque de outras actividades culturais e artísticas. As bibliotecas de maior dimensão[40], além de um espaço polivalente e áreas específicas para animação e multimédia, incluem também sala para ateliês de expressão. Com a intenção de proporcionar com regularidade actividades de animação e de promoção do livro e da leitura, foi criado em 1997 pela Administração central o Programa Nacional de Promoção da Leitura (ver Caixa nº 1). Este Programa inclui a itinerância de escritores, investigadores ou formadores, a constituição de grupos informais de leitores e a realização de espectáculos ou exposições.

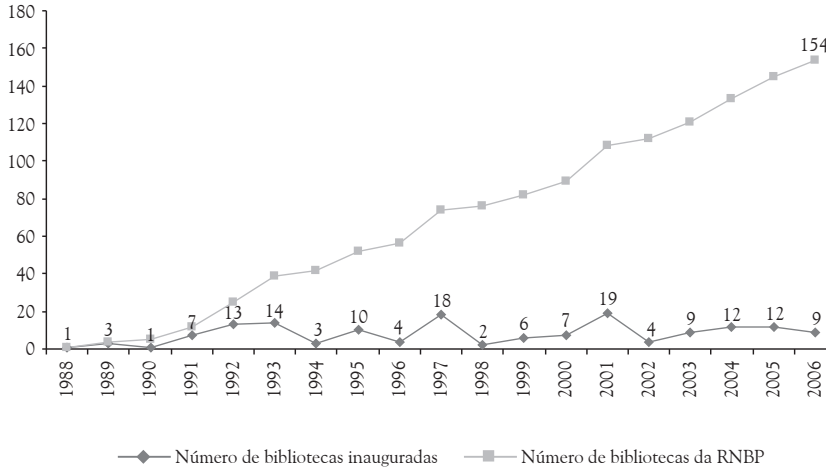
---

39 O conjunto de bibliotecas inauguradas e protocoladas (262 bibliotecas) permite obter uma cobertura de mais de 90% dos concelhos do continente e mais de 85% se se considerarem os concelhos de Portugal (em 2002 a Rede foi alargada às Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira). Refira-se no entanto que entre a assinatura de um protocolo para a construção de uma biblioteca e a sua inauguração podem decorrer vários anos (à volta de sete anos, em média).

40 As bibliotecas do tipo BM1 correspondem a concelhos com menos de 20 000 habitantes; as bibliotecas do tipo BM2 correspondem a concelhos com 20 000 a 50 000 habitantes; e as bibliotecas do tipo BM3 destinam-se a concelhos com mais de 50 000 habitantes.

Número de bibliotecas inauguradas e total de bibliotecas da RNBP, por ano

[GRÁFICO Nº 1]



Fonte: OAC a partir de dados fornecidos pelo IPLB (série 1988-2006)

Programa Nacional de Promoção da Leitura

[CAIXA Nº 1]

O Programa Nacional de Promoção da Leitura, que se desenvolve desde 1997, tem por objectivo criar e consolidar os hábitos de leitura, com especial atenção para o público infanto-juvenil, através de projectos e acções de difusão do livro e promoção da leitura que cobrem todo o território nacional. Neste âmbito, o IPLB desenvolve um conjunto de acções de promoção da leitura, em parceria com as Bibliotecas Municipais ou com a Direcção-Geral dos Serviços Prisionais (promoção da leitura em estabelecimentos prisionais); e apoia instituições que desenvolvem actividades de promoção da leitura. Actualmente o programa de acções de promoção da leitura estará directamente ligado ao Plano Nacional de Leitura.

Fonte: <http: //www.iplb.pt>

Em alguns concelhos do país estes equipamentos centralizam as principais dinâmicas culturais e artísticas desenvolvidas. A instalação de bibliotecas da rede em diferentes concelhos do país terá sido uma das primeiras medidas de descentralização e de democratização cultural, pelo facto de ter proporcionado à população residente fora das grandes áreas metropolitanas uma maior proximidade de um leque diversificado de bens e serviços da cultura (Santos e outros, 2004).

Ainda no domínio do livro, em 1996 foi criada a Rede de Bibliotecas Escolares (RBE) a partir de uma iniciativa conjunta entre os Ministérios da Educação e da Cultura (ver Caixa nº 2). O número de estabelecimentos de ensino que integram a RBE representa

Rede de Bibliotecas Escolares

[CAIXA Nº 2]

O Programa Rede de Bibliotecas Escolares (RBE) foi iniciado no ano lectivo de 1996/97 tendo como principal competência instalar, de modo faseado, uma rede de bibliotecas escolares no território nacional. Este Programa vem desenvolvendo a sua acção através de duas modalidades de intervenção operacionalizadas através de candidaturas ao nível concelhio ou nacional.

A Candidatura Concelhia destina-se a apoiar escolas pertencentes a concelhos previamente seleccionados mediante critérios técnicos pré-definidos. A candidatura faz-se mediante apresentação pelas escolas de um plano para o desenvolvimento da respectiva Biblioteca Escolar/Centro de Recursos Educativos, contando para o efeito com o apoio das Direcções Regionais de Educação, das Câmaras Municipais, de Bibliotecas Públicas, e também do Gabinete da Rede de Bibliotecas Escolares. A Candidatura Nacional dirige-se às escolas dos vários níveis de ensino que, fora das áreas geográficas abrangidas pelas candidaturas concelhias, desenvolvem experiências significativas em matéria de organização, gestão e dinamização de Bibliotecas Escolares/Centros de Recursos Educativos.

Fonte: <http: //www.rbe.min-edu.pt>

33% dos estabelecimentos de ensino do Continente (dados de 2005/2006), abarcando 64% do total da população escolar – sublinhe-se a cobertura que a RBE apresenta na região do Algarve, contemplando 94% das escolas até ao secundário e 86% do total de alunos (quadro nº 4).

O maior investimento desta rede foi dirigido, numa primeira fase, aos estabelecimentos do ensino secundário (quadro nº 5). Para este nível de aprendizagem, a RBE apresenta uma percentagem de cobertura muito elevada, correspondendo a 89% de alunos inscritos no Continente – destaque conferido, ao Algarve e à região de Lisboa, esta última com 93% do total de alunos do secundário a ter possibilidade de aceder às bibliotecas da Rede. São os alunos que entram pela primeira vez para a escola (1º ciclo) que têm menor acesso às bibliotecas de Rede, salientando-se sobretudo os que frequentam escolas das regiões Norte e Centro. Parece verificar-se, no entanto, uma crescente preocupação com a integração das escolas do primeiro

Percentagem de estabelecimentos e de alunos beneficiários da Rede de Bibliotecas Escolares

[QUADRO Nº 4]

Direcções Regionais	% de estabelecimentos escolares abrangidos pela RBE	% de alunos beneficiários da RBE
Continente	32,5	64,0
Alentejo	58,4	77,4
Algarve	93,8	86,3
Centro	29,1	59,2
Lisboa	35,5	68,3
Norte	25,3	58,3

Fonte: GIASE (ME) e Rede de Bibliotecas Escolares. Dados relativos ao ano lectivo 2005/2006.

ciclo nos últimos anos – em 2007 são apoiadas 36 escolas deste nível de ensino no Continente[41].

Tendo percepção de que um dos processos mais significativos de transformação social da sociedade portuguesa a seguir ao 25 de Abril passou pela democratização da educação, ao alargar o acesso à escola a todos os cidadãos, a Rede de Bibliotecas Escolares é também, dado o universo socialmente diversificado que abarca, um importante instrumento de democratização cultural.

Percentagem de alunos beneficiários da Rede de Bibliotecas Escolares, por nível de ensino

[QUADRO Nº 5]

Direcções Regionais	1º Ciclo	2º Ciclo	3º Ciclo	Total ensino obrigatório	Ensino secundário
Continente	29,4	76,0	81,9	57,3	88,7
Alentejo	47,5	95,7	97,1	74,7	86,8
Algarve	60,8	99,9	99,2	82,7	97,8
Centro	21,7	69,6	78,8	50,6	88,0
Lisboa	36,2	75,0	83,3	60,6	93,1
Norte	21,7	74,3	78,5	52,5	83,3

Fonte: GIASE (ME) e Rede de Bibliotecas Escolares. Dados relativos ao ano lectivo 2005/2006[42].

41 Apoio conferido pelo PIDDAC, correspondendo a um total de 451.590 euros (fonte: <www.rbe.min-edu.pt>).

42 O número total de escolas activas (do ensino básico e secundário) era de 8503 até Setembro de 2006; em 2007 o número de escolas cobertas pela RBE é de 1770, o que se traduz numa cobertura de 21% das escolas em funcionamento. Refira-se, no entanto, que destas 8503 escolas 36% (3064) correspondem a escolas do 1º Ciclo com menos de 20 alunos, as quais não integram o projecto da RBE devido ao baixo número de alunos e forte probabilidade de encerramento. Restam 5439 escolas activas, com mais de 20 alunos, revelando uma cobertura de 33%. Relativamente a estas últimas conclui-se ainda o seguinte: do conjunto de escolas do 1º ciclo (4208), apenas 19% (807) integram a RBE – devendo-se o fraco valor ao elevado número de escolas >

A preocupação com a criação/requalificação de infra-estruturas culturais estende-se também a outros domínios culturais. Ainda no que respeita a redes de equipamentos, em 1999 foram lançadas as redes de teatros e cine-teatro (RNTCT) e de espaços culturais municipais (RMEC), embora sem a consistência formal verificada para a rede de bibliotecas. "Nenhuma destas duas redes continha requisitos padronizados e impunha condições precisas em termos de construção, equipamento ou actividade. A capacidade de resposta das autarquias foi bastante fraca, tendo quase todas falhado os primeiros prazos estabelecidos para a apresentação de projectos" (Silva, 2004: 245). Através de verbas disponibilizadas pelo Programa Operacional para a Cultura (POC) foi possível, a partir do ano 2000, começar a estabilizar o processo de implantação das redes e "em 2001 este projecto é assumido politicamente dando prioridade às capitais de distrito" (Silva, 2004).

Nem a rede nacional de teatros e cine-teatros, nem a rede municipal de teatros apresentam o mesmo grau de formalização e estruturação que outras redes entretanto instituídas, tal como a Rede Portuguesa de Museus. A conjugação da vontade dos governos, a iniciativa de algumas administrações locais e ainda a existência de meios financeiros disponíveis (sobretudo financiamentos comunitários), permitiu que a requalificação de alguns destes equipamentos pudesse efectivamente concretizar-se. Inicialmente, foi previsto que seriam os teatros e cine-teatros das capitais de distrito que começariam por beneficiar dos apoios do POC para, posteriormente, se estenderem a outros concelhos.

Para além da progressiva implementação de redes de equipamentos, o conceito de "rede" foi sendo alargado, integrando objectivos não já relacionados apenas com a infra-estruturação mas também com modos de gestão das actividades culturais.

---

com poucos alunos. Já no que respeita o 2º e 3º ciclos o cenário muda significativamente: das 750 escolas activas, 76% (567) integram a RBE, o mesmo se aplicando ao ensino secundário. Neste caso, de um total de 481 escolas secundárias, 396 estão integradas na Rede (82%).

O exemplo mais ilustrativo deste novo entendimento do funcionamento em rede – não já assente na criação de equipamentos mas num método de organização e gestão das actividades culturais – é fornecido pela Rede Portuguesa de Museus (RPM), criada no ano 2000.

Esta estrutura concentra a sua actividade em três eixos fundamentais: circulação e troca de informação; formação de pessoal; qualificação dos serviços técnicos e dos espaços funcionais quer através de consultoria técnica, quer através de apoios financeiros. A RPM conta actualmente com 125 museus.

Nesta Rede a atenção dirigida à componente pedagógica/formativa adquire um peso significativo na atribuição de apoios financeiros. O programa de financiamento da Rede (PAQM – Programa de Apoio à Qualificação dos Museus[43]) conta com quatro linhas de financiamento, entre elas o Apoio a acções de comunicação onde está inserido o sub-programa de apoio a Projectos Educativos. O quadro nº 6 permite precisamente evidenciar o relevo atribuído a esta dimensão no conjunto dos apoios concedidos, destacando-se do conjunto o ano 2003 pela abundância de projectos apoiados.

Programas e projectos específicos

Entre o conjunto de programas e projectos mais significativos no âmbito da democratização cultural e da formação de públicos, refiram-se em especial o Programa de Difusão das Artes do Espectáculo (PDAE) e o seu sucessor Programa Território Artes (PTA), pela cobertura geográfica que apresentam e pelo impacto na dinamização de actividades culturais locais. Embora comportando um leque diferenciado de objectivos, visaram em primeira instância a descentralização da cultura. Neste processo de levar a cultura a lugares distantes, desconcentrando-a das maiores cidades, estes Programas

43 Criado pelo Despacho Normativo de 28/2001, de 7 de Junho.

Programa de Apoio à Qualificação dos Museus (PAQM), por ano

[QUADRO Nº 6]

Programas e sub-programas no âmbito do paqm	2001		2002		2003		2004		2005/2006	
	Proj	Mus.	Proj	Mus.	Proj	Mus.	Proj	Mus.	Proj	Mus.
P.1 Apoio à programação museológica	5	5	7	6	7	7	—	—	—	—
P.2 Apoio à investigação e ao estudo de colecções	17	17	27	16	24	17	25	19	19	17
P.3 Apoio à conservação preventiva	28	20	27	18	22	16	28	27	25	25
P.3.1 Aquisição de equipamentos para a conservação preventiva	13	13	14	10	14	14	15	14	10	11
P.3.2 Aquisição de mobiliário ou equipamentos para reservas	12	12	12	12	7	7	8	8	14	13
P.3.3 Aquisição de serviços especializados	3	3	1	1	1	1	5	5	1	1
P.4 Apoio a acções de comunicação	20	19	20	14	31	21	41	39	36	27
P.4.1 Acções de acolhimento e de comunicação	10	10	11	10	12	11	23	22	21	15
P.4.2 Projectos educativos	10	10	9	8	19	17	18	17	15	12
Total	*70*	*40*	*81*	*33*	*84*	*42*	*94*	*42*	*80*	*39*

Fonte: OAC; *Panorama Museológico Português* (2000-2003); dados fornecidos pela RPM.

propõem-se ainda fomentar o alargamento dos públicos da cultura através de acções específicas de sensibilização.

Refira-se ainda o Projecto Piloto de Formação de Novos Públicos em Meio Escolar que, embora tendo as limitações associadas aos constrangimentos financeiros e experimentais, é um exemplo em pequena escala das parcerias possíveis na dinamização das actividades educativas/culturais com vista à "educação artística".

- **Programa de Difusão das Artes do Espectáculo**

Nas artes performativas, os investimentos públicos na estruturação e gestão da oferta cultural ganham especial relevo com a criação do Programa de Difusão das Artes do Espectáculo.

Este Programa foi instituído pelo então Instituto Português das Artes do Espectáculo (IPAE) no ano 2000. Teve como principais objectivos a descentralização e democratização da oferta cultural "fazendo face a assimetrias regionais e a desigualdades sociais e culturais através da constituição de uma rede nacional de difusão"[44]. Assumiu, entre os seus diferentes planos de intervenção, o "desenvolvimento de públicos" reflectindo preocupações quer na dotação de uma programação regular nos equipamentos culturais, quer no alargamento e sensibilização da população para as artes do espectáculo. Para este último propósito o Programa constituiu uma oferta específica de natureza pedagógica/formativa com objectivos distintos, sendo dirigida a públicos diferenciados. Foram inicialmente previstas várias acções, entre elas: os *Cursos Breves* (tinham como destinatários a população em geral e como objectivo facultar informação sobre temas, correntes ou períodos artísticos); a *Sensibilização dos Agentes* (tendo como público-alvo preferencial os profissionais da educação); os *Estágios de Curta Duração* (que procuravam proporcionar a funcionários de estrutura de acolhimento períodos

44 IPAE, Difusão das Artes do Espectáculo, Dossier de Candidatura, 2002, Documento Constitutivo do Programa, p. 6.

de contacto directo com equipas de produção profissionais); cursos de *Formação de Profissionais* (dirigido a técnicos autárquicos): os *Ateliês Pedagógicos* (dirigidos à população) e, finalmente, a *Formação de Novos Públicos em Meio Escolar*, que previa acções dirigidas a alunos do ensino não superior).

Pesem embora os objectivos iniciais do Programa no que respeita à sensibilização e formação de públicos para as artes, as acções desenvolvidas concentraram-se fundamentalmente no âmbito dos ateliês pedagógicos dirigidos a um público infantil-juvenil. Apesar das contingências que não permitiram a realização de todas as acções previstas, a dimensão formativa do Programa assumiu uma importância muito relevante para as autarquias que nele participaram, dada a escassez de uma oferta especializada neste domínio. De acordo com alguns resultados da avaliação do Programa (Santos e outros, 2004), foram agendadas 2.359 sessões de ateliês e estima-se que nelas tenham participado 46.643 crianças/jovens. Neste conjunto 70% foram recrutadas em contexto escolar. Tendo inicialmente sido previsto decorrer até 2003, este Programa foi interrompido no fim do primeiro semestre de 2002 por falta de garantias financeiras.

- **Programa Território Artes**

Refira-se no âmbito das actividades de iniciativa da DGArtes e na sequência do PDAE, a constituição de um novo programa de descentralização das artes (Programa Território Artes – PTA).

Todas as modalidades de programação implicam a obrigatoriedade de apresentar um Plano Municipal Enquadrador dos Agendamentos PTA. Este plano tem componentes sectoriais obrigatórias, entre elas, o *Programa de Qualificação e Sensibilização de Públicos*.

Este Programa, obrigatório para as autarquias que participaram na modalidade de Núcleos de Programação – tipo de modalidade mais exigente em termos de participação – estipulava, para o caso do *Programa de Qualificação e Sensibilização de Públicos*, um agendamento obrigatório de 14 acções.

O Programa integrou três segmentos específicos de programação regular que visaram objectivos diferenciados: a) *as acções de sensibilização ou ateliês pedagógicos*; b) os *projectos artísticos de continuidade* e; c) os *cursos breves*.

a) As Acções de sensibilização/Ateliês pedagógicos foram um dos investimentos principais em termos de formação e alargamento de públicos, integrando ateliês de motivação para as artes dirigidos a diversos sectores da população. Os ateliês/oficinas de trabalho tiveram por objecto as artes do espectáculo e as artes visuais, explorando alguns deles a ligação com outras expressões artísticas e com a ciência e a tecnologia. O ateliê tipo teve a duração de 3 horas.

b) Os Projectos artísticos de continuidade em meio escolar consubstanciaram-se em acções dirigidas a alunos do ensino não superior, desenvolvidas no espaço escolar e envolvendo a participação de estruturas artísticas profissionais, com possibilidade de alargamento do processo de trabalho a estruturas locais de carácter não profissional.

c) Os Cursos Breves dirigiram-se à população em geral, e tiveram como objectivo facultar informação sobre temas, correntes ou períodos artísticos, procurando aumentar o grau de conhecimento e de motivação para o objecto das sessões e para as artes em geral. A acção tipo teve a duração de 5 dias, com 3 horas diárias em horário pós-laboral.

- **Projecto-Piloto de Formação de Novos Públicos em Meio Escolar**

O Gabinete de Formação do então IPAE (Instituto Português das Artes do Espectáculo, substituído pelo Instituto das Artes e actualmente pela DGArtes) promoveu entre 1998 e 2003 um projecto que visou a sensibilização de públicos escolares para as artes. O intitulado *Projecto-piloto de Formação de Novos Públicos em Meio Escolar* teve a duração de cinco anos lectivos e foi desenvolvido em escolas de vários concelhos do país, implicando o envolvimento de diferentes agentes locais na promoção de actividades culturais e artísticas. Este projecto

teve como principais objectivos "formar um público jovem minimamente conhecedor, consciente e crítico, com capacidade para proceder a uma apreciação individual das artes do espectáculo", por um lado e, por outro, "envolver a comunidade escolar e a comunidade local em geral, bem como desenvolver competências relacionadas com a área escolhida (dança, música, teatro)" (Carichas e Duarte, 2006: 18). No decurso dos cinco anos lectivos envolveu 29 escolas de um total de 14 concelhos do país (estando mais representadas as escolas localizadas nos concelhos do Alentejo) e 25 formadores de diferentes domínios artísticos.

Uma das preocupações subjacentes à arquitectura e operacionalização do referido projecto passava por evitar a realização de acções esporádicas, procurando promover actividades que tivessem continuidade ao longo de todo o ano lectivo e, em alguns casos, ao longo dos ciclos de escolaridade. Para o efeito procuraram mobilizar diversos parceiros institucionais, nomeadamente as escolas e as autarquias, com os quais o IPAE estabeleceu acordos tripartidos. O projecto procurava sobretudo a dinamização das comunidades locais implicando autarquias, escolas e professores. Não teve continuidade, de acordo com as suas responsáveis, dadas as prioridades então definidas por aquele Instituto para a sua intervenção no sector.

Articulação entre políticas educativas e culturais – um demorado processo

Tal como se tem vindo a sublinhar, a articulação entre políticas educacionais e culturais tem sido um projecto governamental ao longo dos últimos tempos, muito embora, como se verificará, as experiências pontuais de articulação datem já de meados do século XX. O cruzamento entre os dois domínios de intervenção visa contribuir para: a) a criação de políticas que visem o desenvolvimento mais amplo e completo dos cidadãos – integrando a educação artística nos currículos do ensino regular; b) aproximar os bens e serviços da cultura dos quotidianos da população.

Sem pretender reconstituir cronologicamente todas as iniciativas que tiveram lugar na articulação de políticas de educação e cultura ao longo dos anos, convém, no entanto, destacar algumas que se constituem como marcos, pela sua relevância.

Em 1956, é fundada por vários pedagogos a Associação Portuguesa de Educação pela Arte[45]. Esta Associação preconizava um modelo pedagógico que, para além do ensino das artes, institui uma educação global através da relação com as actividades artísticas. Nesta concepção, as artes são entendidas enquanto metodologia específica para a realização de uma educação integral a todos os níveis (afectivo, cognitivo, social, motor) (Sousa, 2003).

Até aos anos 70, no entanto, as únicas disciplinas artísticas existentes nos currículos da escolaridade portuguesa eram o canto coral e o desenho (tendo estas disciplinas denominações diversificadas). Em 1971 é criado por Madalena Perdigão, no Conservatório Nacional, a *Escola Superior de Educação pela Arte*, formando professores através de uma metodologia específica. "A influência exercida por estes pedagogos e pelos alunos formados por este curso começou a fazer-se sentir a nível do sistema escolar geral logo a seguir à Revolução de 25 de Abril, com a inserção nos programas de escolaridade primária da área de movimento, música e drama." (Sousa, 2003: 31).

Em 1978, o Plano Nacional de Educação Artística define oficialmente a «Educação pela Arte» (que propõe o desenvolvimento da expressão artística) e a «Educação para a arte» (que visa a formação de artistas profissionais). Ainda durante o fim dos anos 70 e no âmbito deste quadro legal, foram criados Centros de Tempos Livres onde eram desenvolvidos clubes artísticos extra-curriculares com actividades como o teatro, música, fotografia, artes plásticas, entre outros. Refiram-se também os "projectos de animação em museus e bibliotecas, numa tentativa de estabelecer uma relação cada vez

45 Entre os quais João dos Santos; Calvet de Magalhães; Alice Gomes; Almada Negreiros; Chiró; J.F. Branco; Adriano Gusmão; Cecília Menano, entre outros.

mais estreita entre escola e comunidade" (Carichas e Duarte, 2006: 10). Em 1980 a Escola Superior de Educação pela Arte é suspensa[46], sendo extinta três anos mais tarde.

A inserção da arte no sistema escolar tem oficialmente origem na Lei de Bases do Sistema Educativo, em 1986[47]. Esta Lei determina que nos currículos dos níveis Pré-escolar, Ensino Básico, Ensino Superior, Educação Extra-Escolar e Ensino Especial, sejam integradas áreas disciplinares com o objectivo de desenvolver "as capacidade de expressão; (...) a imaginação criativa; (...) a actividade lúdica (...); a promoção da Educação Artística; (....); as diversas formas de Expressão Estética"[48].

O reconhecimento da importância da arte no ensino ganha também maior relevo através do lançamento de alguns projectos pontuais. Em 1986 o Ministério da Educação lança o projecto A Escola Cultural com o objectivo de "colmatar lacunas inerentes às práticas culturais e artísticas que funcionavam nas escolas completamente desligadas da comunidade". Em 1989 a Secretaria de Estado da Cultura (SEC) em articulação com o Ministério da Educação promove o projecto "A Cultura Começa na Escola" "visando abrir a escola ao exterior e ligá-la à comunidade através da intervenção de profissionais das artes" (Carichas e Duarte, 2003: 11).

A crescente percepção, por parte da classe política, da importância das artes no desenvolvimento global dos indivíduos – e, particularmente, na formação de públicos para a cultura – e do papel estratégico da escola nesta missão, terá sido o motivo para a constituição de três grupos de trabalho entre os Ministérios da Educação e da Cultura ao longo da última década. O objectivo, transversal aos três grupos, foi propor estratégias de articulação entre os dois ministérios com o intuito de serem definidas políticas que cruzem os dois domínios de intervenção.

---

46 Pelo Despacho nº 379/80.

47 Lei nº 46/86, de 30 de Setembro.

48 Lei nº 46/86, de 30 de Setembro.

O primeiro grupo de trabalho foi coordenado por Maria Emília Brederode dos Santos[49] e Augusto Santos Silva dirigiu o segundo grupo em 1998, designado por Grupo de Contacto com representantes dos dois ministérios[50]. A criação e respectiva articulação de propostas desta equipa visaram a preparação de medidas que permitissem a "o estabelecimento da interligação entre as políticas relativas ao ensino artístico e as referentes à promoção, animação e sensibilização para as artes"[51].

No ano 2000 é publicado o resultado do trabalho do respectivo Grupo de Contacto sob o título de *Educação artística e a promoção das artes, na perspectiva das políticas públicas* (AAVV, 2000) e aí são apresentadas várias propostas que têm em vista a articulação entre escola e cultura, de acordo com quatro eixos de intervenção: i) a presença das artes na educação básica e no ensino secundário; ii) o ensino artístico especializado; iii) a profissionalização e o mercado de emprego; iv) a formação de públicos.

A propósito do contributo deste relatório para promoção de políticas conjuntas no domínio da educação artística vale a pena recuperar algumas das referências aí mencionadas a propósito do quarto eixo respeitante à *formação de públicos*. A introdução de um capítulo relativo a esta temática no relatório produzido no fim dos anos 90 é sintomático da visível necessidade de clarificar o conceito e de alertar os decisores políticos para a importância do papel da escola na promoção de uma relação diferenciada com as artes, não só assente na tradicional transmissão de saberes específicos.

Nessa medida o relatório sublinha: "(...) é preciso, pois, formar públicos, nesta acepção precisa: constituir públicos. O que significa,

---

49 Despacho conjunto nº 7/96. O relatório produzido por este grupo de trabalho não foi publicado.

50 Este grupo foi designado pelo Despacho conjunto nº 296/97, de 19 de Agosto. A composição do Grupo de Contacto foi objecto do Despacho conjunto nº 154/98, de 30 de Janeiro, depois corrigido pelo Despacho conjunto nº 889/98, de 17 de Outubro.

51 Despacho conjunto nº 296/97, de 19 de Agosto.

primeiro, proporcionar possibilidades e formas de contacto com a cultura; segundo, alargar os círculos daqueles que materializam os contactos como consumos; terceiro, tornar regulares os consumos" (AAVV, 2000: 164). Nesta missão a escola assume um lugar central, sem contudo significar que a educação cultural procure impor um paradigma, "é antes proporcionar o encontro com múltiplos paradigmas, é aumentar e diversificar o leque de possibilidades de relacionamento das pessoas com a cultura" (AAVV, 2000: 166).

O terceiro e último relatório produzido no âmbito da articulação educação/cultura foi elaborado em 2004 e esteve sob a coordenação de Jorge Barreto Xavier[52]. Este relatório avança com a proposta de aplicação de um Plano Nacional Educação e Cultura, sendo aí sugerida uma estratégia global de intervenção. Para a prossecução do referido Plano são definidos, genericamente, cinco eixos: i) dimensão cultural do currículo; ii) missão educativa das estruturas culturais; iii) formação de profissionais da educação e da cultura; iv) sistematização e acesso à informação e, v) o incentivo ao funcionamento em rede das estruturas locais e nacionais e destas com estruturas internacionais. Sintetizando os principais contributos deste grupo, refira-se a importância assente na definição de currículos que contemplem o cruzamento de domínios, ou seja, uma maior presença da esfera cultural e artística nas escolas (através, por exemplo, da presenças dos artistas nos estabelecimentos escolares), e a adopção de estratégias pedagógicas diversificadas por parte dos equipamentos culturais que proporcionem a públicos infantis/juvenis diferentes tipos de experiências com as artes.

São ainda avançadas medidas concretas que proporcionem uma qualificação profissional de professores e profissionais da cultura, designadamente através do contacto com estabelecimentos de ensino superior com recurso à frequência de especializações. "Para a qualificação da formação de professores, quer se trate de formação inicial ou

52 Despacho conjunto nº 1062/2003, de 27 de Novembro.

da formação contínua, o Grupo de Trabalho propõe o incremento de diferentes modos de relação com as universidades, traduzindo-se na frequência de cursos breves ou de cursos de mestrado, ou ainda pela troca de recursos ou de experiências de trabalho" (AAVV, 2004: 58).

As últimas dimensões de intervenção propostas pelo Grupo incidem sobre modos de dinamizar as actividades, tanto no que respeita à sistematização e difusão de informação relevante – criação de uma base de dados de artistas e de um Portal Educação/Cultura – como aos modos de gestão das iniciativas propostas, neste último caso com recurso ao estabelecimento de parcerias e de actividades integradas em sistema de rede.

Apesar de todos os trabalhos em torno da articulação entre as políticas educacionais e culturais realizados ao longo da última década, as medidas avançadas defrontam-se ainda com dificuldades na sua efectivação – caso da colocação de professores em equipamentos (Caixa nº 3) ou do Programa de Promoção de Projectos Educativos na Área da Cultura (Caixa nº 4).

As acções desenvolvidas até ao momento poderiam ter maior projecção e eficácia se integradas num plano global de políticas intersectoriais efectivas[53].

Colocação de professores em equipamentos culturais

[CAIXA Nº 3]

Uma das propostas de acção presente no "Plano Nacional Educação e Cultura" elaborado pelo último Grupo de Trabalho entre Ministério da Educação e do Ministério da Cultura (AAVV, 2004) refere-se à colocação de professores com horário incompleto em equipamentos culturais, reforçando deste modo a componente educativa das estruturas culturais. Nesse sentido é proposto no referido

53 Veja-se, por exemplo, o Programa "A Minha Escola Adopta um Museu", de iniciativa conjunta da Direcção-Geral da Inovação e Desenvolvimento Curricular (ME) e Instituto dos Museus e da Conservação (MC); ou o "Projecto-piloto de Formação de Novos públicos em Meio Escolar" promovido pelo então IPAE.

relatório que sejam integrados professores dos quadros de nomeação definitiva "através de um processo de candidatura, para exercer funções pedagógicas junto das estruturas culturais que se situem na zona de referência do agrupamento de escolas a que pertencem" (AAVV, 2004: 57). Na sequência desta proposta foi regulamentada[54] a "possibilidade de afectação ao Ministério da Cultura de pessoal docente dos quadros da educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário que se encontram sem actividade lectiva, face à necessidade de maximizar a rentabilidade dos recursos humanos ao dispor do Estado"[55]. O processo de afectação decorreu sob a forma de candidatura e a selecção através de análise curricular e de entrevista a cargo do Ministério da Cultura. Durante o ano lectivo 2005/2006, foram colocados 69 professores em equipamentos culturais – sobretudo em museus. Destes conjunto, 53 solicitaram prorrogação para o ano lectivo 2006/2007 tendo sido os pedidos apreciados e favoráveis para 50 professores[56].

Programa de Promoção de Projectos Educativos na Área da Cultura (PPEAC)

[CAIXA Nº 4]

Embora não resultando directamente de propostas do Grupo de Trabalho entre os Ministérios da Educação e da Cultura, o Programa de Promoção de Projectos Educativos na Área da Cultura tem subjacente algumas das suas directrizes, designadamente a promoção de iniciativas que envolvam parceiros locais – escolas e

54 Através do Despacho conjunto nº 1053/2005, de 7 de Dezembro.

55 Ponto 1 do Despacho conjunto nº 1053/2005, de 7 de Dezembro.

56 Informação extraída da "Lista de Docentes a afectar aos organismos do Ministério da Cultura" e lista da "Prorrogação da afectação ao Ministério da cultura dos docentes abrangidos pelo Despacho Conjunto nº 1053/2005, de 7 de Dezembro" (Fonte: Ministério da Educação).

equipamentos culturais – no delineamento de projectos no âmbito da cultura. É também nesse sentido que é aprovado o PPPEAC através do Despacho conjunto nº 834/2005 – "considerando as potencialidades da interacção entre espaços da cultura e as escolas (…)" podendo estas traduzir-se no "planeamento e execução de acções regulares e continuadas de parceria nas áreas da sensibilização para a prevenção e valorização do património cultural e ambiental, e na preparação e acompanhamento de visitas a espaços de cultura"[57]. Os projectos, podendo desenvolver-se nas escolas ou nos equipamentos culturais, devem contudo, prever uma deslocação anual a um espaço cultural.

Em edital publicado pelo Ministério da Cultura em Novembro de 2005, foi aberto o regime de acesso ao Programa através de candidaturas a apresentar nas Direcções Regionais da Educação e nas Delegações Regionais da Cultura – findando o prazo de candidatura a 31 de Janeiro 2006.

Apesar da apresentação de um conjunto significativo de candidaturas[58] o PPPEAC, embora previsto para decorrer durante o ano lectivo de 2005/2006, encontra-se actualmente suspenso, segundo fonte do ME.

Não obstante, as dificuldades sentidas no delineamento de políticas articuladas, algumas medidas significativas têm sido colocadas em prática. Veja-se, por exemplo, a integração de actividades de enriquecimento curricular (com início no ano lectivo de 2006/2007) – considerando a música e as expressões plástica e dramática em quase todas as escolas do 1º ciclo do país (99%, de acordo com fonte do ME).

Ainda no que respeita à definição de políticas interministeriais, refira-se a realização da Conferência Nacional sobre Educação Artística em Outubro de 2007 na Casa da Música. Este evento vem na

57 Despacho conjunto nº 834/2005, de 4 de Novembro.

58 De acordo com fonte do ME, terão sido apresentadas perto de 100 candidaturas ao PPPEAC.

sequência da realização da I Conferência Mundial sobre Educação Artística promovida pela UNESCO e realizada em Lisboa, em Março de 2006[59]. Entre as várias recomendações que daí resultaram refira-se a que aconselha os vários Estados participantes a promover a reflexão e o debate em torno da temática da educação artística nos respectivos países. Na sequência desta recomendação o Governo português decretou, ainda em Novembro de 2006, através de um despacho interministerial (entre os ministérios dos Negócios Estrangeiros, da Educação e da Cultura) a promoção de um debate nacional em torno da educação artística. "(…) Como resultado da reflexão que teve lugar após a realização da Conferência Mundial de Educação Artística da UNESCO, importa assegurar que o esforço desenvolvido por muitos países no sentido de garantir a existência de um debate sobre o papel da educação artística no sistema educativo se não perca. Donde a necessidade de organização de uma Conferência Nacional de Educação Artística que, reunindo peritos e representantes de organizações governamentais e não-governamentais, crie o espaço necessário a uma discussão e reflexão alargadas relativamente à educação artística (…) "[60].

59 A propósito dos resultados da Conferência Mundial para a educação artística, a Comissão Nacional da UNESCO publicou o "Roteiro para a Educação Artística (Lisboa, 2006).

60 Despacho 23572/2006, de 20 de Novembro de 2006.

3. PRÁTICAS E CONSUMOS CULTURAIS EM PORTUGAL

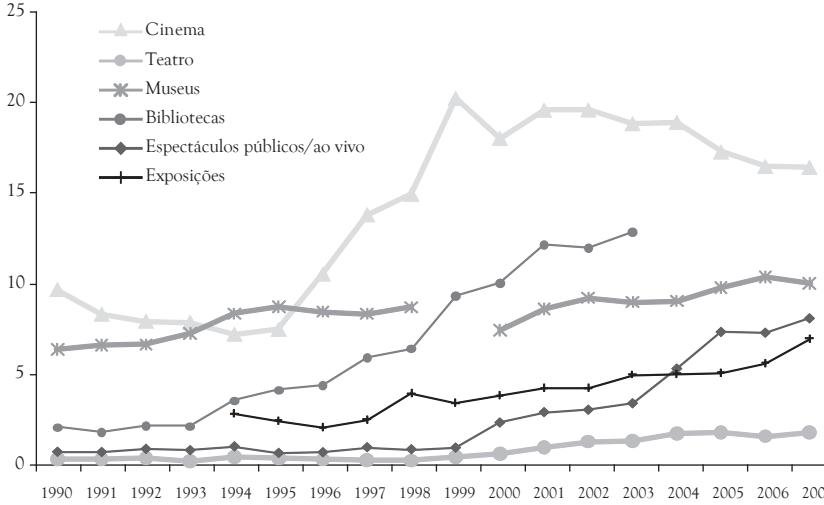
A informação produzida sobre a procura cultural em Portugal ancora-se, em três pólos fundamentais: i) nas estatísticas oficiais; ii) nos inquéritos às práticas culturais; iii) nos estudos de públicos da cultura. Estas três vias de aferição dos consumos/práticas representam leituras distintas do universo da procura cultural.

O primeiro é da responsabilidade do Instituto Nacional de Estatística (INE) e assenta no número de entradas em equipamentos que acolhem actividades culturais. Este tipo de informação mede o volume global da procura permitindo a constituição de séries cronológicas que evidenciam aumentos ou quebras de acordo com domínios culturais e artísticos diferenciados.

O gráfico nº 1 permite identificar oscilações significativas no volume da procura cultural ao longo de quase duas décadas. Um primeiro destaque dirige-se ao aumento global dos consumos a partir dos meados dos anos 90, com especial visibilidade para o cinema. Este crescimento estará, em parte, associado a alguns factores de transformação estrutural da sociedade portuguesa, destacando-se entre eles a democratização do ensino e o alongamento do número de anos da escolaridade obrigatória. Embora nem sempre as competências escolares gerem automaticamente consumidores culturais e artísticos, como se verá mais adiante a propósito da composição social dos públicos da cultura, os vários estudos realizados apontam para uma correlação muito significativa entre as práticas culturais e a detenção de elevadas competências escolares e profissionais.

Frequência de equipamentos culturais em Portugal
(valores em milhões de entradas)

[GRÁFICO Nº 1]



Fonte: OAC a partir de INE, Estatísticas da Cultura Desporto e Recreio (série 1990-2005)
Nota: Não foi possível apurar o número de entradas em Museus para o ano 1999, dado que, neste ano, o INE, interrompeu a recolha de informação para proceder à reformulação das estatísticas deste sector a partir dos resultados do Inquérito ao Museus em Portugal realizado pelo OAC.
Também não foi possível apresentar dados dos frequentadores de bibliotecas para os dois últimos anos considerados dado que o INE procede actualmente à reavaliação metodológica do Inquérito às Bibliotecas.
Só a partir de 1994 o INE considera o número de visitantes em exposições.

Entre as transformações globais ocorridas especificamente no sector da cultura, o aumento da oferta cultural – tanto no que concerne à construção e recuperação de infra-estruturas, como ao aumento e diversificação das actividades de um crescente número de agentes culturais no sector – gerou repercussões significativas no volume da procura cultural. No caso do cinema, depois de uma quebra acentuada nos anos 80 – relacionada, em parte, com o efeito de novidade do vídeo e com a progressiva degradação das grandes salas de cinema – o crescimento exponencial verificado em meados dos anos

90 dever-se-á, em grande medida, ao aumento do número de salas (principalmente em centros comerciais), registando-se, no entanto, alguma quebra nos últimos anos.

Um outro destaque, também relacionado com o aumento do número e requalificação de infraestruturas, é dirigido ao crescimento do número de frequentadores de bibliotecas. A implementação da Rede Nacional de Bibliotecas Públicas veio alterar substancialmente o panorama da oferta cultural em muitas regiões do país[61]. Com efeito, as "novas" bibliotecas assumem actualmente um papel central na dinamização da vida cultural de muitos concelhos dado que alargaram substancialmente o leque de actividades que proporcionam. De uma função "passiva" que desempenhavam no passado, especialmente assente na consulta e empréstimo de livros, passaram a assumir uma função "activa" ao proporcionarem uma oferta diversificada de actividades que cruzam "livros e leitura" com outros domínios artísticos. Para o efeito terá contribuído também o conjunto de valências que passaram a integrar (salas de leitura vocacionadas para públicos-alvo diferenciados, auditórios, salas multimédia, oficinas/ateliês), possibilitando a promoção de um leque muito diversificado de actividades. Note-se também, do ponto de vista dos recursos humanos, a exigência de especialização e a importância atribuída às funções de comunicação, difusão e marketing com o objectivo de angariar novos leitores e fomentar a leitura.

É também devido ao melhoramento das condições físicas e de acolhimento dos museus que as entradas nestes equipamentos registaram um crescimento assinalável (o grande salto verificado em 1998 poderá ter sido devido ao aumento de visitantes estrangeiros atraídos pela Expo'98). Os significativos investimentos realizados pelas autarquias na revitalização do seu património – em muitos casos beneficiando de financiamentos comunitários – permitiram qualificar a oferta cultural proporcionada por estas infraestruturas.

---

61 Refira-se que, de acordo com dados de 2006, 154 bibliotecas da RNBP se encontram abertas ao público, ou seja, abrangem já 50% do total de concelhos do país.

A este respeito é ainda importante mencionar a criação de Rede Portuguesa de Museus (RPM), permitindo ao conjunto de museus por ela abrangidos a hipótese de beneficiarem de um conjunto de apoios ao nível da formação, qualificação e difusão da informação[62]. A notória importância que os serviços educativos e as estratégias de comunicação, marketing e *merchandising* adquiriram em muitos museus, é paradigmática da centralidade que as dinâmicas assentes no desenvolvimento de públicos assumiram na gestão destes espaços.

Regista-se também um aumento progressivo do número de entradas em exposições, ainda que menos acentuado do que o verificado para os museus e bibliotecas, aumento esse beneficiando certamente de uma melhoria dos locais de exposição e de um aumento da oferta neste domínio.

Refira-se por último o aumento verificado nas entradas em espectáculos públicos ao vivo e também nos espectáculos de teatro (rever gráfico nº 1). Pese embora o facto de serem os domínios que apresentam menor número de entradas no conjunto assinalado, são os que apresentam o aumento mais acentuado, sobretudo a partir de 2000[63]. As causas para tão significativa alteração num domínio frequentemente marcado por "fechamentos" simbólicos e sociais, estará também relacionado com as alterações já anteriormente aludidas, referentes quer ao aumento e diversificação da oferta cultural proporcionado pelo aumento/requalificação do número de recintos disponíveis, quer por um incremento do número de agentes no sector (Gomes, Lourenço e Martinho, 2006). Um dos propósitos da criação de uma rede nacional de teatros e cine-teatros (RNTCT) em 1999 foi dinamizar espaços culturais em concelhos fora das áreas metropolitanas de Lisboa e Porto. Ao abrigo deste projecto revitalizaram-se, nos últimos anos, antigas salas de teatro em profundo estado

62 A RPM conta actualmente com 120 museus.

63 As taxas de variação entre as entradas registadas em 1990 e 2005 são de 433,9% para o teatro e de 90,7% para os espectáculos ao vivo – globalmente superiores às verificadas, por exemplo, para os Museus (59,4%) ou para o Cinema (44,1%).

de degradação, através de verbas comunitárias do POC mas também do esforço financeiro de muitas autarquias. Para além da referida rede nacional de teatros e cine-teatros, também a rede municipal de equipamentos culturais (RMEC), o aparecimento de várias redes de programação de espectáculos[64], assim como o Programa de Difusão das Artes do Espectáculo[65], tiveram um impacto significativo na dinamização cultural de alguns dos equipamentos recém construídos ou requalificados.

As estatísticas oficiais sobre o volume da procura cultural permitem aferir a evolução do número de entradas da procura cultural em séries cronológicas, mas não permitem averiguar a composição social dos públicos. Além disso, não possibilitam verificar se um eventual aumento de entradas se deve à regularidade/fidelização dos mesmos públicos ou ao aparecimento de novos públicos, nem permitem saber se a existência de renovadas audiências corresponde a um efectivo alargamento social dos praticantes.

Estes são alguns aspectos que os *inquéritos às práticas* culturais permitem analisar. Embora não exista em Portugal um inquérito nacional às práticas culturais, são vários os estudos realizados na última década que apresentam amplitudes e enfoques diferenciados, permitindo ter, neste âmbito, uma vasta base teórica e empírica de reflexão[66].

---

64 A Artemrede – Rede de programação de teatros e cine-teatro da Região de Lisboa e Vale do Tejo; a rede Comum, a Semrede, são alguns dos exemplos.

65 Tal como referido anteriormente, o Programa de Difusão das Artes do Espectáculo, de iniciativa do então IPAE e vigorando entre os anos 2000 e 2002, visou a criação de bolsas de acções (espectáculos e ateliês) no domínio das artes performativas a que as autarquias aderentes podiam ter acesso para a programação das suas actividades.

66 Sem ter a preocupação de exaustividade refiram-se inquéritos incidindo sobre uma população delimitada regionalmente: *Inquérito às Práticas Culturais dos Lisboetas* (Pais e outros, 1994); *Públicos para a Cultura na Cidade do Porto* (Silva e Santos, 2000); *Projecto e Circunstância: Culturas Urbanas em Portugal* (Fortuna e Silva (orgs.), 2001); inquéritos com enfoque num domínio em particular: *Hábitos de Leitura em Portugal* (Freitas e Santos, 1992); *Hábitos de Leitura: Um inquérito à População Portuguesa* (Freitas e outros, 1997) e finalmente, inquéritos reportados a um segmento populacional específico: >

De um modo geral, na análise dos resultados dos inquéritos às práticas culturais "cruzam-se dois enfoques analíticos que remetem para tendências específicas na estruturação das práticas culturais. Por um lado o que averigua o grau de banalização/rarefacção de diferentes modalidades de lazer de uma determinada população inquirida, por outro o que remete para o recorte social de diferentes práticas, aferindo a correlação entre a regularidade de cada uma e os recursos sociais detidos pelos respectivos praticantes culturais" (Santos e outros, 2002)

Para analisar a configuração das práticas culturais à escala nacional podem, convocar-se os resultados ao Inquérito à Ocupação do Tempo realizado pelo INE em 1999. Não sendo especificamente dirigido as práticas culturais, apresenta um módulo sobre o tema[67]. Considerando o primeiro enfoque analítico mencionado – banalização *vs.* rarefacção das modalidades de lazer – o primeiro destaque é conferido à centralidade que as práticas domésticas nos tempos de lazer assumem, em particular no que se refere ao consumo audiovisual. No outro extremo, as práticas de saída cultural, particularmente orientadas para a recepção de bens artísticos, remetem para um princípio de raridade. O gráfico nº 2 é particularmente ilustrativo destes contrastes. O visionamento televisivo surge como a prática mais frequente, a que se seguem práticas de convivialidade ligadas às visitas interdomiciliárias e às refeições fora de casa.

As práticas de saída cultural situam-se no pólo oposto, sendo partilhadas por menos de metade da população. Se a visita a museus, as idas ao cinema e a concertos de música popular são assinaladas entre os limiares de um quarto e um terço dos portugueses, já as bibliotecas

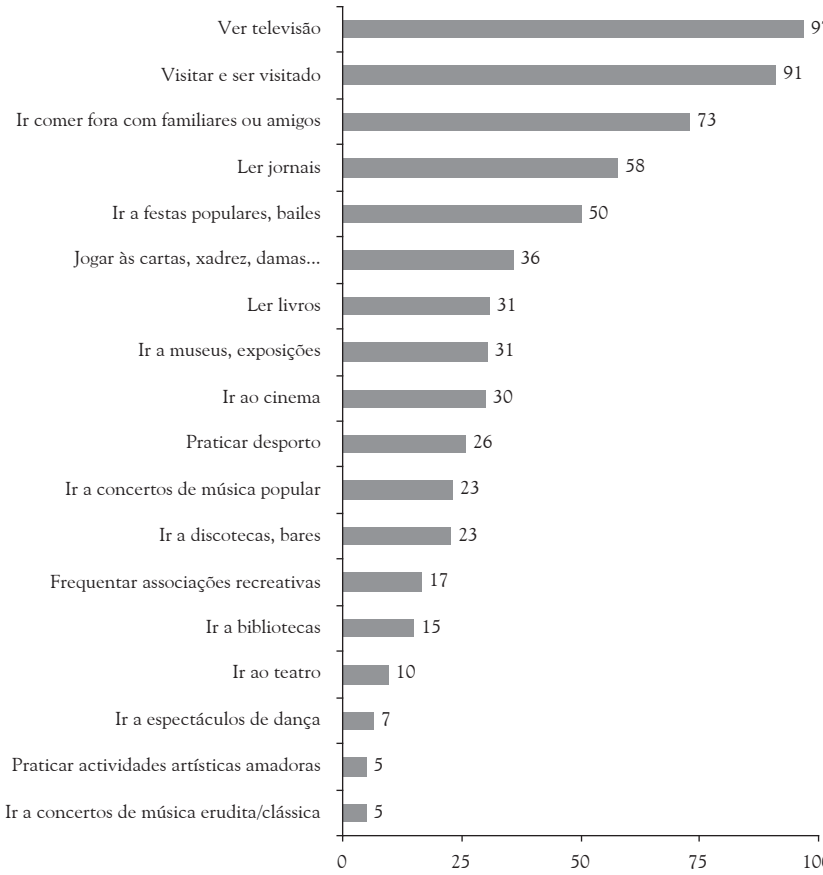
---

> *A Procura e a Oferta cultural e os Jovens* (Schmidt, 1993); *Estudantes do Ensino Superior do Porto: Representações e Práticas Culturais* (Fernandes, 2001); *Perfil dos Estudantes do Ensino Superior: Desigualdades e Diferenciação* (Balsa e outros, 2001) e *Práticas Culturais e Condutas de Risco: Um Inquérito ao Jovens Portugueses* (Pais e Cabral (orgs.), 2003).

67 Ver Rui Gomes, "Práticas Culturais dos Portugueses (1)" e José Neves, "Práticas Culturais dos Portugueses (2)", Folha OBS, nº 2 de Abril de 2001 e nº 3 de Junho 2001, OAC.

Regularidade das práticas de lazer entre a população portuguesa (1999)
n = 8 275 023
(percentagem)

GRÁFICO Nº 2]



Fonte: OAC a partir de AAVV Inquérito à Ocupação do Tempo, 1999, Lisboa, INE, 2001.
Nota: O valor para o televisionamento reporta-se à prática diária. O valor para a leitura de jornais corresponde à proporção de portugueses que declaram a prática como habitual. As restantes taxas são relativas à realização de cada prática durante um ano.

são frequentadas por 15% da população inquirida, enquanto os espectáculos de teatro, dança e de música clássica se encontram abaixo dos 10% da população. Os resultados apurados relativamente à regularidade das práticas culturais confirmam o princípio de raridade no que concerne às práticas de saída cultural e o de banalização no respeitante às práticas domiciliárias.

Os inquéritos às práticas culturais permitem ainda traçar perfis diferenciados de praticantes cruzando a regularidade com os recursos sociais detidos pelos respectivos praticantes. Neste aspecto o que importa sublinhar é a influência determinante de factores como o sexo, a idade, os capitais escolares e o grupo profissional. Tomando ainda como exemplo o Inquérito à Ocupação do Tempo e ventilando um conjunto de práticas de lazer pela variável escolaridade – por ser aquela que, de uma forma global, mais sobredetermina a condição de praticante cultural regular – obtêm-se perfis de lazer e de consumo cultural socialmente distintos. As práticas interdomiciliárias sendo muito generalizadas, apresentam reduzidas assimetrias entre os detentores de baixa e elevada escolaridade, mas as de consumo cultural da designada "cultura cultivada", são tanto mais prováveis quanto mais elevado o capital escolar. "O consumo tende a requerer, a título de uma condição necessária, embora não suficiente, uma qualificação escolar intermédia ou superior; e requere-o tanto mais quanto mais elevada for a posição do bem consumido na escala socialmente hegemónica dos bens culturais" (Silva, 2001: 109).

Embora as credenciações escolares sejam um traço comum aos praticantes culturais, refira-se que nem sempre o elevado perfil escolar é suficiente para determinar a condição de consumidor. Na verdade, nem sempre as competências escolares geram apetências culturais; a idade é também uma variável central na segmentação dos praticantes culturais e, em Portugal, ganha um relevo acrescido. O efeito geracional nos consumos/práticas culturais pode ser entendido, em grande parte, como resultado das transformações estruturais na cultura contemporânea, marcada pelas dinâmicas introduzidas com o audiovisual e as novas tecnologias de informação e comunicação.

Com efeito, a versatilidade destes suportes dá à criação artística uma larga margem de experimentação e criatividade, proporcionando uma oferta cultural diversificada e inovadora. O aumento e diferenciação da oferta estimulam a procura e amplificam interesses e gostos diferenciados. Nesse sentido, as novas gerações são portadoras de práticas e representações que, de certa forma, "interpelam a tricotomia convencional entre cultura erudita, de massas e popular" (Silva, 2001: 110).

A par das características socialmente selectivas que configuram os praticantes culturais, um outro factor constitutivo dos praticantes regulares é o da cumulatividade das práticas – cumulatividade que pode ir no sentido da especialização (consumo regular ou frequente de um mesmo bem cultural) ou da diversificação (conjugação de práticas culturais muito variadas). A conjugação de práticas cultivadas e práticas de lazer, sobretudo as que remetem para contextos de convivialidade, são disso exemplo.

O efeito de cumulatividade das práticas destaca-se igualmente nos *estudos de públicos* de equipamentos ou eventos culturais[68]. Nestes, a nota distintiva remete para o facto de incidirem sobre praticantes efectivos (na própria ocasião em que se constituem como públicos). Quer isto dizer que o núcleo de praticantes mais intensos, minoritários no conjunto da população, surgirá com um peso relativo sobrerepresentado ou até maioritário nos estudos de públicos.

A aplicação de inquéritos a públicos de equipamentos ou eventos culturais, destaca também algumas das características que já os inquéritos às práticas culturais evidenciam, isto é, um conjunto restrito de factores estruturais explicativos das práticas culturais.

---

68 Uma vez mais sem pretensões de exaustividade, indicam-se alguns estudos para o caso português: *Os Públicos do Festival de Almada* (Gomes e outros, 2000); *Públicos do Teatro S. João* (Santos, Nunes e outros, 2001); *Públicos do Porto 2001* (Santos e outros, 2002); *O Festival Estoril Jazz* (Lourenço, Gomes, 2005); *O Centro Cultural de Cascais* (Martinho e Gomes, 2005); *Os Museus Municipais e Cascais* (Santos e Neves, 2005); *Públicos para a Cultura na Cidade do Porto* (Silva e outros, 2000); O(s) *Público(s) da Fundação de Serralves* (Conde; 1995).

A recorrência e centralidade que estes resultados assumem, acentuam, por um lado, a "banalização" de propriedades distintivas dos públicos da cultura e, por outro lado, questiona, no plano empírico, o valor heurístico do inquérito como instrumento de recolha de informação. Estes estudos têm permitido, contudo, identificar importantes transformações ao nível da relação que os indivíduos estabelecem com a cultura. Entre essas transformações está a já aludida diversificação das práticas culturais e a correlativa alteração da hierarquia de classificações artísticas. "Por um lado tal diversificação vem esbater o primado das práticas culturais legítimas (próprias da chamada "cultura cultivada") e favorecer a possibilidade de combinatórias entre práticas múltiplas (mais cultivadas e mais lúdicas). Por outro lado, contudo, a probabilidade de se efectivarem essas combinatórias cumulativas permanece associada às variáveis genericamente explicativas das práticas culturais. Em todo o caso, observa-se um deslocamento teórico em que se passa (...) de uma perspectiva exclusivista [perspectiva legitimista] a um maior ênfase posto no ecletismo [cumulatividade e diversificação] das práticas culturais." (Gomes, 2004: 33).

Longe de esgotar a sua importância como instrumento teórico-metodológico, os inquéritos aos públicos da cultura, reposicionam os seus enfoques analíticos procurando aprofundar as diferentes combinatórias de práticas culturais e de lazer, e a correspondência entre essas combinatórias e o perfil dos respectivos praticantes. Desta forma é possível tipificar perfis distintos de públicos da cultura apresentando tipologias específicas que combinam indicadores sócio-demográficos com práticas culturais (Gomes e outros, 2000; Santos, Nunes e outros, 2002; Santos e outros, 2002).

A este propósito refira-se o estudo dos "Públicos do Porto 2001" (Santos e outros, 2001), que procura precisamente evidenciar a cumulatividade de práticas e gostos compósitos através da elaboração de tipologias específicas. Neste estudo foi realizada uma análise dos processos de recrutamento de públicos correlacionando perfis sociais e combinatórias de práticas culturais. Conforme esperado, o universo

de praticantes culturais do Porto 2001 mostrou-se fortemente selectivo em função das elevadas credenciais (escolares e profissionais) detidas. Não obstante, o tratamento de variáveis sócio-demográficas e das variáveis relativas a práticas culturais através de uma análise multivariada, permitiu a identificação de grupos diferenciados dentro de um universo social relativamente homogéneo.

Para conhecimento generalizado de alguns traços fundamentais dos praticantes culturais, os inquéritos a públicos de eventos ou equipamentos culturais permitem acrescentar mais conhecimento sobre os hábitos e comportamentos dos praticantes. Sublinhe-se a ênfase que estes estudos têm atribuído à cumulatividade e diversidade de práticas e a sua importância na identificação e tipificação de públicos. Na perspectiva dos agentes responsáveis pela "formação de novos públicos", o conhecimento de alguns destes perfis – designadamente, públicos fidelizados ou públicos potenciais, etc. – revela-se um importante instrumento de gestão das respectivas actividades.

4. INQUÉRITO ÀS ACTIVIDADES PEDAGÓGICAS/FORMATIVAS DOS EQUIPAMENTOS CULTURAIS

O progressivo e recentemente mais visível interesse dos decisores políticos pela dimensão educativa/pedagógica das actividades culturais e artísticas, assim como a ausência de um conhecimento extensivo e sistematizado sobre esta realidade, são as principais razões que explicam a realização de um inquérito às actividades pedagógicas/formativas dos equipamentos culturais.

A preocupação com a criação de meios que permitam estabelecer uma relação mais próxima entre artes e população – preocupação patente não só na classe política mas também em agentes culturais diversos (programadores, produtores e também criadores) – estará associada, por um lado, à crescente percepção da importância da cultura no desenvolvimento humano e na promoção da coesão social, mas também, por outro, às tendências recentes que perspectivam a cultura como importante factor de desenvolvimento das economias locais e globais.

Perante um cenário muito generalizado (e socialmente determinado) de escassas práticas culturais – sobretudo no que respeita a saídas culturais, tal como se verificou no capítulo anterior – e da necessidade de alargar, fidelizar e conquistar novos públicos, as políticas públicas têm atribuído um papel cada vez mais relevante à criação de serviços educativos (ou ao desenvolvimento de actividades pedagógica/formativas) nos equipamentos culturais.

Algumas experiências, nacionais e internacionais, têm permitido mostrar que os investimentos realizados na construção e requalificação dos espaços – considerando as condições de acolhimento, programação, divulgação e difusão de actividades – sem um trabalho de mediação entre públicos e obras, não são suficientes para criar uma relação com os objectos/serviços das artes e da cultura. Nessa medida tem-se procurado dotar os equipamentos com serviços e actividades cujo objectivo principal passa por criar modos de comunicar a arte e de proporcionar interacções duradouras com os espaços e com os objectos artísticos.

A percepção de um número cada vez mais elevado de serviços educativos (ou afins) nos equipamentos culturais e, por outro lado, a inexistência de informação específica sobre os seus objectivos e modos de funcionamento (modo como estão integrados na planificação das actividades e composição das equipas; actividades que desenvolvem e públicos a quem se dirigem), levaram à realização de um inquérito cujos resultados agora se apresentam[69].

O presente capítulo é composto por cinco partes, iniciando-se com a apresentação de algumas indicações metodológicas relativas à definição do universo de inquirição, seguindo-se a apresentação de quatro temáticas passíveis de uma abordagem extensiva: i) Caracterização institucional dos equipamentos; ii) Caracterização das equipas; iii) Caracterização das actividades desenvolvidas; iv) Organização das actividades pedagógicas/formativas.

Nota metodológica

O universo de inquirição foi constituído a partir de fontes provenientes do Ministério da Cultura, mobilizadas no âmbito de outros

69 Dada a existência de uma terminologia específica para as actividades pedagógicas/formativas promovidas pelas bibliotecas, optou-se por desenhar um questionário próprio para estes equipamentos, muito embora as questões colocadas sejam genericamente as mesmas.

projectos de investigação realizados no OAC (Gomes, Lourenço e Martinho, 2006). Procurou-se envolver um leque diversificado de equipamentos tendo como primeira preocupação abranger estruturas que pudessem apresentar, à partida, uma programação regular, manifestando deste modo uma maior probabilidade de promoverem actividades pedagógicas/formativas. Nesse sentido foram contemplados os equipamentos integrados em redes, como se verá mais adiante.

Foram enviados questionários para um universo de 600 equipamentos culturais recorrendo à sua expedição por via electrónica (e-mail) em duas fases distintas. A primeira realizou-se durante a segunda quinzena de Novembro de 2006 e a segunda durante o mês de Janeiro de 2007. Foram recebidas 282 respostas válidas (47% do universo inquirido)[70].

O quadro nº 1 permite verificar que o conjunto integra um número aproximado de Museus, Bibliotecas, Teatros/Cine-teatros – sendo a larga maioria equipamentos associados em redes (Rede de Bibliotecas Públicas, Rede Portuguesa de Museus, Rede Nacional de Teatros e Cine-teatros e Rede Municipal de Espaços Culturais) – a que se seguem espaços culturais de utilização polivalente, como são os Auditórios/Fóruns e os Centros Culturais. A categoria respeitante ao Património integra sobretudo palácios e outros monumentos de valor arquitectónico e arqueológico, abarcando, prioritariamente, os equipamentos tutelados pela Administração central. Dentro da categoria Outros estão incluídos equipamentos que desenvolvem actividades em diferentes domínios culturais e artísticos. Caracterizam-se também por uma utilização polivalente, embora não se enquadrem no figurino do auditório, fórum ou centro cultural.

O número das respostas obtidas não altera significativamente a repartição do universo de inquirição. O único destaque é conferido

---

70 No total foram recebidos 315 questionários com respostas de equipamentos, no entanto só foram consideradas 282 respostas, dado que as restantes correspondiam a equipamentos (maioritariamente Teatros e Cine-teatros) que, como se veio a verificar, não desenvolvem actividades pedagógicas/formativas.

Questionários enviados e recebidos, por Tipo de equipamento com oferta de actividades pedagógicas/formativas
(*números absolutos e percentagem*)

[QUADRO Nº 1]

Equipamentos	Questionários enviados		Questionários recebidos			Percentagem de respostas
	Nº	%	Total	Válidos	%	
Museus	128	21,3	92	88	31,2	68,8
Bibliotecas	151	25,2	67	65	23,0	43,0
Centros culturais	72	12,0	39	36	12,8	50,0
Teatros e Cine-teatros	145	24,2	63	44	15,6	30,3
Auditórios/Fóruns	62	10,3	27	22	7,8	35,5
Património – monumentos	21	3,5	14	14	5,0	66,7
Outros	21	3,5	13	13	4,6	61,9
Total	*600*	*100,0*	*315*	*282*	*100,0*	*47,0*

Nota: i) A categoria "Património" inclui palácios e outros monumentos de valor arquitectónico e arqueológico. A categoria "Outros" integra equipamentos que não se enquadrando em nenhuma das contempladas, desenvolve fundamentalmente uma actividade multidisciplinar.

à maior presença de Museus (representando 31% do total da amostra), dado que foram as estruturas com mais elevada percentagem de repostas obtidas (69%). No que respeita ainda à percentagem de respostas alcançadas, refira-se também a categoria Património, uma vez que as respostas de equipamentos aí classificados alcançaram mais de metade do total de questionários enviados para este tipo de estruturas (67%).

4.1. CARACTERIZAÇÃO INSTITUCIONAL

O primeiro plano de análise, relativo à caracterização dos equipamentos respondentes, remete para o fornecimento de dados contextualizadores do desenvolvimento das actividades pedagógicas/formativas nas estruturas inquiridas. Nesse sentido, serão abordadas questões relativas à *Localização geográfica* dos equipamentos, ao seu *Regime jurídico*; à *Data de constituição* dos serviços educativos ou de início da realização das actividades pedagógicas/formativas.

Saliente-se, uma vez mais, a elevada percentagem de Museus e Bibliotecas que compõem a amostra (quadro nº 2). Mais de metade dos equipamentos respondentes pertence a um dos dois tipos, prevalecendo, contudo, a presença de Museus (31%). Esta característica envia, de certa forma, para o histórico do desenvolvimento e organização dos serviços educativos em Portugal. Recorde-se que a constituição do universo de inquirição, procurando reunir um leque de equipamentos diversificados, considerou, no que diz respeito a museus, bibliotecas e teatros/cine-teatros, especialmente os que integram redes públicas, visto que estes, à partida, garantiriam maior probabilidade de desenvolverem actividades com teor educativo/formativo[71]. A rede de bibliotecas é a que apresenta maior longevidade

71 Tal como se verificou no Capítulo 2 e no que respeita aos Museus, a RPM promove o Programa de Apoio e Qualificação dos Museus (PAQM) onde se inscrevem verbas específicas para Projectos Educativos. As bibliotecas da RNBP integram as actividades >

Estatuto jurídico dos equipamentos com oferta de actividades pedagógicas/formativas por Tipo de equipamento e NUTS II

(números absolutos e percentagem)

[QUADRO Nº 2]

Estatuto Jurídico	AC	AL	AR	EMP	FUND	COOP	ASS	Outro	Total	%
Tipo de equipamento										
Auditório/Fórum	0	21	0	0	0	0	1	0	22	7,8
Biblioteca	0	**65**	0	0	0	0	0	0	65	**23,0**
Centro cultural	0	27	2	1	5	1	0	0	36	12,8
Teatro/Cine-teatro	4	28	0	2	0	4	6	0	44	15,6
Museu	22	**39**	8	3	9	0	2	5	88	**31,2**
Património	12	2	0	0	0	0	0	0	14	5,0
Outros	4	2	0	1	1	1	4	0	13	4,6
NUTS II										
Norte	7	**62**	0	1	6	3	3	2	84	**29,8**
Centro	9	**54**	1	2	1	0	5	1	73	**25,9**
Lisboa	25	30	0	3	8	3	4	1	74	**26,2**
Alentejo	0	24	1	1	0	0	1	0	27	9,6
Algarve	1	13	0	0	0	0	0	0	14	5,0
R. A. Madeira	0	0	5	0	0	0	0	1	6	2,1
R. A. Açores	0	1	3	0	0	0	0	0	4	1,4
Total	*42*	***184***	*10*	*7*	*15*	*6*	*13*	*5*	*282*	*100,0*
%	*14,9*	***65,2***	*3,5*	*2,5*	*5,3*	*2,1*	*4,6*	*1,8*	*100,0*	

Legenda: AC (Administração central); AL (Administração local); AR (Administração Regional); EMP (empresas); FUND (Fundações); COOP (Cooperativas); ASS (Associações).

e, por essa razão, poderá apresentar um grau de estruturação funcional e organizativa que outros equipamentos (ainda) não têm. Quanto aos museus, embora a sua organização em rede se tenha iniciado somente em 2000, a criação e desenvolvimento de actividades pedagógicas e formativas é fortemente estimulada – apesar de não ser um requisito obrigatório para integrar a rede. Além disso, os museus são equipamentos que cedo integraram uma componente educativa nas suas dinâmicas internas, provavelmente influenciados pela ligação entre a educação e a museologia que depressa se manifestou noutros países e que teve, a nível nacional, um percurso próprio.

A elevada presença de equipamentos pertencentes a redes públicas atribui desde logo traços específicos à amostra. As redes nacionais, sendo projectos ou programas de iniciativa da Administração central, têm subjacente, como se sabe, o estabelecimento de parcerias com as autarquias. Nesse sentido, não surpreende o facto de 84% dos equipamentos respondentes serem tutelados pelas administrações públicas, sobressaindo deste conjunto os espaços tutelados pela Administração local (65%) – designadamente museus e bibliotecas, mas também teatros/cine-teatros e centros culturais. Estes dados reflectem as prioridades de que se revestiu a política cultural portuguesa no que respeita à promoção do acesso à cultura, designadamente nas estratégias de alargamento de públicos através da construção/qualificação de equipamentos.

Apesar do sector privado se apresentar representado com muito reduzido número de equipamentos, refiram-se alguns museus e centros culturais tutelados por fundações, assim como teatros/cine-teatros administrados por associações ou cooperativas.

É curioso verificar que a distribuição geográfica dos equipamentos respondentes contraria, até certo ponto, a tendência da grande

---

> de Promoção do Livro e da Leitura que incluem espectáculos, exposições, etc. Somente a RNTCT e a RMEC, sem o mesmo grau de estruturação das anteriores, não apresentam actividades desta natureza com incentivos públicos formalizados para o desenvolvimento de actividades desta natureza.

concentração de estruturas na capital ou mesmo nas áreas metropolitanas. Evidencia-se uma significativa distribuição de equipamentos pela zona Norte (a mais representada, abarcando 30% da amostra), Lisboa (26%) e Centro (25%). Veja-se, em especial, o facto de apenas 8% dos equipamentos respondentes pertencerem à AMP (Área Metropolitana do Porto) e de 22% pertencerem a outros concelhos da região Norte (ver quadro nº 2, Anexo B). O número de concelhos da AML (Área Metropolitana de Lisboa) coincide com os definidos para a região de Lisboa (NUTS II), abarcando, como se viu, mais de ¼ dos equipamentos respondentes. A este respeito refira-se, ainda assim, a predominância de estruturas no concelho de Lisboa (41 equipamentos) – que representa 55% do total de equipamentos respondentes com localização na região de Lisboa/AML.

Ainda a propósito da amplitude geográfica dos resultados do inquérito, refira-se que nele figuram 152 concelhos do país (representando 49% dos concelhos de Portugal). O conjunto abarca 73% da população do território nacional. Acresce, no que respeita à localização dos equipamentos inquiridos, que se trata de concelhos com uma população juvenilizada (75% dos concelhos abrangidos têm uma população jovem ou muito jovem)[72]. Estes dados indiciam que as dinâmicas educacionais/pedagógicas dos equipamentos culturais poderão estar fundamentalmente correlacionadas com a existência de população jovem e/ou em idade escolar, tal como se pretenderá aprofundar mais adiante.

Recorde-se, no referente à distribuição territorial dos equipamentos culturais, que os investimentos realizados na sua construção e requalificação têm sido pólos prioritários de investimento da administração pública nas últimas décadas. A disponibilidade de meios financeiros proporcionados pelo Programa Operacional para a Cultura (POC), iniciado em 2000, permitiu canalizar verbas específicas para a construção ou recuperação de equipamentos. Muitas autarquias

72 Rácio entre população com 65 ou mais anos sobre população com idade até aos 24 anos, de acordo com os resultados dos Censos de 2001. Ver quadro nº 1, Anexo B.

aproveitaram a oportunidade para requalificarem património ou para dotar os seus concelhos de infraestruturas para acolhimento de eventos culturais e artísticos. A crescente percepção da importância da cultura e das artes como factores dinamizadores das economias locais terá tido também influência na definição de prioridades.

Actualmente, embora ainda permaneça esse mesmo foco de investimento, as prioridades tendem a deslocar-se noutro sentido, dando atenção quer à qualificação das actividades e dos profissionais da cultura e das artes, quer à qualificação dos cidadãos. A criação de serviços educativos nos equipamentos culturais é paradigmática da emergência desta nova prioridade.

Ainda considerando a distribuição geográfica dos equipamentos respondentes mas agora de acordo com a sua natureza cultural e artística, é possível aferir que: uma fatia considerável dos Museus e de Património está sobrerepresentada em Lisboa (33% e 57%, respectivamente); os Centros culturais e os Auditórios/fóruns encontram-se predominantemente no Norte; a maioria das Bibliotecas (mais de 70%) distribui-se equilibradamente entre o Norte e o Centro (quadro nº 3).

Tomando como referência não os equipamentos culturais mas especificamente a constituição dos seus serviços educativos – ou, no caso de não terem serviços educativos constituídos, o início do desenvolvimento de actividades pedagógicas/formativas – sublinhe-se o relevo da década de 90 na implantação destas actividades, mas destaque-se particularmente os últimos seis anos (quadro nº 4)[73]. De acordo com os dados da amostra, 41% dos serviços desta natureza foram criados entre os anos 2001 e 2006, acentuando inequivocamente a importância que estas actividades têm vindo a assumir no panorama cultural português. Recorde-se em particular os textos programáticos dos últimos Governos, alusivos à necessidade de se alcançarem mais públicos fortalecendo a relação entre a educação e a cultura mas também, de acordo com o enunciado político do actual

73 Ver também gráfico nº 1, Anexo B.

Tipo de equipamento com oferta de actividades pedagógicas/formativas por NUTS II

(*Percentagem em coluna*)

[QUADRO Nº 3]

	Auditórios/ Fóruns	Bibliotecas	Centros culturais	Teatros/ C.teatro	Museus	Património	Outros	Total
Norte	40,9	38,5	47,2	13,6	25,0	14,3	23,1	29,8
Centro	27,3	33,8	16,7	40,9	18,2	21,4	15,4	25,9
Lisboa	31,8	7,7	13,9	29,5	33,0	57,1	53,8	26,2
Alentejo	0,0	12,3	16,7	9,1	9,1	0,0	7,7	9,6
Algarve	0,0	7,7	5,6	4,5	4,5	7,1	0,0	5,0
R. A. Madeira	0,0	0,0	0,0	0,0	6,8	0,0	0,0	2,1
R. A. Açores	0,0	0,0	0,0	2,3	3,4	0,0	0,0	1,4
Total	*22*	*65*	*36*	*44*	*88*	*14*	*13*	*282*

Tipo de equipamento com oferta de actividades pedagógicas/formativas, por Data de constituição dos serviços pedagógicos/formativos

[QUADRO Nº 4]

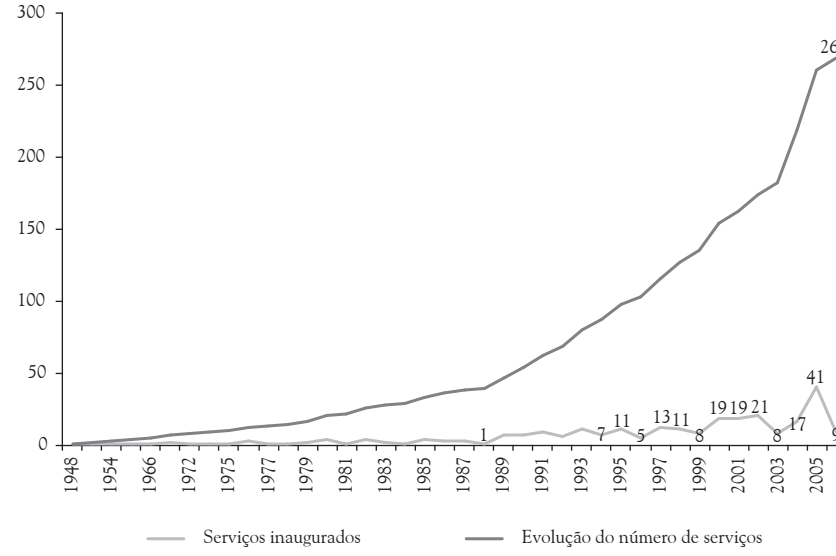
Data de constituição	Nº	%
Até 1990	54	19,1
1991-2000	99	35,1
2001–2005	106	37,6
Depois de 2005	9	3,2
ns/nr	14	5,0
Total	*282*	*100,0*

Governo (XVII), criando serviços educativos nos equipamentos culturais da Administração central e/ou integrados em redes. "Todos os equipamentos dependentes do Ministério da Cultura e todos os equipamentos integrados em redes nacionais devem proporcionar programas educativos dirigidos a diferentes públicos, quer se trate de crianças, jovens, adultos ou cidadãos seniores"[74].

É no ano 2005 que, de acordo com os dados da amostra, o volume de equipamentos culturais com serviços educativos (ou serviços equiparados) aumenta muito significativamente (gráfico nº 1). O crescimento inusitado de serviços registado neste ano (41 novos serviços) reflectirá, certamente, a importância conferida aos públicos

Data de constituição e Evolução do número de serviços pedagógicos/formativos dos equipamentos culturais, por ano
(números absolutos)

[GRÁFICO Nº 1]



74 Texto programático do XVII Governo Constitucional, Capítulo II, II 2 (p. 62).

e à procura cultural no seio das políticas públicas para a cultura, (podendo, por outro lado, reflectir também a abertura de novos serviços em equipamentos municipais em ano de eleições autárquicas).

Nem todos os tipos de equipamento seguem, porém, a mesma tendência. Neste aspecto há a destacar a maior antiguidade das dinâmicas formativas/educacionais em equipamentos como os Museus[75] e o Património (embora estes últimos em número reduzido na amostra), e o carácter mais recente destas iniciativas em Teatros e Centros Culturais (quadro nº 5). Acrescente-se também o grande investimento no domínio pedagógico/formativo ocorrido nas bibliotecas na década de 90, o que se explica pelo facto de coincidir com o período de implementação e crescimento da RNBP (a partir de 1987).

Note-se que já os museus constituídos nos finais do século XVIII e durante o século XIX valorizam o espaço museológico como importante recurso educativo, não obstante o conceito de "educar" e a função educativa dos museus terem sofrido, ao longo do tempo, mutações significativas. É sobretudo em meados do século XX (anos 60) que ocorrem as mudanças mais expressivas. Refira-se, por um lado, a importância atribuída à experiência e à interacção com objectos e lugares e, por outro, a abertura do leque de destinatários das actividades proporcionadas pelos museus, sendo agora valorizadas as aprendizagens ao longo da vida (Martinho, 2007; Hein, 2000; Hooper-Greenhill, 1999).

A incorporação de serviços e actividades de natureza educativa em museus portugueses corresponde a uma experiência adquirida ao longo de décadas. Já durante os anos 50 se podem identificar actividades nesse sentido[76]. Mas é sobretudo nos anos 80, a par de importantes

---

75 A tendência crescente para a constituição de serviços educativos é patente em apenas dois anos: de 44% em 2000, num universo de 491 museus, sobe para 48% em 2002 num conjunto de 591 museus (Santos e outros, 2005).

76 O Museu de Arte Antiga terá sido dos primeiros a desenvolver este tipo de actividades dada a centralidade que progressivamente as actividades pedagógicas >

Tipo de equipamento com oferta de actividades pedagógicas/formativas por Data de constituição

(percentagem em linha)

[QUADRO Nº 5]

	Até 1990	1991-2000	2001-2005	Depois de 2005	ns/nr	Total
Auditório/Fórum	9,1	36,4	45,5	4,5	4,5	22
Biblioteca	9,2	52,3	35,4	1,5	1,5	65
Centro cultural	5,6	36,1	47,2	2,8	8,3	36
Teatro/Cine-teatro	9,1	22,7	47,7	9,1	11,4	44
Museu	33,0	29,5	31,8	1,1	4,5	88
Património	50,0	21,4	28,6	0,0	0,0	14
Outros	30,8	38,5	23,1	7,7	0,0	13
Total	*19,1*	*35,1*	*37,6*	*3,2*	5,0	*282*

transformações no sector[77], que se assiste à expansão do número de museus portugueses, sobretudo sob tutela autárquica. Entre outros factores, a sua ligação à comunidade local terá favorecido a criação de serviços voltados para as populações dos concelhos.

A evolução do panorama museológico português tem beneficiado de um conjunto de factores que convergem para que as preocupações relativas aos públicos ganhem, sobretudo a partir do início do novo século, uma crescente importância. Nos últimos anos, este trabalho

---

e formativas foram assumindo na programação do Museu. Nos anos 60, a Fundação Gulbenkian, através da criação do Centro Artístico Infantil (CAI) tem também um papel determinante no reforço da componente educativa dos museus e dá inclusive apoio e expressão ao movimento da educação pela arte e da educação pelo lúdico.

77 Transformações de natureza institucional e orgânica: é criado o IPPC (Instituto Português do Património Cultural) e é aprovada, em 1985, a Lei de Bases do Património. Ainda nos primeiros anos da década de 80, assiste-se ao aparecimento de movimentos associativos de defesa do património.

– que tem vindo a ser realizado progressivamente – ganha uma nova visibilidade junto dos meios de comunicação social e dos públicos. Uma das razões estará certamente relacionada com as exigências da comunicação para que os museus estão agora muito mais despertos. A produção e edição de publicações, de materiais didácticos e de multimédia e o maior empenho e investimento na divulgação das actividades têm agora mais expressividade e reconhecimento junto dos públicos.

As bibliotecas, por sua vez, ganham novas dinâmicas a partir do início da década de 90, com a criação da Rede Nacional de Bibliotecas Públicas. Com o desenvolvimento desta rede, as bibliotecas assumem uma função distinta da que até então desenvolviam, associada sobretudo ao empréstimo de livros. As "novas bibliotecas" – projectos arquitectónicos que prevêem a criação de espaços com funções diversificadas – alargam o seu âmbito de actividade, promovendo, a propósito do livro e da leitura, outras dinâmicas culturais e artísticas, tais como espectáculos de teatro, dança e música, exposições, cinema, multimédia, entre outras. Em alguns concelhos do país assumem um lugar central na programação cultural local, procurando envolver um leque alargado de públicos.

As actividades pedagógicas/formativas mais recentemente constituídas são, de acordo com dados do inquérito, as desenvolvidas em Teatros e cine-teatros, Centros culturais e Auditórios/fóruns – perto de metade de cada conjunto refere ter dado início a estas práticas nos primeiros cinco anos do novo século. O desenvolvimento de actividades de natureza pedagógica estará com certeza associada ao surgimento de novas infraestruturas culturais. Tal como anteriormente foi referido (Capítulo 2), muitos concelhos do país investiram, ao longo dos últimos anos, na recuperação de património arquitectónico e na criação e requalificação de espaços culturais. Através de esforços financeiros próprios ou através do recurso a financiamentos da Administração central e a fundos estruturais comunitários, o conjunto de equipamentos culturais de natureza polivalente – como são sobretudo os centros culturais e auditórios/fóruns – foi

aumentando significativamente em Portugal[78]. Recorde-se também o aumento do número de teatros e cine-teatros recuperados e/ou requalificados no âmbito da Rede Nacional de Teatros e Cine-Teatros (RNTCT) – sobretudo as estruturas localizadas em concelhos capital de distrito – ou da Rede Municipal de Espaços Culturais (RMEC).

Em síntese, no que respeita à caracterização institucional dos respondentes, sublinhe-se uma tendência para o aumento do número de serviços educativos, principalmente em espaços mais recentemente construídos como são alguns auditórios e centros culturais. A sua distribuição territorial é relativamente equilibrada, embora algumas regiões ainda não apresentem dinâmicas muito expressivas. É o caso do Algarve e das Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores, tal como se verificou. Realce também para o significativo peso dos equipamentos tutelados pela Administração local, sendo um dos traços dominantes na caracterização dos equipamentos que figuram na amostra.

4.2. CARACTERIZAÇÃO DAS EQUIPAS

O segundo eixo de análise dirige-se à composição e caracterização das equipas que desempenham funções no âmbito das actividades pedagógicas/formativas. Trata-se de uma temática cuja abordagem se pode centrar sobretudo em três planos fundamentais. O primeiro é relativo à *composição sociográfica* dos colaboradores que têm a seu cargo estes serviços/funções. Tem como objectivo traçar o seu perfil nomeadamente no que respeita à idade, sexo e habilitações. Um segundo refere-se ao modo como é realizada a *prestação de trabalho* nas actividades educativas dos equipamentos, pretendendo ave-

78 De acordo com dados do INE (Estatísticas da Cultura, Desporto e Recreio) o número de Recintos Culturais aumentou de um total de 199 recintos recenseados no ano 1999, para 372 em 2005.

riguar a exclusividade/cumulatividade de funções. Finalmente, o último plano procura caracterizar o *tipo de relação laboral* (vínculo de trabalho) prevalecente na prestação destas actividades. Antes desta abordagem em três planos, avança-se alguma informação sobre o número de colaboradores e a sua distribuição por equipamento e por regiões[79].

Considerando, em primeiro lugar, o total de colaboradores que exerceram actividades pedagógicas/formativas durante o ano 2005, verifica-se que são os equipamentos de natureza polivalente (Centros culturais e Auditórios/Fóruns) os que apresentam uma média superior de colaboradores. A presença de equipamentos de grandes dimensões, com actividades muito diversificadas e de abrangência nacional justificará, em parte, o número médio de colaboradores aí registados[80]. Não obstante, são os Museus que apresentam o mais elevado contingente de colaboradores dada a elevada representatividade que têm na amostra (quadro nº 6).

No que respeita à distribuição geográfica, verifica-se uma mais elevada média de colaboradores dedicados às acções educativas na região de Lisboa (10,5) – um valor superior à média geral registada na amostra, e também mais elevado do que a média assinalada para a região Norte – região com maior número de equipamentos representados no conjunto das estruturas respondentes (quadro nº 7).

Passando à caracterização e modo de funcionamento das equipas que, de modo permanente e regular, estão encarregues dos serviços

---

79 Dado que o Inquérito tomou como referência o ano 2005 para caracterizar as actividades pedagógicas/formativas dos equipamentos culturais, a partir de agora não serão considerados os equipamentos que indicaram uma data posterior para o início dos serviços/actividades pedagógicas/formativas (9 equipamentos respondentes). Por essa razão a amostra passará a reportar-se a 273 equipamentos.

80 Realce-se igualmente a categoria Outros pelo significativo número médio de colaboradores aí registados. Neste conjunto, não obstante o baixo contingente de respostas nele representadas, encontram-se espaços de grande dimensão o que concorre para a elevada média de colaboradores registados nesta categoria.

Número e média de colaboradores por Tipo de equipamento com oferta de actividades pedagógicas/formativas

[QUADRO Nº 6]

Tipo de equipamento	Número de colaboradores	%	Total de Respostas	Média de colaboradores
Auditório/Fórum	197	8,8	18	10,9
Biblioteca	420	18,8	64	6,6
Centro cultural	382	17,1	31	12,3
Teatro/Cine-teatro	253	11,3	37	6,8
Museu	623	27,9	86	7,2
Património	138	6,2	14	9,9
Outros	223	10,0	12	18,6
Total	**2236*	*100,0*	*262*	8,5

Nota: 11 equipamentos não responderam à pergunta relativa ao número de colaboradores nos serviços educativos durante 2005.
* Total de colaboradores que exerceram funções no domínio das actividades pedagógicas/formativas no ano 2005.

Número e média de colaboradores nas actividades pedagógicas/formativas, por NUTS II

[QUADRO Nº 7]

NUTS II	Número de colaboradores	%	Total de Respostas	Média de colaboradores
Norte	616	27,5	74	8,3
Centro	491	22,0	68	7,2
Lisboa	725	32,4	69	10,5
Alentejo	232	10,4	27	8,6
Algarve	124	5,5	14	8,9
R. A. Madeira	26	1,2	6	4,3
R. A. Açores	22	1,0	4	5,5
Total	**2236*	*100,0*	*262*	8,5

Nota: 11 equipamentos não responderam à pergunta relativa ao número de colaboradores nos serviços educativos durante 2005.
* Total de colaboradores que exerceram funções no domínio das actividades pedagógicas/formativas no ano 2005.

educativos ou incumbidas da acção educativa dos equipamentos culturais, ver-se-á que elas apresentam entre si diferenças significativas. Diferenças que não estarão associadas apenas à especificidade dos domínios culturais e artísticos sobre os quais são planeadas e desenvolvidas as actividades, mas sobretudo, tal como se procurará evidenciar mais adiante, a modelos de organização e gestão distintos.

A *composição sociográfica* dos colaboradores aponta globalmente para uma população feminizada – perto de 70% – com elevada formação escolar e na sua maioria composta por colaboradores jovens (menos de 35 anos) (quadro nº 8).

Uma leitura mais detalhada permite verificar que, embora a percentagem de mulheres seja largamente dominante – evidenciando superioridade numérica em todas as funções – note-se que estão subrepresentadas na função de "Responsável", relativamente ao contingente masculino verificado na amostra. Um cenário que vai ao encontro de algumas das características do mercado de trabalho português que aponta para uma elevada presença das mulheres em certas actividades profissionais pertencentes ao sector educativo/cultural e, ao mesmo tempo, para a sua menor participação, regra geral, em cargos de chefia.

É também notório que os colaboradores que asseguram as funções educativas são, na sua maioria, muito qualificados, sobressaindo a percentagem dos que, exercendo a função de "Responsável", são detentores de licenciaturas (88%). Repare-se igualmente para a superior qualificação dos "Monitores" relativamente aos "Técnicos". Os primeiros estão sobrerepresentados na categoria dos licenciados (59%) e os segundos na categoria correspondente ao ensino secundário (54%). Acrescente-se que são também os "Monitores", juntamente com os colaboradores classificados na categoria "Outros", os que globalmente se afiguram mais jovens.

Estes dados permitem reforçar a ideia de um sector de actividade em crescente expansão, parecendo assistir-se a uma renovação e/ou alargamento das equipas dos serviços educativos nos equipamentos culturais. Com efeito, o maior número de novas infraestruturas

Número e função dos colaboradores permanentes e regulares nas equipas pedagógicas/formativas por Sexo, Habilitações e Idade

[QUADRO Nº 8]

Variáveis	Funções								*Total*	
	Responsáveis		Técnicos		Monitores		Outros			
	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%
Sexo										
Mulheres	190	61,9	482	70,2	289	67,2	213	72,9	1174	68,4
Homens	114	37,1	197	28,7	141	32,8	79	27,1	531	30,9
Não discriminado	3	1,0	8	1,2	0	0,0	0	0,0	11	0,6
Habilitações										
Até 9º ano	6	2,0	42	6,1	40	9,3	69	23,6	157	9,1
Até 12º ano	28	9,1	373	54,3	126	29,3	149	51,0	676	39,4
Licenciatura	269	87,6	268	39,0	255	59,3	64	21,9	856	49,9
Não discriminado	4	1,3	4	0,6	9	2,1	10	3,4	27	1,6
Idade										
Até 24 anos	3	1,0	32	4,7	80	18,6	60	20,5	175	10,2
25 – 34 anos	88	28,7	332	48,3	215	50,0	107	36,6	742	43,2
35 – 44 anos	115	37,5	202	29,4	62	14,4	69	23,6	448	26,1
Mais de 44 anos	82	26,7	89	13,0	41	9,5	41	14,0	253	14,7
Não discriminado	19	6,2	32	4,7	32	7,4	15	5,1	98	5,7
Total	*307*	*100,0*	*687*	*100,0*	*430*	*100,0*	*292*	*100,0*	**1716*	*100,0*

* Total que considera apenas os colaboradores permanentes e regulares em funções associadas às actividades pedagógicas/formativas durante 2005.
Total de respostas: Sexo =259; Habilitações = 260; Idade = 255.

culturais com serviços educativos e a crescente importância atribuídas a estas actividades são "motores" para a emergência de novas dinâmicas profissionais e empresariais. Além de permitirem o recrutamento de mais técnicos ou monitores, podem eventualmente fomentar a constituição de novas áreas de formação especializada e a criação de um mercado vocacionado para a prestação de serviços educativos no âmbito cultural e artístico.

O novo ou renovado impulso que as acções educativas vêem adquirindo nos equipamentos culturais, retoma uma antiga discussão em torno da necessidade de especialização profissional dos técnicos dos serviços educativos, designadamente nos museus, – o que remete para a legitimação de uma actividade que frequentemente é vista como "menos importante" no conjunto das actividades culturais ou artísticas dos equipamentos[81]. Tomando como referência o sector dos museus, saliente-se o facto de já em 1982 se ter criado a carreira de monitor de serviços de educação de museus, projecto que no entanto, nunca chegou a concluir-se, estando ainda por resolver questões ligadas à figura contratual do animador/educador e à sua formação (Faria, 2000).

O delineamento de uma carreira específica para os profissionais ligados à dinamização das actividades pedagógicas/formativas, nem sempre colhe opiniões favoráveis. Para alguns dos especialistas não se justifica a criação de uma carreira particular, dado que estas actividades podem ser desempenhadas cumulativamente, podendo inclusive, beneficiar do cruzamento de conhecimentos. Por outro lado, porém, a solicitação de especializações e de competências específicas – designadamente a capacidade de comunicação, criatividade e flexibilidade – é frequentemente referida por profissionais deste sector, tal como é descrita pelos próprios

81 Desde o início dos anos 90 foram criadas várias pós-graduações no domínio da museologia nas universidades portuguesas. Recentemente (ano lectivo 2006-2007) foi organizada a primeira edição da pós-graduação Museus e Educação ministrada pelo Departamento de História da Universidade de Évora.

num estudo recente relativo aos monitores de visitas a exposições (Martinho, 2007).

A pergunta do Inquérito referente à identificação das especializações (P.18 do questionário) recolhe informações muito variadas, algumas pouco ou nada relacionadas com as actividades dos serviços educativos[82]. Em todo o caso, como seria de esperar, as especializações que mais sobressaem são as ligadas à pedagogia e às ciências da educação.

Mudando o enfoque analítico para o modo *de prestação de trabalho* (exclusivo, cumulativo ou pontual), o primeiro destaque proporcionado pela análise dos resultados do Inquérito, refere-se à reduzida percentagem de colaboradores que exercem funções exclusivas (14%) nos serviços educativos, comparativamente com as elevadas percentagens dos que acumulam com actividades de natureza diferente (43%), ou que apenas colaboram pontualmente neste tipo de acções (41%) (quadro nº 9).

A distribuição do número de colaboradores de acordo com o modo de prestação das acções pedagógicas/formativas, indicia formas distintas de organização destas actividades no seio dos equipamentos – temática que será abordada mais adiante no ponto 4.4. Não obstante, observe-se particularmente as elevadas percentagens de funções exercidas pontualmente, sugerindo o eventual recurso a outras formas de prestação do trabalho, nomeadamente profissionais com formações e competências especializadas que desenvolvem temporariamente projectos específicos. Veja-se, por exemplo, o modelo de funcionamento do Centro de Arte Moderna (CAM). É através de projectos propostos por profissionais externos alusivos às exposições permanentes ou temporárias deste equipamento que

82 Recorde-se aliás que alguns professores a quem não foi atribuído horário lectivo, puderam integrar o corpo de funcionários dos equipamentos culturais, assumindo alguns a função de mediadores entre a instituição cultural de acolhimento e as escolas. Ver a referência ao protocolo estabelecido entre os Ministérios da Educação e da Cultura, mencionado no Capítulo 2.

Número de membros das equipas por Modo de prestação de trabalho nas actividades pedagógica/formativas

n = 262

[QUADRO Nº 9]

Número de colaboradores com….	Número de colaboradores	%	Total de respostas
Funções exclusivas	323	14,4	113
Funções cumulativas	969	43,3	220
Colaborações pontuais	919	41,1	153
Não discriminado	25	1,1	3
Total	**2236*	*100,0*	*262*

Nota: 11 equipamentos não forneceram informação sobre o número de colaboradores nas actividades pedagógicas/formativas.

* Total de colaboradores que exerceram funções no domínio das actividades pedagógicas/formativas no ano 2005.

são concretizadas grande parte das actividades do serviço educativo. Neste caso, são os próprios autores que simultaneamente se encarregam de realizar as visitas guiadas.

A existência de colaboradores pontuais poderá igualmente dever-se à possibilidade de algumas acções serem fornecidas através do recurso a serviços externos especializados (*outsourcings*). À semelhança do que sucede com outras áreas de actividade, a constituição de empresas (ou de entidades com outro figurino jurídico, como por exemplo associações) com uma oferta específica no âmbito das acções pedagógicas/formativas, parece ser um mercado emergente e com fortes potencialidades de desenvolvimento. Práticas desta natureza constituem sobretudo, mais do que limitações de ordem logística ou financeira, opções de organização e gestão das actividades.

São os equipamentos inscritos na categoria Património e nos Auditórios/Fóruns os que, em termos médios, integram mais elevado

número de colaboradores em regime exclusivo. O outro pólo, o da colaboração pontual, é mais comum aos Centros culturais e à categoria Outros – esta última igualmente bem representada no que respeita ao regime de cumulatividade de funções exercido pelos colaboradores. Uma vez mais, os equipamentos associados ao Património, mas também as Bibliotecas e os Auditórios/Fóruns são os espaços que registam mais elevada probabilidade de ter colaboradores em regime de cumulatividade de funções (quadro nº 10).

Número e média de colaboradores de acordo com o *modo de prestação de trabalho* nas actividades pedagógicas/formativas por Tipo de equipamento com programação desta natureza
n = 259

[QUADRO Nº 10]

Tipo de equipamento	Funções exclusivas		Funções cumulativas		Funções pontuais		*Total respostas*
	Nº	Média	Nº	Média	Nº	Média	
Auditório/Fórum	30	1,7	75	4,2	92	5,1	18
Biblioteca	52	0,8	268	4,2	100	1,6	64
Centro cultural	39	1,3	99	3,3	238	7,9	30
Teatro/Cine-teatro	37	1,0	111	3,0	105	2,8	37
Museu	116	1,3	260	3,0	248	2,9	86
Património	24	1,8	59	4,5	49	3,8	13
Outros	25	2,3	97	8,8	87	7,9	11
Total	*323*	*1,2*	*969*	*3,7*	*919*	*3,5*	*259*

Nota: Reporta-se ao total de colaboradores que exerceram funções no domínio das actividades pedagógicas/formativas no ano 2005.
11 equipamentos não forneceram informação sobre o número de colaboradores nas actividades pedagógicas/formativas e três não discriminaram o número de colaboradores por modo e prestação do trabalho.

Considerando por último a *relação laboral* dos colaboradores, um dos aspectos relevantes é o facto de mais de metade dos que desempenham funções nos serviços ou actividades educativas das organizações culturais terem um contrato de trabalho duradouro (Permanentes 51%) (quadro nº 11).

Este cenário vai ao encontro da ideia expressa anteriormente no que respeita à cumulatividade de tarefas exercidas no desempenho das actividades educativas. Tratando-se de funcionários vinculados aos equipamentos podem porventura desempenhar várias funções diferenciadas, entre as quais as correspondentes aos serviços educativos/formativos. Não deixa ser significativo, porém, o conjunto de funcionários que têm contratos a prazo ou avenças (25%). Cenários que podem equivaler a formas precárias de trabalho, mas que também podem indiciar formas inovadoras de organização das actividades, assentes, como se viu, no desenvolvimento de projectos específicos e/ou corresponder a novas dinâmicas profissionais e empresariais.

Número de membros das equipas pedagógicas/formativas por Tipo de vínculo
n = 259

[QUADRO Nº 11]

Tipo de vínculo	Número	%
Funcionários permanentes do organismo	869	50,6
Funcionários contratados a prazo/avençados	426	24,8
Voluntários	67	3,9
Outros	264	15,4
Não discriminado	90	5,2
Total	**1.716*	*100,0*

* Total que considera apenas os colaboradores permanentes e regulares em funções associadas às actividades pedagógicas/formativas durante 2005.

As Bibliotecas são os espaços que evidenciam ter mais colaboradores Permanentes nas equipas encarregues das actividades pedagógicas/formativas (ou, neste caso, nas actividades de promoção do livro e da leitura) e a exercer Cumulativamente estas actividades (quadro nº 12). Se por um lado a criação das "novas" bibliotecas da RNBP tem subjacente o recrutamento de mais trabalhadores para os seus quadros de pessoal, designadamente técnicos especializados, por outro, muitos destes equipamentos enquadram as actividades de promoção do livro e da leitura na sua actividade geral, sendo porventura as funções que lhe estão associadas desempenhadas pelos mesmos técnicos que compõem a equipa geral. Note-se no entanto que algumas bibliotecas

Tipo de vínculo dos colaboradores em actividades pedagógicas/formativas por Tipo de equipamento com actividades pedagógica/formativas

(*Percentagem em linha*)

n = 259

[QUADRO Nº 12]

Equipamento	Permanentes	Prazo/ Avençados	Voluntários	Outros	*Total*
Auditório/Fórum	77,9	20,8	0,0	1,3	77
Biblioteca	79,6	16,2	0,5	3,7	377
Centro cultural	28,3	31,6	1,1	39,0	269
Teatro/Cine-teatro	53,1	34,3	6,9	5,7	175
Museu	55,1	26,6	4,7	13,6	470
Património	31,1	19,3	2,5	47,1	119
Outros	31,7	40,3	18,0	10,1	139
Não discriminado	0,0	0,0	0,0	0,0	90
Total	*50,6*	*24,8*	*3,9*	*15,4*	**1716*

* Total que considera apenas os colaboradores permanentes e regulares em funções associadas às actividades pedagógicas/formativas durante 2005.

– sobretudo as de maior dimensão – têm núcleos específicos dedicados exclusivamente às actividades de promoção do livro e da leitura (ver a este propósito um dos casos ilustrativos abordado no Capítulo 5).

Também nos Auditórios/Fóruns as actividades pedagógicas/formativas são desenvolvidas maioritariamente por colaboradores com vínculo Permanente de trabalho e, à semelhança das Bibliotecas, também nestes espaços é significativa a acumulação de funções no que respeita às formas de prestação de trabalho. Neste caso, tratando-se sobretudo de auditórios tutelados pela Administração local, estes espaços são, regra geral, programados por técnicos camarários que, sendo funcionários das autarquias, podem eventualmente desempenhar cumulativamente funções no domínio das actividades pedagógicas/formativas.

Observe-se, por último, a elevada percentagem de colaboradores com vínculos precários de trabalho (categoria Outros) no desempenho de actividades educativas em Centros culturais e em espaços Patrimoniais. No primeiro caso podem dever-se a lógicas organizacionais assentes no trabalho a projecto ou na externalização de serviços específicos. Com efeito, é também nestes espaços, como se viu, que mais se contabilizam situações de desempenho Pontual. Por seu lado, a presença de colaboradores com contratações precárias no caso dos espaços Patrimoniais surgirá, porventura, em situações que exigem temporariamente o recrutamento de mais pessoal, como por exemplo, os períodos de maior afluência turística.

4.3. CARACTERIZAÇÃO DAS ACTIVIDADES E RESPECTIVOS PÚBLICOS

Diversificação e padronização da oferta

As actividades pedagógicas/formativas que são dinamizadas nos equipamentos culturais são tendencialmente mais *diversificadas* – no sentido em que não se limitam exclusivamente às tradicionais visitas guiadas – e procuram fomentar uma frequência mais regular

destes espaços ao terem como destinatários *diferentes segmentos da população*. Reflectem, em parte, as transformações e as necessidades que ocorrem tanto no sector cultural como no sector educativo. A cultura é vista como tendo um papel cada vez mais relevante no desenvolvimento global de territórios e populações, ao mesmo tempo que as teorias educacionais sublinham a importância da educação artística no desenvolvimento geral dos indivíduos, contribuindo para a formação da cidadania.

Regra geral, o denominador comum ao desenvolvimento das actividades pedagógicas/formativas nos equipamentos culturais passa, em primeira instância, por conseguir *comunicar* com diferentes públicos – uma comunicação que se desenvolva não num sentido unívoco (da aprendizagem tradicional, de um emissor para um ou mais receptores), mas que resulte de interacções capazes de construir conhecimento substantivo.

Este objectivo tem subjacente uma alteração profunda nas concepções educativas, na medida em que o sujeito passa a ter um papel activo na construção do conhecimento. "A aprendizagem significativa leva os sujeitos a trabalharem sobre si próprios ao mesmo tempo que se relacionam com os objectos, e essa interacção desenvolve e transfigura a maneira de percepcionar os objectos" (Marques, 2001: 9).

Com efeito, as actividades educativas dos equipamentos culturais – principalmente as actividades dos museus – começaram por cumprir objectivos "civilizacionais" para mais tarde se dirigirem a uma população jovem, especialmente estudantil. Os exemplos oriundos da museologia são paradigmáticos da evolução do conceito actividades educativas. Começando o museu por ser encarado, no início do século XIX, como um espaço que favorece a educação para a cidadania – embora muito marcado por concepções elitistas – este sentido educacional e filantrópico do espaço museológico é substituído, no início dos anos 60, por um entendimento mais restrito, assentando sobretudo no trabalho com as escolas (Faria, 2000).

É já nas duas décadas seguintes que a função educativa dos museus volta a ser reavaliada, dadas as transformações económicas

e sociais decorrentes da crise económica do Estado e do questionamento em torno da sua função social. Se por um lado a pressão económica e social levou os museus a desenvolverem estratégias específicas para alargar os seus públicos, por outro, também a evolução das teorias educacionais, valorizando a experiência dos lugares, favoreceu os museus como espaços privilegiados das "novas aprendizagens". A diversificação do leque de actividades, assim como a definição de acções dirigidas a públicos específicos, traduzem a vontade de alargar os espaços culturais e artísticos a um maior número de visitantes/espectadores.

Assim se explica, em parte, a forte diversidade de actividades realizadas durante 2005 pelos equipamentos inquiridos. De acordo com o gráfico nº 2, mais de metade das estruturas (55%) declara ter realizado acima de 6 actividades pedagógicas/formativas diferentes num mesmo ano.

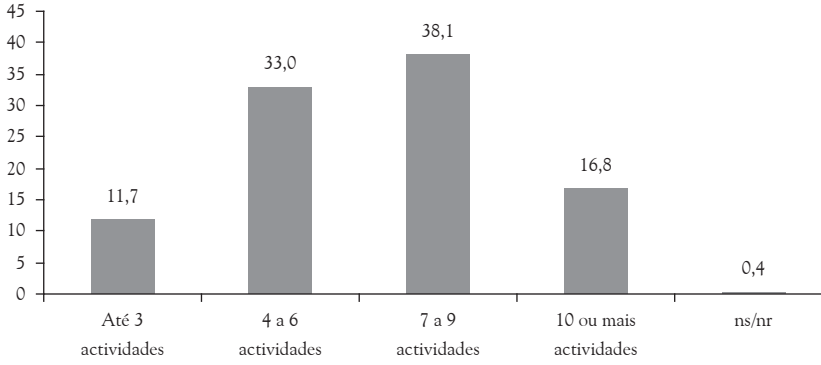
De um modo geral as bibliotecas são os equipamentos que apresentam um leque mais diversificado de actividades – 73% desenvolve mais de 6 acções diferentes (quadro nº 13).

Leque de actividades pedagógicas/formativas realizadas em 2005

(*percentagem*)

n = 273

[GRÁFICO Nº 2]



Leque de actividades pedagógicas/formativas realizadas durante 2005 por Tipo de equipamento com este tipo de oferta
(*percentagens em linha*)
n = 273

[QUADRO Nº 13]

Tipo de equipamento	Diversidade de actividades pedagógicas/formativas realizadas durante 2005					Total de respostas
	Até 3 actividades	4 a 6 actividades	7 a 9 actividades	10 ou mais actividades	ns/nr	
Auditório/Fórum	14,3	33,3	28,6	19,0	4,8	21
Biblioteca	4,7	21,9	50,0	23,4	0,0	64
Centro cultural	11,4	40,0	28,6	20,0	0,0	35
Teatro/Cine-teatro	20,0	32,5	32,5	15,0	0,0	40
Museu	8,0	40,2	40,2	11,5	0,0	87
Património	21,4	28,6	35,7	14,3	0,0	14
Outros	33,3	25,0	25,0	16,7	0,0	12
Total	*11,7*	*33,0*	*38,1*	*16,8*	*0,4*	*273*

As bibliotecas, sobretudo as bibliotecas que integram a RNBP, foram projectadas para promover um vasto leque de actividades que – tal como se viu no Capítulo 2 –, apesar de orientadas para a temática do livro e da leitura, atravessam vários domínios culturais. São estruturas que podem dominar e protagonizar a actividade cultural e artística existente em territórios com fraca oferta, não sendo surpreendente que, nessa medida, se apresentem como espaços plurifacetados no que concerne às actividades pedagógicas/formativas desenvolvidas.

De salientar igualmente os museus no conjunto de equipamentos com actividades diversificadas, talvez sintoma de uma mais longa

tradição na adopção de estratégias diferenciadas para comunicar com diferentes segmentos populacionais. Destaque ainda para a sobrerepresentação dos Centros culturais no grupo dos equipamentos que dinamizaram mais de 10 actividades diferenciadas em 2005 (20%). São espaços que, em alguns casos, concentram avultados investimentos camarários, constituindo porventura a sua dinamização uma aposta para o desenvolvimento global dos concelhos.

Se tomarmos em conta a dimensão das equipas pedagógicas/formativas dos equipamentos culturais durante 2005, verifica-se que os equipamentos dispõem de um leque tanto mais variado de actividades quanto maior a dimensão das suas equipas. De acordo com o quadro nº 14, as equipas com menor número de colaboradores são as mais representadas no grupo dos que organiza um máximo de 3 actividades diferentes/ano (31%). O inverso é verdade para as equipas com elevado número de colaboradores, sobrepresentadas no segmento que evidencia organizar 10 ou mais acções pedagógicas/formativas (27%).

Tomando como referência não já o número de diferentes actividades desenvolvidas mas a natureza de acções propostas no âmbito dos serviços educativos, verifica-se uma predominância clara das Visitas guiadas na frequência mensal (61%), seguindo-se os Espectáculos/animações (43%) e as Oficinas/workshops/ateliês (35%) (quadro nº 15). As Exposições e também as Conferências/debates apresentam realizações mais esporádicas, encontrando-se bem representadas tanto no conjunto de actividades trimestrais, como no conjunto das acções realizadas semestralmente. As actividades sazonais estão representadas por acções de carácter lúdico, algumas dirigidas preferencialmente a uma população estudantil – como é o caso da Animação para férias lectivas – mas também os Concursos/passatempos.

As visitas guiadas podem ser entendidas como as actividades fundadoras dos serviços educativos, especialmente nos museus, dado que começaram por ser das principais acções organizadas com o intuito de "educar" ou de transmitir conhecimentos sobre uma determinada área cultural ou científica. A necessidade de alargar

Leque de actividades pedagógicas/formativas realizadas durante 2005 por Dimensão das equipas pedagógicas/formativas dos equipamentos
(*percentagens em linha*)
n = 273

[QUADRO Nº 14]

Tipo de equipamento	Leque de actividades pedagógicas/formativas realizadas durante 2005					Total de respostas
	Até 3 actividades	4 a 6 actividades	7 a 9 actividades	10 ou mais actividades	ns/nr	
Até 3 Colaboradores	30,6	32,7	24,5	10,2	2,0	49
4-6 Colaboradores	11,3	40,6	32,1	16,0	0,0	106
7-10 Colaboradores	3,6	27,3	50,9	18,2	0,0	55
Mais de 10 Colaboradores	0,0	21,2	51,9	26,9	0,0	52
Ns/nr	27,3	45,5	27,3	0,0	0,0	11
Total	*11,7*	*33,0*	*38,1*	*16,8*	*0,4*	*273*

audiências/visitantes e de colocar em prática a missão social e educativa dos equipamentos culturais terá sido a principal razão para dinamizar visitas aos espaços. Progressivamente, as acções foram sendo alargadas a outro tipo de actividades – preocupações que reflectem, em parte, as novas teorias educacionais e as preocupações emergentes com a "formação de públicos" para a cultura. A promoção do conhecimento através de jogos lúdicos, da experimentação e da interacção entre os objectos culturais e os indivíduos constituem agora recursos pedagógicos/formativos para sensibilizar públicos para um leque diferenciado de conhecimentos.

É ainda importante destacar o facto de cada vez mais os equipamentos culturais integrarem um leque muito diferenciado de acções independentemente do tipo de função – patrimonial, museológica, criativa/artística, educativa/formativa – prevalecente em cada

Taxa de realização e Periodicidade das actividades pedagógicas/formativas
(*percentagem*)
n = 273

[QUADRO Nº 15]

Actividades	Periodicidade				Não foram realizadas em 2005	Taxa de realização %
	Mensal	Trimestral	Semestral	Sazonal		
Exposições	32,2	19,4	11,7	18,3	17,9	84,6
Espectáculos/animações	42,9	13,2	7,3	20,9	15,4	82,1
Oficinas/workshops/ateliês	34,8	15,4	8,1	16,8	24,5	75,5
Acções de divulgação	32,2	11,7	7,3	15,0	33,3	66,7
Conferências/debates	15,4	15,0	11,7	22,0	35,5	64,5
Visitas guiadas	61,2	3,8	3,8	10,0	20,6	60,8
Animação em férias lectivas	5,5	11,7	6,2	25,6	50,5	49,5
Publicações	6,6	8,8	7,3	20,1	56,8	43,2
Cursos de formação vocacionada	7,3	7,7	9,9	14,3	60,4	39,6
Concursos/passatempos	4,4	4,0	4,8	22,0	64,5	35,5
Cursos de formação geral	5,9	4,4	6,2	9,2	74,0	26,0
Festivais vocacionados	1,4	2,4	4,8	20,6	70,3	22,7
Comunidade de leitores	12,5	1,6	7,8	12,5	65,6	na

Nota: Pergunta de resposta múltipla
As "Visitas guiadas" e os "Festivais vocacionados" não foram contemplados nos questionários dirigidos às bibliotecas; assim como a categoria "Comunidade de leitores" não fez parte da questão relativa às actividades dos restantes equipamentos.

espaço. Os dados recolhidos pelo inquérito sublinham precisamente este traço dominante, visível através do cruzamento entre as Actividades e o Tipo de equipamentos (quadro nº 16). Destaque-se em primeiro lugar os valores alcançados nas Oficinas/workshops/ateliês;

Actividades pedagógicas/formativas por Tipo de equipamento com oferta destas actividades

(*percentagem em coluna*)

n = 273

[QUADRO Nº 16]

Tipo equipamento	Audit./Fórum	Biblioteca	Centro cultural	Teatro/C.teatro	Museu	Património	Outros	*Total*
Visitas guiadas	42,9	na	74,3	55,0	100,0	100,0	66,7	60,8
Oficinas/workshops/ateliês	71,4	75,0	80,0	65,0	79,3	71,4	83,3	75,5
Exposições	95,2	92,2	94,3	95,0	70,1	78,6	75,0	84,6
Espectáculos/animações	71,4	89,1	97,1	65,0	87,4	64,3	58,3	82,1
Cursos de formação geral	28,6	51,6	17,1	22,5	12,6	21,4	25,0	26,0
Cursos de formação vocac.	47,6	64,1	42,9	25,0	25,3	28,6	50,0	39,6
Conferências/debates	90,5	59,4	65,7	80,0	56,3	57,1	58,3	64,5
Acções de divulgação	57,1	70,3	51,4	55,0	81,6	50,0	58,3	66,7
Publicações	38,1	34,4	42,9	32,5	59,8	14,3	50,0	43,2
Concursos/passatempos	23,8	50,0	20,0	37,5	36,8	21,4	25,0	35,5
Festivais vocacionados	57,1	na	34,3	45,0	14,9	42,9	8,3	22,7
Animação em férias lectivas	47,6	71,9	48,6	30,0	46,0	57,1	16,7	49,5
Comunidade de leitores	na	34,4	na	na	na	na	na	na
Total	*21*	*64*	*35*	*40*	*87*	*14*	*12*	*100,0*

Nota: Pergunta de resposta múltipla.

Exposições e Espectáculos/animações, com respostas sempre acima dos 50%. Isto é, qualquer que seja o domínio cultural ou artístico predominante nos equipamentos inquiridos, mais de metade das estruturas realiza estas actividades – refira-se em particular as Exposições realizadas em Auditórios, Bibliotecas, e Teatros, com percentagens acima dos 90%.

Não obstante a forte transversalidade de acções realizadas nos diferentes equipamentos, em alguns casos regista-se uma correlação expressiva de certas actividades com certos espaços. É o caso das Visitas guiadas nos Museus e nos locais Patrimoniais – a totalidade de estruturas inquiridas nestas categorias, declara realizar Visitas guiadas.

Tal como foi mencionado, as visitas guiadas constituem talvez a primeira actividade desenvolvida nos equipamentos culturais – particularmente em Museus – com o objectivo de sensibilizar para a cultura e para as artes. Actualmente é também um recurso utilizado por outro tipo de organizações culturais. Nos teatros, centros culturais ou auditórios fazem parte de percursos para dar a conhecer os bastidores, em muitos casos permitindo conhecer fases do processo criativo e procurando conter alguns dos constrangimentos sociais associados à entrada e deambulação nos espaços da cultura. Veja-se que são referidos por 74% de equipamentos classificados na categoria de Centros culturais e 55% em Teatros/Cine-teatros.

Por vezes, as visitas guiadas constituem a actividade exclusiva de alguns equipamentos, esgotando-se, além do mais, na recepção de visitas escolares. A ausência de recursos humanos e/ou logísticos, poderá explicar em parte, este cenário. Note-se, porém, que o predomínio de visitas guiadas em detrimento de outro tipo de actividades, nem sempre deverá ser visto como menos positivo. Estas actividades podem elas mesmas assumir uma forte diversidade e serem dirigidas a públicos muito distintos.

É ainda interessante sublinhar o relevo que assumem as actividades ligadas à divulgação. Mais de metade do total de equipamentos inquiridos refere realizar acções desta natureza, sendo indicativo do

esforço de comunicação que muitos equipamentos culturais têm realizado para trazer diferentes segmentos da população aos seus espaços. Em termos gerais, as acções de divulgação podem consubstanciar-se em processos tradicionais de publicitação, tais como cartazes, *fliers*, *mailing*, etc., mas podem também assumir a forma de convites a segmentos específicos, apelando às famílias, professores, e "amigos", para participarem em actividades diferenciadas. A este propósito, a então responsável pelo Centro de Pedagogia e Animação (CPA) do CCB considerava que uma das formas mais eficazes de sensibilizar a população para as artes e cultura é precisamente através da inovação dos modos de comunicar, referindo que "o fundamental é perceber que as pessoas só podem aderir se compreenderem (…). Enquanto as coisas estiverem ali no cartaz e houver um sistema de comunicação e de informação envelhecido, não funciona, é preciso encontrar novos modos de comunicação e de "energizar" a relação público/arte (…). Os cartazes, os anúncios, a divulgação de rua, os programas, os *fliers*, está tudo envelhecido (…). É preciso renovar (…) e uma das formas é precisamente esta das escolas que vêm ao CCB fazer uma oficina"[83].

As actividades existentes nos serviços educativos dos diferentes equipamentos culturais, embora apresentem, tendencialmente, uma semelhança formal – no sentido em que desenvolvem igualmente visitas guiadas, exposições, espectáculos, ateliês, independentemente do domínio cultural e artístico prevalecente no equipamento – podem agrupar-se, todavia, em grupos que apresentam alguma afinidade.

O quadro nº 17 permite aferir essas proximidades entre práticas através de uma análise factorial de componentes principais. Deste exercício resultaram quatro padrões de actividades.

---

83 Entrevista a Madalena Victorino – responsável pelo Centro de Pedagogia e Animação (CPA) do CCB, publicada na revista OBS nº 13 (Lourenço, 2004). À data de redacção deste estudo, Madalena Victorino assumia a coordenação do Centro de Pedagogia e Animação (CPA).

Oferta-tipo de Actividades pedagógicas/formativas
n = 273

[QUADRO Nº 17]

Actividades	Factor 1 Actividades "contemplativas"	Factor 2 Actividades "formativas"	Factor 3 Actividades "criativas/lúdicas"	Factor 4 Actividades "*de Palco*"
Visitas guiadas	0,724			
Exposições	0,684			
Publicações	0,645			
Acções de divulgação	0,524	0,378		
Cursos formação geral		0,732		
Festivais vocacionados		0,658		
Cursos formação vocacionados		0,594		
Conferências e debates		0,544		0,417
Oficinas/ateliês			0,780	
Animação férias lectivas			0,649	
Concursos/passatempos	0,339		0,389	
Espectáculos/animações				0,837

Nota: Valores próprios retidos das variáveis superiores a 0,300: variância total explicada = 51,8
Optou-se por excluir a actividade "Comunidade de leitores," que, dada a sua elevada especificidade, dificultava a agregação de informação.

a) No primeiro integram-se actividades que se designaram de *Contemplativas*, dado que agrupam um conjunto de práticas mais destinadas à observação/audição, incluindo as Visitas guiadas, Exposições, Publicações e as Acções de divulgação. São, de uma forma geral, actividades mais frequentes nos museus e em alguns locais associados ao património cultural.

b) As actividades *Formativas* implicam acções relacionadas com a frequência de cursos de Formação geral ou Formação vocacionada, mas também com a organização de festivais e de conferências e debates. Embora podendo ser actividades desenvolvidas em diferentes tipos de equipamentos, serão mais frequentemente dinamizadas em espaços com características polivalentes.

c) O terceiro padrão – actividades *Criativas/Lúdicas* – é constituído sobretudo por acções que envolvem a experiência e a participação. As Oficinas/ateliês, a Animação em férias lectivas e os Concursos/passatempos são as actividades que mais se destacam sendo, por norma, dirigidas a um público infantil/juvenil.

d) Por último refiram-se as acções intituladas de actividades *De palco*. Este conjunto, incluindo marginalmente as conferências e debates, é muito mais expressivo para as actividades ligadas ao espectáculo e animação. Sendo uma actividade presente numa parcela muito significativa de equipamentos, como se viu através do quadro anterior, está tendencialmente mais presente em espaços polivalentes e também nas bibliotecas – onde é comum integrar o leque de actividades que compõem a promoção do livro e da leitura.

Confrontando a *Oferta-tipo* (resultante dos padrões de actividade extraídos da análise factorial de componentes principais) com o Tipo de equipamentos (quadro nº 18), verifica-se que, em termos médios, as "Actividades Contemplativas" estão, como é natural, mais associadas aos Museus (0,523) e denotam menor presença nos Teatros e Cine-teatros (-0,548). São igualmente significativos os valores médios encontrados para as "Actividades Formativas" nos Auditórios/Fóruns (0,709) e, menos expressivos embora relevantes, os valores das "Actividades de Palco" tanto nestes últimos espaços como nos Centros culturais (0,338 e 0,358, respectivamente).

Um último exercício tendo em conta a *Oferta-tipo* averigua a existência de correlações significativas entre esta e algumas das variáveis que caracterizam as actividades pedagógicas/formativas dos equipamentos culturais – Leque de actividades realizadas; Número de participantes; Número de sessões e Número de colaboradores (quadro nº 19).

Oferta-tipo no âmbito das actividades pedagógicas/formativas por Tipo de equipamento

(*média*)

[QUADRO Nº 18]

Oferta-tipo	Auditório/Fórum	Centro cultural	Teatro/C. teatro	Museu	Património	Outros
Actividades Contemplativas	-0,677	-0,044	-0,548	0,523	-0,271	-0,393
Actividades Formativas	0,709	-0,075	0,380	-0,306	-0,116	0,127
Actividades Criativas/Lúdicas	-0,116	0,125	-0,191	0,045	0,192	-0,088
Actividades "de Palco"	0,338	0,358	0,247	-0,264	-0,163	-0,326

Correlação entre Oferta-tipo e Leque de actividades, Número de participantes, Número de sessões e Número de colaboradores

(*r de Pearson*)

[QUADRO Nº 19]

Oferta-tipo	Variáveis			
	Leque de actividades realizadas	Número de participantes	Número de sessões	Número de colaboradores
	n = 273	n = 192	n = 198	n = 262
Actividades Contemplativas	*0,600	*0,273	*0,297	*0,204
Actividades Formativas	*0,556	0,090	0,053	*0,286
Actividades Criativas/Lúdicas	*0,431	0,110	*0,240	0,120
Actividades "de Palco"	*0,211	*0,217	-0,039	0,128

Nota: As variáveis contempladas neste exercício foram standardizadas variáveis contínuas.

* = a correlação é significativa no grau 0.01 (2-tailed)

A primeira nota a destacar é a correlação estatisticamente muito significativa entre a regularidade e a diversidade das actividades pedagógicas/formativas, independentemente do tipo de oferta programada. Quanto mais frequentes são as actividades nos equipamentos, maior a probabilidade de promoverem actividades mais diversificadas. Embora seja um traço comum a todos os grupos de actividades consideradas, é no entanto mais significativo para as "Actividades contemplativas" (0,600) e para as "Actividades formativas" (0,556). Outra nota de destaque é dirigida à correlação positiva entre as "Actividades contemplativas" e as restantes variáveis. Quanto mais elevado o número de participantes, de sessões realizadas e de colaboradores nas equipas dos serviços educativos, maior a probabilidade de serem desenvolvidas com regularidade as actividades enquadradas naquele conjunto (Visitas guiadas; Exposições; Publicações e Acções de divulgação).

Públicos-alvo dos serviços educativos

Um último apontamento para caracterizar o modo como se compõe a *oferta* proporcionada pelos serviços educativos, reporta-se às Sessões realizadas. Quando se analisa o número de sessões durante o ano 2005 tendo em conta os públicos-alvo, verifica-se que a maior fatia é dedicada ao segmento escolar (quadro nº 20). Não obstante a diversidade de actividades que compõem a oferta dos serviços educativos o número de sessões realizadas para cada uma das propostas, privilegia largamente as actividades vocacionadas para um público em contexto de aprendizagem formal (escolar).

O trabalho com as escolas é claramente a actividade central dos serviços educativos dos equipamentos culturais. A instituição escolar foi adquirindo um lugar destacado como destinatário das acções promovidas por estes serviços a partir do momento em que as teorias educacionais passam a conceber a infância como estado privilegiado de formação da personalidade e de aprendizagem, e a sublinhar a importância da relação dos indivíduos com os espaços e contextos de produção de conhecimento (científico, cultural, social, etc.).

Número de sessões realizadas no âmbito das actividades pedagógicas/formativas programadas durante o ano 2005
n= 198

[QUADRO Nº 20]

Públicos-alvo	Número de sessões	%	Total de respostas
Público em geral	6.421	14,8	141
Públicos escolares	29.656	68,2	172
Outros públicos-alvo	2.828	6,5	108
Não discriminado	4.587	10,5	17
Total	*43.492*	*100,0*	*198*

Nota: Só 198 equipamentos (72,5%) responderam ao número de sessões discriminadas pelo tipo de público-alvo.

No entanto, para além da importância e da legitimidade da programação específica para segmentos populacionais em idade escolar – no sentido da familiarização e socialização precoce com os bens e serviços da cultura –, em alguns casos não deixa de ser constrangedora a falta de diversificação de actividades para outros destinatários. Acresce ainda que a escola funcionará também, em alguns casos, como "reservatório de públicos" ou garante de sala cheia para as actividades programadas, poupando recursos quer na divulgação de eventos, quer na concepção de estratégias para recrutamento/formação/fidelização de outros públicos.

Note-se, contudo, que a relação quase instrumental que alguns equipamentos culturais tendem a manter com as escolas tem sido, em alguns casos reequacionada por vários agentes (políticos, culturais, educacionais) no sentido de uma melhoria qualitativa da ligação que os equipamentos culturais estabelecem com as instituições escolares[84].

84 Refiram-se as reflexões e iniciativas promovidas a propósito da necessidade de articular a cultura e educação (ver Capítulo 2).

Veja-se o delineamento de programas que levam em conta matérias curriculares; a promoção de uma relação fidelizada com professores; a concepção de materiais didácticos; ou a adopção de formas de comunicar específicas, adaptadas aos universos particulares de cada segmento estudantil.

Mas antes do domínio que as escolas conquistaram na delineação da programação dos serviços educativos, os equipamentos culturais, e especialmente os espaços museológicos, eram entendidos genericamente como "instituições educacionais", funcionando como espaços de educação não formal – especialmente para adultos. A este respeito Margarida Lima de Faria refere que "educar era fundamentalmente formar, informar. Não havendo uma análise crítica acompanhando este seu sentido educacional, o mesmo revestia-se de um carácter basicamente filantrópico, aberto a todos os que não tinham podido beneficiar da educação escolar, dando-lhes oportunidade de se ensinarem a si próprios" (Faria, 2000: 4).

Pode dizer-se que se assiste hoje a uma tentativa de recuperar alguns destes desígnios atribuídos aos museus, procurando também que estes se difundam para outros espaços culturais onde prevalecem diferentes domínios culturais e artísticos. Mantendo a concepção destes espaços como lugares privilegiados de aprendizagens, começa também a procurar-se estender as suas actividades formativas não só à população escolar mas a outras fracções da população para que beneficiem das práticas associadas às teorias da formação ao longo da vida.

De uma forma geral, a progressiva importância atribuída aos públicos no delineamento da programação cultural e artística dos espaços culturais implicou uma alteração da concepção de público visitante/espectador. Começando por ser vistos como uma massa homogénea e anónima, passaram a ser entendidos de acordo com a sua diversidade social e cultural, dando azo à constituição de "formas variadas de comunicação inter-social, inter-cultural e mesmo intergeracional" (Faria, 2000: 8).

É nesse sentido que os programadores das actividades culturais e artísticas alargam o leque de acções possíveis, concebendo-as

especificamente para determinadas segmentos da população quer atendendo a características geracionais (público infantil/juvenil, idosos) ou profissionais (públicos especializados, profissionais da educação); quer atendendo a públicos com necessidades específicas (públicos com necessidades especiais tais como invisuais, deficientes auditivos e motores). Refira-se também a promoção de actividades próprias para comunidades imigrantes, tais como as que têm sido desenvolvidas em alguns museus[85].

São os Centros culturais e os Museus aqueles que evidenciam ter realizado maior número de sessões durante o ano 2005 (38% e 25%, respectivamente), embora em termos médios sobressaiam uma vez mais os Centros culturais e os espaços Patrimoniais (quadro nº 21). Enquanto os primeiros beneficiam, porventura, do número e capacidade das salas, os segundos serão eventualmente favorecidos pela forte afluência de visitantes nacionais e estrangeiros.

A constituição de acções para públicos-alvo diferenciados no âmbito das actividades dos serviços educativos (ainda) não pode ser considerada uma prática generalizada nos equipamentos culturais nacionais. O inquérito evidencia uma concentração muita elevada de actividades dirigidas a "públicos óbvios" ou seja, correspondentes ao universo escolar (89% refere público escolar e 53% profissionais de educação) e a segmentos etários (declarados por 84% dos equipamentos como principais públicos-alvo infanto-juvenis) – quadro nº 22.

---

85 Entre os exemplos refiram-se as actividades promovidas pelo Museu do Carro Eléctrico do Porto. Uma das actividades promovidas chama-se "Públicos periféricos" e tem como público-alvo, por um lado, os invisuais e, por outro, os imigrantes de leste. O objectivo é criar mecanismos para uma melhor comunicação entre o Museu e estes novos públicos. Entre os materiais de apoio concebidos para estas actividades consta a edição de materiais de divulgação da exposição em Braille e em cirílico, a criação de um circuito áudio também em russo e a contratação de um monitor para guiar algumas visitas nesta língua.

Número e média de sessões anuais realizadas por Tipo de equipamento com oferta de actividades pedagógicas/formativas

n= 198

[QUADRO Nº 21]

Tipo de equipamento	Nº de sessões	%	Total de Respostas	Média de sessões
Auditório/Fórum	747	1,7	14	53,4
Biblioteca	5889	13,5	48	122,7
Centro cultural	16632	38,2	26	639,7
Teatro/Cine-teatro	1317	3,0	30	43,9
Museu	10700	24,6	57	187,7
Património	7493	17,2	13	576,4
Outros	714	1,6	10	71,4
Total	*43492*	*100,0*	*198*	*219,7*

Nota: Só 198 equipamentos (72,5%) responderam ao número de sessões

Público-alvo das Actividades pedagógicas/formativas

[QUADRO Nº 22]

Públicos-alvo	Nº	%
Público em geral	226	82,8
Bebés	29	10,6
Público infantil/juvenil	230	84,2
Público especializado	105	38,5
Público escolar (visitas inseridas em programas escolares)	244	89,4
Profissionais de educação	144	52,7
Público com necessidades especiais	82	30,0
Famílias	107	39,2
Idosos	27	9,9
Outros	10	3,7
Total de respostas	*273*	*100,0*

Nota: Pergunta de resposta múltipla, pelo que a soma das parcelas ultrapassa os 100%.

A aposta na diversidade de acções programadas é mais frequente para Museus e Património. É nestes equipamentos que avultam "Públicos com necessidades especiais" e "Famílias" (quadro nº 23). Os Auditórios/fóruns e mais uma vez os Museus, revelam dar especial atenção aos "Públicos especializados". Os equipamentos enquadrados nas categorias Museus e Património são sensíveis a actividades vocacionadas para um segmento sénior. Sublinhe-se também a importância que as actividades especificamente dirigidas a "Bébés" assumem nas Bibliotecas, protagonizando provavelmente uma linha inovadora no seio da oferta destas acções.

Quanto aos resultados relativos ao *Registo das actividades* – parâmetros de gestão e avaliação que informam sobre a participação dos públicos nas actividades – é de notar que, no total de equipamentos inquiridos, 92% procedem ao registo do número geral de entradas, mas somente 72% registam o número de participantes em actividades pedagógicas/formativas.

O registo do número de visitantes/participantes faz parte, de modo quase generalizado, das funções de gestão e programação dos equipamentos culturais inquiridos, independentemente do género de actividades desenvolvidas. O conhecimento do número de entradas que cada actividade contempla é um indicador da receptividade à oferta cultural proposta. Pode dizer-se que é um indicador mínimo da gestão dos equipamentos na medida em que dá a conhecer a quantidade de visitantes – podendo inclusive gerar séries cronológicas relativas à evolução das entradas – mas é omisso quanto a outras características. Com efeito, conhecendo alguns elementos sócio-culturais dos públicos poder-se-ia gerir toda a programação cultural de forma mais informada. Ou seja, programar, por exemplo, de acordo com os interesses de certos públicos que se procura fidelizar, ou divulgar uma oferta específica para segmentos que se pretenda atingir/conquistar.

Por exemplo, algumas estruturas culturais, procurando divulgar a sua programação e fidelizar alguns dos seus públicos, começaram a solicitar aos seus visitantes o preenchimento de fichas com

Tipo de equipamento por Público-alvo das actividades pedagógicas/formativas

(percentagem em coluna)

n = 273

[QUADRO Nº 23]

Públicos-alvo	Auditório/ Fórum	Biblioteca	Centro cultural	Teatros	Museu	Património	Outros	Total
Público em geral	85,7	81,3	88,6	77,5	83,9	85,7	75,0	82,8
Bebés	14,3	20,3	14,3	15,0	2,3	0,0	0,0	10,6
Público infantil/juvenil	81,0	98,4	88,6	72,5	80,5	92,9	58,3	84,2
Público especializado	57,1	23,4	37,1	40,0	44,8	28,6	50,0	38,5
Público escolar	81,0	85,9	80,0	90,0	97,7	100,0	75,0	89,4
Profissionais de educação	38,1	65,6	45,7	42,5	55,2	71,4	25,0	52,7
Público com necessidades especiais	19,0	25,0	20,0	17,5	44,8	42,9	25,0	30,0
Famílias	28,6	29,7	37,1	42,5	47,1	64,3	16,7	39,2
Idosos	0,0	7,8	5,7	5,0	17,2	14,3	8,3	9,9
Outros	0,0	0,0	2,9	2,5	6,9	14,3	0,0	3,7
Total de respostas	*21*	*64*	*35*	*40*	*87*	*14*	*12*	*273*

Nota: pergunta de resposta múltipla. A soma das parcelas ultrapassa os 100%.

elementos mínimos de identificação para a composição de *mailing lists*. Deste modo é-lhes possível divulgar a agenda cultural para públicos interessados, procurando tornar porventura mais regulares as visitas destes públicos. Outros equipamentos (embora em muito menor número) também procuram conhecer mais pormenorizadamente os seus públicos e solicitam a elaboração de estudos específicos. Através deles é possível obter uma caracterização dos visitantes/espectadores e ter uma avaliação da receptividade à programação cultural[86].

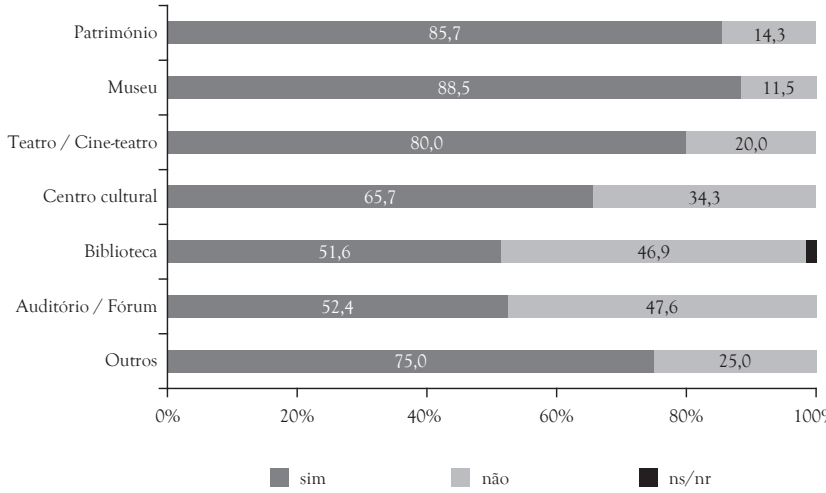
Os dados do inquérito revelam uma atenção crescente, por parte dos responsáveis, ao registo de entradas nos equipamentos culturais, visto que, a grande maioria das estruturas parece ter "rotinizado" esse procedimento. No entanto, para as actividades pedagógicas/formativas, embora também se verifiquem percentagens significativas de equipamentos que registam o número de participantes nas acções, não é um procedimento tão generalizado. Este resultado pode eventualmente significar um menor investimento por parte dos equipamentos na dinamização destas actividades, sendo entendidas, como já se fez notar noutro ponto deste capítulo, como meramente complementares às actividades centrais programadas pelos espaços.

O gráfico nº 3 mostra que o registo de participantes nas actividades dos serviços educativos é sobretudo mais frequentes nos Museus (89%), no Património (86%) e nos Teatros (80%), sendo globalmente menos frequente nas Bibliotecas, dado que a prática mais comum será, nestes casos, o registo dos empréstimos (aqui não contabilizado).

86 Veja-se, por exemplo, o estudo sobre os Públicos do Teatro S. João (Santos, Nunes e outros, 2001).

Registo de participantes nas actividades pedagógicas/formativas por Tipo de equipamento
(*percentagem*)
n = 273

[GRÁFICO Nº 3]



O universo escolar no centro das actividades pedagógicas/formativas

Para o conjunto de equipamentos que contabilizam o número de participantes nas actividades pedagógicas/formativas (192 equipamentos) e que indicam o total de participantes nas actividades realizadas em 2005, regista-se perto de 1,5 milhões de entradas (ou participações), o que perfaz uma média de 7.400 visitas/ano por equipamento (quadro nº 24).

Quando se afere a média de entradas por estrutura torna-se evidente que são os locais associados ao património cultural que somam mais visitantes. Note-se que nesta categoria se encontram incluídos sobretudo equipamentos tutelados pela Administração central

Total de participantes em actividades pedagógicas/formativas, por Tipo de equipamento com oferta destas actividades

[QUADRO Nº 24]

Tipo de equipamento	Nº de participantes	%	Total de respostas	Média de participantes
Auditório/Fórum	27.432	1,9	10	2.743,2
Biblioteca	170.012	12,0	33	5.151,9
Centro cultural	233.793	16,5	22	10.627,0
Teatro/Cine-teatro	112.877	8,0	31	3.641,2
Museu	546.151	38,5	76	7.186,2
Património	263.916	18,6	12	21.993,0
Outros	63.220	4,5	8	7.902,5
Total	*1.417.401*	*100,0*	**192*	*7.382,3*

Nota: Só 192 equipamentos forneceram informação sobre o total de participantes em actividades pedagógicas/formativas. Do conjunto de 273 equipamentos, 75 afirmam não fazer o registo do número de participantes em actividades pedagógicas/formativas e 6 não responderam.
Desvio padrão da variável correspondente ao número de participantes = 12029,71; Valor mínimo = 45; Valor máximo = 97968

e alguns com forte afluência de visitantes nacionais e estrangeiros[87]. Em segundo lugar, mas com menos de metade de visitantes em média, surgem os Centros culturais – o que se deve provavelmente, como referido, à grande capacidade de algumas salas.

O total de participantes em acções de acordo com o público-alvo, permite verificar que mais de metade corresponde a público escolar, o que não surpreende, visto que uma larga fatia da oferta, como atrás se evidenciou, destina-se precisamente a este segmento (quadro nº 25). Note-se ainda que para o conjunto de equipamentos

87 Incluem-se neste conjunto o Palácio de Queluz, o Palácio de Sintra, o Convento de Mafra, entre outros.

Total de participantes em actividades pedagógicas/formativas de acordo com o Público-alvo

n = 133

[QUADRO Nº 25]

Público-alvo	Nº de participantes	%	Total de respostas
Público em geral	262.840	23,3	87
Bebés	2.759	0,2	12
Público infantil/juvenil	114.348	10,2	69
Público especializado	21.536	1,9	36
Profissionais de educação	13.866	1,2	61
Público com necessidades especiais	7.137	0,6	38
Famílias	20.856	1,9	37
Outros	24.638	2,2	43
Público escolar	657.855	58,4	116
Total	*1.125.835*	*100,0*	*133*

Nota: Só 133 equipamentos forneceram informação sobre o total de participantes em actividades pedagógicas/formativas de acordo com o público-alvo.

que fornecem informação sobre o número de participantes e, especificamente sobre público escolar, 104 discriminam os graus de ensino desses mesmos participantes. O quadro nº 26 torna evidente que os mais fortes consumidores da oferta proporcionada pelos serviços educativos dos equipamentos culturais são crianças entre os 6 e os 9 anos frequentadores do 1º ciclo do ensino básico.

Saliente-se, por último, o número de participantes de acordo com a localização geográfica dos equipamentos (quadro nº 27). A Área Metropolitana de Lisboa apresenta o contingente mais elevado de participantes, abarcando 40% do total registado na amostra. Analisando, porém, a média de participantes por região, é a área Metropolitana do Porto que sobressai de forma muito expressiva. Esta

Total de público escolar por Grau de ensino
n = 116

[QUADRO Nº 26]

Níveis de ensino da categoria "Escolar"	Nº de participantes	%	Total de respostas
Público pré-escolar	76.205	11,6	70
Público 1º ciclo	181.920	27,7	94
Público 2º ciclo	91.337	13,9	72
Público 3º ciclo	98.964	15,0	62
Público ensino secundário	86.274	13,1	71
Público ensino superior	27.294	4,1	44
Não discriminado	95.861	14,6	12
Total	*657.855*	*100,0*	*116*

visibilidade está certamente associada ao desenvolvimento muito significativo que os serviços educativos da Fundação de Serralves e da Casa da Música têm realizado ao longo dos últimos anos.

Procurando sintetizar alguma das principais características das actividades pedagógicas/formativas, sublinhe-se em primeiro lugar o número significativo de equipamentos que promovem um leque diversificado de acções ao longo de um ano, sendo essa variedade mais evidente para o conjunto de Bibliotecas e Museus respondentes. Ainda a este respeito refira-se que a diversidade de actividades é tanto mais alargada quanto maior a dimensão das equipas encarregues das actividades pedagógicas/formativas.

Apesar de se detectar uma afinidade de actividades de acordo com o domínio artístico prevalecente em cada espaço, o tipo de acções pedagógicas/formativas desenvolvidas são independentes da natureza cultural e artística dos equipamentos. Ou seja, as visitas guiadas são adoptadas pelos museus mas também pelos teatros, assim

Número de participantes em actividades pedagógicas/formativas, por Localização geográfica
(*percentagem em linha*)
n = 192

[QUADRO Nº 27]

Localização geográfica	Nº de participantes	%	Total de respostas	Média de participantes
Área Metropolitana do Porto	236.049	16,7	17	13.885,2
Norte, excepto AMP	196.634	13,9	33	5.958,6
Centro	268.623	19,0	49	5.482,1
Área Metropolitana de Lisboa	572.291	40,4	62	9.230,5
Alentejo	81.936	5,8	13	6.302,8
Algarve	33.687	2,4	8	4.210,9
R. A. Madeira	10.166	0,7	6	1.694,3
R. A. Açores	18.015	1,3	4	4.503,8
Total	*1.417.401*	*100,0*	*192*	*7.382,3*

Nota: Só 192 equipamentos (68%) forneceram informação sobre o total de participantes em actividades pedagógicas/formativas.
Desvio padrão da variável correspondente ao número de participantes = 12029,71; Valor mínimo = 45; Valor máximo = 97968

como os espectáculos são programados pelos espaços patrimoniais ou bibliotecas. Esta característica é também um reflexo da crescente multidisciplinaridade da actividade artística e da mobilização de diferentes linguagens para comunicar a arte e a cultura. Os cruzamentos, sincretismos e hibridações da actividade criativa têm também o seu reflexo na organização das actividades das estruturas de mediação. Características da cultura contemporânea a que não são alheios os serviços educativos das instituições culturais.

Outra nota significativa, embora esperada, é o facto do universo escolar assumir um vasto domínio quer na planificação de acções

(a escola como público-alvo preferencial) quer no correspondente número de participantes nas acções. Realce sobretudo para os alunos do 1º ciclo, o que se poderá eventualmente justificar pela maior facilidade de planificação de acções para alunos ainda integrados num sistema de monodocência.

4.4. ORGANIZAÇÃO DAS ACTIVIDADES PEDAGÓGICAS/FORMATIVAS

O desenvolvimento de actividades de natureza educativa nos equipamentos culturais nem sempre corresponde à existência de *serviços formalmente constituídos*. Embora seja perceptível uma tendência para o progressivo desenvolvimento de acções pedagógicas nos equipamentos culturais, na verdade, as actividades desta natureza nem sempre ganham visibilidade na organização orgânica dos espaços culturais.

O facto, em si, não invalida que estas práticas assumam uma importante centralidade e significado no conjunto das actividades promovidas. Por vezes, a reduzida dimensão das estruturas, e/ou o escasso número de pessoas que compõem as suas equipas, poderão ser razões suficientes para que não exista um serviço formalmente constituído. Por outro lado, o facto das actividades pedagógicas/formativas não estarem reunidas num serviço específico poderá também significar que são entendidas pelas direcções dos respectivos equipamentos como funções sobretudo complementares à actividade considerada central e prioritária. Nessa medida, os objectivos delineados para esses serviços serão diferentes de outros que apostam nas acções destas estruturas para o aumento e/ou diversificação social dos seus públicos.

Com efeito, a criação de serviços educativos, embora sendo uma tendência crescente, pode cumprir objectivos diferenciados nos respectivos equipamentos culturais. Estas diferenças podem estar relacionadas com as opções e orientações concretas das direcções,

mas também com obstáculos de ordem funcional ou mesmo, em alguns casos, com resistências profissionais e lutas de protagonismo. Veja-se, por exemplo, a propósito dos museus de arte, a tensão entre curadores e educadores, na concepção e na gestão das exposições. "(…) A relação deste grupo de profissionais [curadores] com os educadores tem envolvido alguma tensão decorrente de tradicionalmente trabalharem de forma não integrada e de os segundos surgirem na etapa final da linha de montagem das exposições concebidas e lançadas pelos primeiros" (Martinho, 2007: 80).

O exercício das actividades educativas enquanto serviços complementares, está relacionado, na opinião de alguns autores, com um "entendimento restrito do termo educação". De acordo com Alloway, o seu significado passou a traduzir "o conjunto de visitas escolares, visitas guiadas, conferências (…) e serviços à comunidade, tudo actividades periféricas à colecção e às exposições temporárias. Os curadores frequentemente facultam ao departamento de educação "deixas" e notas para o programa alargado, mas fazem-no como uma ocupação adicional, não como uma actividade central (...)" (Alloway, 1996: 230, citado em Martinho, 2007: 78).

Procurando sistematizar, ainda que simplificadamente, o modo como estão organizadas as actividades pedagógicas/formativas dos equipamentos culturais, podem considerar-se duas formas distintas: i) as que são desenvolvidas sem estarem ligadas a um serviço ou departamento específico; ii) as que se apresentam constituídas num serviço especializado – na maioria dos casos denominados de serviços educativos ou designações afins.

No primeiro caso, as actividades pedagógicas/formativas dos equipamentos correspondem à realização de um conjunto de actividades desenvolvidas com regularidade sem estarem organizadas num serviço específico. Se por um lado podem estar associadas a cenários de menor (ou relativa) importância no conjunto das acções desenvolvidas – assumindo funções sobretudo de natureza complementar – por outro lado, não obstante a inexistência de um serviço formalizado, podem assumir uma função relevante no conjunto das actividades,

ainda que possam estar condicionadas por factores relacionados com a escassez de recursos humanos e materiais.

O segundo caso corresponde à existência de um núcleo específico na organização funcional do equipamento cuja actividade principal passa pelo desenvolvimento de acções pedagógicas/formativas. Estabelecendo um paralelo com o perfil anterior, note-se que a constituição de um serviço pode significar, globalmente, uma maior importância atribuída às actividades desta natureza. Contudo, esta particularidade, só por si, não é suficiente para concluir da influência ou importância do sector educativo na gestão dos espaços culturais. Com efeito, a existência de serviços desta natureza não permite inferir imediatamente sobre a efectiva assunção de uma política educativa transversal a toda a actividade do equipamento. A este respeito a coordenadora da Rede Portuguesa de Museus refere: "É muito importante que o cumprimento da função educativa tenha expressão orgânica no museu através serviço educativo (SE), isto é, que o SE seja um serviço dentro do museu. Mas o mais importante é, eu diria, haver uma política educativa assumida, pelo próprio director, como uma prioridade, tal como assume, por exemplo, a política de exposições"[88].

O conjunto de informação reunida pelo Inquérito indicia precisamente modos de organização das actividades pedagógicas/formativas muito diferenciados que poderão estar não só associados às opções orgânicas que enquadram estas actividades, como também a outros factores, designadamente: i) *estatuto jurídico dos equipamentos onde estão inseridas*; ii) *vocação cultural e artística do equipamento*; iii) *objectivos e estratégias delineados pelas direcções*; iv) *definição das equipas* (número e formação dos colaboradores, vínculos de trabalho e modos de prestação da actividade); v) *definição das actividades* (no que respeita à sua regularidade e diversidade); vi) *condições físicas e materiais disponíveis*); vii) *afluência de visitantes/participantes*.

88 Entrevista realizada à responsável pela Rede Portuguesa de Museus (RPM), no dia 1 de Fevereiro de 2007.

A combinação das diferentes possibilidades gera necessariamente uma multiplicidade de modos de organização distintos, difíceis de tipificar. As variáveis mobilizadas pelo inquérito contribuem, no entanto, para apontar tendências nos modos de organização das actividades pedagógicas/formativas. Destaque-se em particular o significativo número de colaborações pontuais na aferição do modo de prestação de trabalho. Este dado remete para a possibilidade das actividades pedagógicas/formativas serem desenvolvidas com recurso a profissionais externos, enquadrados eventualmente em projectos específicos. Nesse sentido, os modelos organizacionais assentes no recurso a profissionais ou actividades externas, incluirão um limitado número de colaboradores permanentes que tenderão a assumir essencialmente as funções de programação. Este tipo de modelo organizacional poder-se-á adequar mais ao desenvolvimento de actividades em equipamentos vocacionados para certos domínios culturais e artísticos do que outros, no entanto, como se viu relativamente à caracterização das actividades pedagógicas/formativas, a tendência presente é para a adopção transversal de diferentes modalidades (ateliês, exposições, espectáculos, visitas guiadas) a qualquer domínio cultural e artístico (Gomes e Martinho, 2009).

Veja-se, por outro lado, o elevado número de colaboradores que exercem as actividades educativas conjuntamente com outras funções do equipamento, sugerindo um modelo organizacional mais fechado – no sentido em que a dinamização das actividades dependerá sobretudo de recursos internos. Este modo de organização das actividades, podendo apontar, porventura, para um menor relevo das acções pedagógicas/formativas no conjunto das actividades promovidas pelos equipamentos, pode simplesmente significar uma eventual limitação de recursos humanos para o desempenho destas actividades, ou tratar-se de um modo de organização adoptado por equipamentos de menores dimensões (tanto no que concerne à área física ocupada, como às actividades propostas e afluência de públicos). Veja-se em particular o caso das Bibliotecas, onde as acções de promoção do livro e da leitura serão, em alguns casos,

desenvolvidas pelos técnicos pertencentes aos quadros de pessoal, exercendo estes, simultaneamente, outras funções inerentes à sua especialização.

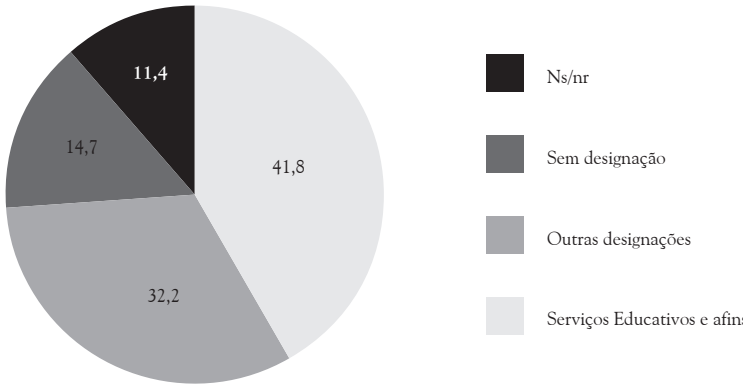
Note-se também que nos casos dos equipamentos tutelados pelas autarquias que não acolhem uma direcção artística ou equipas especializadas, as actividades são, na sua maioria, programadas por técnicos camarários. Nestes casos, as actividades pedagógicas não estão, regra geral, organizadas num serviço, não apresentando também uma designação particular – tal como se pode observar no gráfico nº 4 alusivo às designações atribuídas aos serviços ou actividades educativas/formativas dos equipamentos inquiridos.

A categoria "Sem designação" refere-se precisamente ao conjunto de actividades desenvolvidas pelos serviços camarários para os espaços que tutelam, representando 15% do total da amostra.

A propósito das *Designações* adoptadas pelos equipamentos para denominar as actividades pedagógicas/formativas, verifica-se que 42% perfilha do termo Serviço educativo ou de uma designação

Designação das actividades pedagógicas/formativas dos equipamentos culturais
(*percentagem*)
n = 282

[GRÁFICO Nº 4]



afim; e 32% refere outros termos, entre os quais o que designa as "actividades de promoção do livro e da leitura" adoptado pelas bibliotecas. Nem todas as bibliotecas apresentam um serviço exclusivo encarregue de dinamizar as actividades de promoção do livro e da leitura, embora algumas, dado o volume de actividades regularmente programadas, tenham equipas específicas somente dedicadas àquelas acções. De um total de 65 bibliotecas inquiridas, 42% declaram ter um serviço ou uma equipa constituída para a programação destas actividades.

Práticas organizacionais: sub-aproveitamento das redes constituídas para a programação das actividades educativas

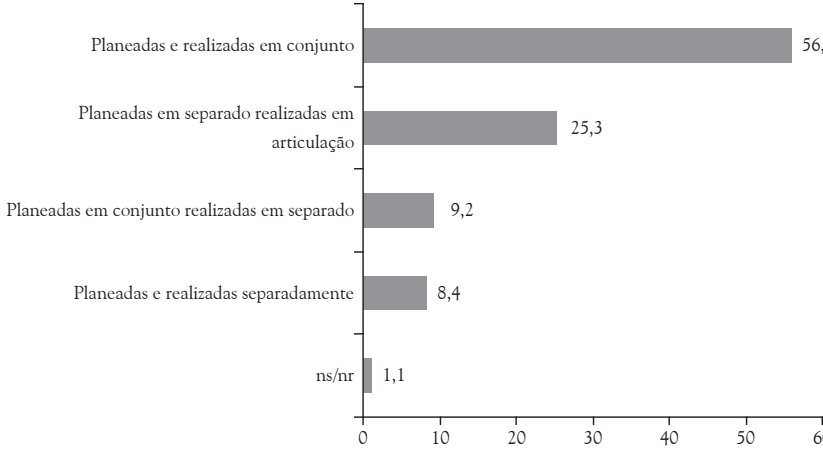
O modo de gestão e organização das actividades pedagógicas/formativas influencia necessariamente a forma de *articular a programação geral dos equipamentos e a sua programação pedagógica/formativa.* De acordo com os dados do inquérito, mais de metade dos equipamentos inquiridos declaram programar e realizar conjuntamente as actividades gerais e as actividades educativas (56%) e um quarto (25%) planeia separadamente as actividades e articula-as aquando da sua realização (gráfico nº 5).

Alguma literatura sobre o papel dos serviços educativos nas organizações culturais (Alloway, 1996; Yrjö-Koskinen, 2000) reforça precisamente a necessidade de articulação das actividades educativas com as restantes actividades dinamizadas nos equipamentos. O que se tem verificado, de acordo com alguns autores, é a assunção de uma função sobretudo complementar ou de apoio aos serviços entendidos como centrais nas organizações culturais. Por norma, as actividades são programas pelo núcleo artístico/cultural do equipamento e posteriormente transmitidas aos serviços educativos que, com base nos conteúdos previamente definidos, adaptam, por sua vez, as actividades de acordo com as temáticas e necessidades então definidas.

A propósito de "boas práticas" no que respeita às actividades dos departamentos ou serviços educativos das instituições culturais,

Relação entre a Programação geral e a Programação pedagógica/formativa
(*percentagem*)
n = 273

[GRÁFICO Nº 5]



Tuula Yrjö-Koskinen (2000)[89], sublinha a necessidade de serem garantidos interfaces entre os serviços educativos das organizações e o núcleo artístico e criativo das instituições. De acordo com esta autora, o trabalho educativo e comunitário de uma organização pode estar comprometido com a ausência de uma planificação integrada juntamente com a actividade artística desenvolvida nessa mesma organização.

Os resultados do presente estudo vão, de facto, no sentido de uma articulação entre os vários serviços existentes nos equipamentos. Coloca-se aqui a hipótese de, em alguns casos, não existir uma separação orgânica e funcional efectiva entre as actividades gerais e as actividades educativas dos equipamentos. O facto de uma

89 Redactora do Relatório Mosaic (Managing an Open and Strategic Approach in Culture) – Arts organizations and their Education Programmes: responding to a need for change. Relatório de 2000 para o Conselho da Europa.

percentagem elevada das actividades pedagógicas/formativas não corresponderem a serviços formalmente constituídos (integrando pessoal com competências específicas), poderá ser uma das razões para a Planificação e Realização Conjunta das actividades referidas por mais de metade dos equipamentos inquiridos.

De entre os aspectos que contribuem para a organização e gestão das actividades dos equipamentos culturais e, particularmente, das actividades pedagógicas/formativas, refiram-se as que implicam a definição de uma programação com recurso a agentes e meios externos, tais como a realização de parcerias e a pertença a redes de programação ou equipamentos. Entre as questões abordadas pelo inquérito, atente-se nas que procuram caracterizar modos de gestão e planificação das actividades pedagógicas/formativas com recurso à constituição de parcerias.

De acordo com as respostas fornecidas, a celebração de acordos de cooperação faz parte das dinâmicas inerentes à organização das actividades pedagógicas/formativas para uma parcela muito significativa de estruturas – 85% dos respondentes declara ter estabelecido acordos durante o ano de 2005[90]. De entre as entidades parceiras enumeradas, as escolas são as que mais se destacam, tendo sido assinaladas por quase 2/3 dos equipamentos inquiridos (63%). Salienta-se também as associações locais referidas por 45% dos respondentes, podendo denotar-se uma expressiva importância atribuída à criação de interfaces com diferentes agentes da comunidade envolvente (quadro nº 28).

Não surpreende que as Escolas constituam um dos parceiros fundamentais dos equipamentos culturais com actividades pedagógicas/formativas, dado que são as entidades que, de uma forma geral, mais dinâmica geram nos serviços educativos através de visitas

90 Note-se, porém, que não existe informação sobre o conteúdo das parcerias realizadas. Dada a variedade de situações em que o termo "parceria" é actualmente utilizado, o questionário procurou restringir o número de possibilidades solicitando apenas os casos de parcerias que tenham resultado de protocolos ou acordos duradouros.

Entidades parceiras na dinamização de actividades pedagógicas/formativas nos equipamentos culturais

n = 273

[QUADRO Nº 28]

Entidades parceiras	N	%
Associações locais	124	45,4
Câmaras	96	35,2
Escolas	173	63,4
Outros equipamentos culturais	79	28,9
Outros agentes (produtores/promotores culturais)	104	38,1
Outros	43	15,8
Não foram estabelecidos protocolos/acordos de parceria em 2005	46	16,8
Ns/nr	7	2,6

Nota: Pergunta de resposta múltipla

escolares. Tal como se viu, são o público-alvo central destes serviços e o segmento mais numeroso em termos de entradas.

A importância progressiva atribuída às estratégias de alargamento de públicos, o relevo da educação artística na educação global dos indivíduos e as crescentes solicitações das escolas para visitas culturais, terão sido razões fundamentais para o reforço do trabalho com e para as escolas nos equipamentos culturais. Muito desse trabalho passa, inclusive, por conceber actividades com ligações às matérias curriculares dos diversos graus de ensino.

Recorde-se que foi sobretudo através do trabalho educativo realizado para uma população fundamentalmente escolar que os serviços educativos começaram por se constituir em Portugal. Posteriormente foram alargando o seu âmbito de acção à medida que as práticas relativas à educação foram atendendo a outros princípios – princípios

fundamentalmente ligados à formação ao longo da vida. De facto, só mais recentemente os serviços educativos foram diversificando actividades e públicos-alvo, estendendo-as para lá de acções estritamente vocacionadas para uma população escolar. A percentagem de associações com as quais os equipamentos inquiridos estabelecem parcerias pode certamente ser entendida como um sinal de abertura dos equipamentos culturais a outros agentes da comunidade (quadro nº 29). Esse envolvimento contribui para que mais membros participem em actividades que visam o alargamento e comunicação de conhecimento em espaços de aprendizagem não formal. Procurando averiguar o tipo de tendências no que respeita à realização de parcerias, os Teatros (note-se que o seu reduzido contingente obriga a leituras cautelosas) foram os equipamentos que menos parcerias realizaram durante 2005. Por seu lado, os equipamentos inscritos na categoria Património foram os que estabeleceram acordos de cooperação com uma maior diversidade de agentes.

À semelhança do que são as tendências contemporâneas relativamente à programação da actividade cultural e artística – nomeadamente a sua organização em rede para melhor responder à necessidade de regularidade, qualidade e diversidade – também alguns serviços educativos beneficiam deste modelo de gestão das actividades.

Recorde-se que um dos critérios que presidiu à definição do universo de equipamentos a inquirir se reportou precisamente à sua inclusão em redes nacionais – designadamente as redes de bibliotecas, de museus e de teatros/cine-teatros. No entanto, somente 41% dos equipamentos inquiridos afirmam beneficiar das redes nacionais no que se reporta estritamente à gestão e programação de actividades pedagógicas/formativas. No que respeita a redes internacionais, uma parcela significativamente inferior (6%), beneficia deste instrumento de gestão. No primeiro caso, são claramente as Bibliotecas e os Museus que representam a fatia mais extensa – sendo os espaços polivalentes os que, por outro lado, menos se mobilizam para o estabelecimento de cooperações nacionais. Refira-se, para o caso das

Entidades parceiras por Tipo de equipamento com oferta de actividades pedagógicas/formativas

(*percentagem em linha*)

n = 273

[QUADRO Nº 29]

Equipamentos	Entidades parceiras						*Total*
	Associações locais	Câmaras	Escolas	Outros equipamentos	Outros agentes	Sem protocolos	
Auditório/Fórum	66,7	14,3	66,7	14,3	28,6	14,3	21
Biblioteca	43,8	35,9	68,8	31,3	37,5	15,6	64
Centro cultural	37,1	22,9	48,6	22,9	37,1	14,3	35
Museu	55,0	40,0	70,0	30,0	37,5	15,0	40
Património	40,2	36,8	60,9	32,2	41,4	17,2	87
Teatro/Cine-teatro	57,1	57,1	71,4	35,7	35,7	28,6	14
Outros	33,3	50,0	58,3	25,0	41,7	25,0	12
Total	*45,4*	*35,2*	*63,4*	*28,9*	*38,1*	*16,8*	*273*

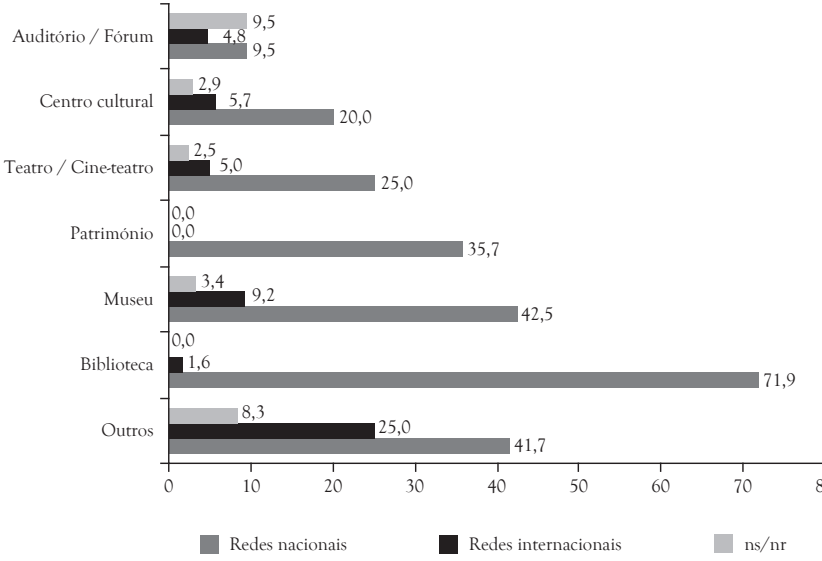
Nota: pergunta de resposta múltipla

Bibliotecas, o Programa Nacional de Promoção da Leitura, instituído pelo então IPLB em 1997. Um Programa que através de uma "bolsa de acções" (de espectáculos, leitura encenadas, conversas com escritores, etc.) procura disponibilizar às bibliotecas da RNBP e a outras instituições[91] uma animação regular e diversificada em torno das temáticas do livro. As conexões além fronteiras são maioritariamente concretizadas pelos equipamentos integrados na categoria Outros[92] (25%), seguidos a larga distância pelos Museus (9%) (gráfico nº 6).

Pertença a redes nacionais e/ou internacionais por Tipo de equipamento com oferta pedagógica/formativa

(*percentagem*)

[GRÁFICO Nº 6] n = 273



Nota: pergunta de resposta múltipla.

91 Como por exemplo, a Direcção-Geral dos Serviços Prisionais.

92 Recorde-se que na categoria Outros estão equipamentos multifuncionais e de referência no panorama cultural português, mas que, dado o seu reduzido número e a polivalência das suas actividades, optou-se por os considerar numa categoria residual.

A reduzida mobilização internacional dos serviços pedagógicos/formativos não é surpreendente se tivermos em conta o panorama nacional no que respeita a políticas de internacionalização. Embora a participação em redes internacionais seja considerada uma mais valia para a gestão da actividade cultural e artística, são poucos os agentes nacionais com participação em projectos ou circuitos internacionais (Lourenço, 2000; Gomes, Lourenço, Martinho, 2006).

Destaquem-se, em síntese, os traços mais significativos das características organizacionais das actividades pedagógicas/formativas. Assiste-se a uma tendência para o aumento do número de equipamentos com estas dinâmicas – tal como se constatou a propósito da data de constituição das estruturas inquiridas. O desenvolvimento destas actividades está enquadrado em equipamentos que poderão, eventualmente, adoptar modos de organização muito diversos, dependentes de factores associados quer à natureza jurídica dos equipamentos onde estão integrados, quer a opções de ordem política (grandes orientações e objectivos) e de gestão (equipas, actividades, meios).

Em termos gerais, verifica-se que algumas destas actividades poderão ser desenvolvidas sem estarem enquadradas num serviço ou núcleo específico, sem que com isso lhes atribuam necessariamente menor relevo no conjunto das dinâmicas dos equipamentos. Como se viu, uma parcela significativa dos equipamentos pertencem à Administração local e, em alguns casos, são programados pelas equipas camarárias que, na maioria dos casos, têm a seu cargo a programação de vários espaços, além de outras funções.

Outra nota de relevo é devida às ligações com o exterior para o exercício de planificação e programação das actividades. A cooperação com outros agentes dá prioridade à escola, embora se vislumbre uma tendência para um progressivo alargamento a outras entidades, tais como as associações. Ainda que um número importante de equipamentos inquiridos beneficie da organização em rede para a promoção de actividades pedagógicas/formativas, também são perceptíveis as estruturas que, embora integradas em redes nacionais, não tiram

vantagem deste dispositivo para a programação de actividades de natureza educativa.

Síntese

Refiram-se, para terminar, as principais notas da análise aos dados resultantes do Inquérito às actividades pedagógicas/formativas.

O primeiro destaque reenvia para o aumento do número de equipamentos com acções educativas, reflexo, em parte, de políticas públicas empenhadas na *democratização da procura*. Estas orientações são visíveis em equipamentos já com alguma tradição na dinamização de acções educativas, tais como as Bibliotecas e os Museus e surgem mais recentemente em equipamentos recém construídos, fruto de investimentos na criação de infraestruturas, tais como centros culturais, auditórios, ou outros recém requalificados, tais como teatros e cine-teatros.

Sublinhe-se também a feminização e juvenilização das equipas encarregues das actividades educativas dos equipamentos, o que remete, por um lado, para um dos traços comuns às profissões nas áreas educativas/pedagógicas – mulheres sobrerepresentadas – e, por outro, para o facto desta área de trabalho poder vir a constituir um pólo de recrutamento de jovens profissionais especializados.

No que respeita aos modos de organização, a nota de maior relevo recai precisamente na grande diversidade de modelos, dificultando a tipificação de perfis organizacionais.

Realce-se a esse respeito as funções desempenhadas fundamentalmente em regime de cumulatividade e por pessoal com vínculo permanente à instituição. Este cenário organizacional para o desenvolvimento das actividades pedagógicas/formativas, aparentando um menor grau de estruturação orgânica dos serviços educativos, pode representar um modelo, entre outros, adequado às características jurídicas, institucionais e funcionais de alguns dos equipamentos ou, por outro lado, dever-se a condicionantes físicas e materiais. Mas pode também significar que as actividades educativas assumem uma

função meramente complementar relativamente à actividade considerada prioritária nos equipamentos. Neste último caso, sublinhe-se o risco de poderem estar a ser desenvolvidas actividades sem objectivos ou missões concretas, desintegradas de planos estratégicos e realizadas de forma avulsa e pontual. Este cenário é mais condizente com a promoção de actividades de mera animação e menos com políticas de efectiva *formação de públicos*.

Destaque também para os que exercem pontualmente estas actividades, indiciando a presença de trabalhadores temporários que integram, porventura, projectos ou actividades criativas pontuais. A prestação esporádica de trabalho nesta área de actividade remete para a possibilidade dos equipamentos recorrerem à externalização de serviços (*outsourcings*). A criação de serviços educativos pode, enquanto campo de actividade emergente, potenciar tendencialmente a criação de novas dinâmicas profissionais e empresariais através da criação de mercados específicos.

É nítida a tendência para a diversificação do tipo de actividades propostas e para a multiplicação de públicos-alvo. A variação do leque e actividades propostas é acompanhada de uma certa padronização de formatos, isto é, são comuns aos vários tipos de equipamentos, por exemplo, as visitas guiadas, exposições, ateliês, assumindo um figurino semelhante independentemente do domínio artístico prevalecente em cada equipamento.

Frise-se o predomínio claro de actividades vocacionadas para o universo escolar (alunos e professores) e correspondente volume de procura, pese embora o alargamento da programação a diferentes públicos-alvo. Embora pareça crucial a ligação entre os equipamentos culturais e o universo escolar, parece necessária uma reavaliação do modo como é estabelecida essa relação dado que, em alguns casos, se corre o risco de torná-la meramente instrumental. Se, por um lado, para os que programam as actividades pedagógicas/formativas, a escola pode constituir uma espécie de armazém de públicos garantidos, para professores ou representantes da instituição escolar as visitas esporádicas podem simplesmente cumprir uma saída pontual no

programa curricular, sem lastro no que toca a experiências vivenciais promotoras de conhecimento.

Realce-se por último, através de um quadro síntese (quadro nº 30), os principais resultados do Inquérito ventilados por tipo de equipamento. Veja-se, em termos médios, o peso significativo dos Centros culturais no que respeita a todas as variáveis consideradas e, em particular, o volume expressivo de participantes em espaços patrimoniais.

Síntese de algumas das variáveis de caracterização das actividades pedagógicas/formativas por Tipo de equipamento
(*média anual*)

[QUADRO Nº 30]

Tipo de equipamento	Média de participantes n = 192	Média de sessões n = 198	Média de colaboradores n = 262	Média do leque de actividades realizadas n = 273
Auditórios/Fóruns	2.743,2	53,4	10,9	6,1
Biblioteca	5.151,9	122,7	6,6	7,7
Centros culturais	10.627,0	639,7	12,3	6,7
Teatros/Cine-teatros	3.641,2	43,9	6,8	6,1
Museus	7.186,2	187,7	7,2	6,8
Patrimónios	21.993,0	576,4	9,9	6,1
Outros	7.902,5	71,4	18,6	5,8
Total	*7.382,3*	*219,7*	*8,5*	*6,1*

Nota: Resultados referentes às actividades realizadas em 2005.

5. AS ACTIVIDADES PEDAGÓGICAS/FORMATIVAS – CASOS ILUSTRATIVOS

A informação facultada pelo Inquérito não permite aferir todas as dimensões da actividade dos serviços educativos desenvolvidas nos equipamentos culturais, dada a natureza sobretudo quantitativa da análise proporcionada por este instrumento metodológico.

No sentido de conhecer em termos substantivos essas dinâmicas menos perceptíveis, foram realizadas entrevistas a responsáveis pelas actividades educativas de três equipamentos integrados na amostra constituída pelo Inquérito – um Museu, um Teatro, e uma Biblioteca.

A escolha obedeceu a três critérios principais sugeridos por algumas das considerações entretanto avançadas com a análise dos resultados do Inquérito. Procurou-se, em primeiro lugar, abarcar espaços cuja tutela pertencesse à Administração local. Além de serem os mais representados na amostra, evidenciam dinâmicas recentes neste âmbito. Tal como se tem procurado evidenciar ao longo deste trabalho, as autarquias têm vindo a assumir um protagonismo crescente na promoção e gestão da oferta cultural, tanto no que respeita à construção de infraestruturas culturais, como na dinamização de uma oferta que se pretende regular e diversificada. Este crescente dinamismo passa também pela criação de serviços educativos ou pela dinamização de actividades de natureza educativa/formativa. Nem todas as autarquias, no entanto, adoptam os mesmos modelos organizacionais ou definem os mesmos objectivos no delineamento das suas actividades. Com esse intuito se procura também destacar exemplos diversos nos modos de organizar e promover essas actividades.

A existência de equipas específicas para a dinamização dos serviços constituiu um segundo critério para a escolha dos equipamentos que servem de casos ilustrativos. A informação resultante do Inquérito, embora permita caracterizar o grupo de colaboradores que se dedica a estas actividades através do seu perfil sociográfico e forma de prestação do trabalho, é mais omissa quanto à caracterização das especializações ou competências dos elementos que integram estas equipas, assim como ao modo de organização dos serviços. Nesse sentido procurou-se que os casos analisados constituíssem exemplos suficientemente variados nesta matéria.

Finalmente, o terceiro critério teve subjacente a inclusão de equipamentos de domínios culturais e artísticos de diferentes naturezas que promovam um leque diferenciado de actividades. Procurou-se abarcar estruturas com uma oferta alargada, incluindo as vocacionadas para as escolas, mas também com propostas específicas para outros segmentos populacionais. As entrevistas foram realizadas aos respectivos responsáveis pelos equipamentos, sendo também eles, nos casos considerados, os coordenadores das actividades dos serviços educativos.

O presente capítulo está organizado de acordo com três eixos temáticos: i) *Percursos* – um breve historial da criação dos serviços educativos, tendo como objectivo contextualizar as actividades actualmente desenvolvidas; ii) *Qualificações e competências* – caracterização da formação profissional dos colaboradores destes serviços; iii) *Actividades* – exemplos de algumas actividades propostas e caracterização de objectivos que lhe estão subjacentes.

5.1. PERCURSOS

Um dos aspectos comuns à história de cada um dos três equipamentos está intrinsecamente ligado à requalificação do espaço físico onde actualmente é desenvolvida a actividade que promovem, dimensão que vem ao encontro da tendência que tem vindo a ser verificada relativamente aos investimentos aplicados, desde há cerca

de uma década, na infraestruturação vocacionada para as actividades culturais/artísticas, em particular pela Administração local. Regra geral, e tal como o Capítulo 2 destacou, os investimentos públicos na cultura começaram por ser aplicados na criação e qualificação de equipamentos para, mais recentemente, se redireccionarem para a dinamização da oferta (no que respeita a uma programação regular e diversificada) e da procura cultural.

Com efeito, embora esta seja uma tendência geral, a consolidação de algumas práticas locais passa por percursos diferentes ou mesmo inversos. É o caso da história associada à criação dos serviços educativos no Museu que aqui representa um dos casos ilustrativos abordados. No início dos anos 80, embora não existisse um espaço físico consagrado à dinamização de actividades educativas/formativas ou – tal como a directora deste museu prefere referir – um espaço dedicado às "aprendizagens", a criação das "maletas pedagógicas" por parte dos serviços municipais procurava responder à frequente insuficiência dos museus e de outros equipamentos culturais locais em matéria de comunicação e de formação específica para públicos diferenciados. A iniciativa começou por ser dirigida fundamentalmente a escolas mas rapidamente se alargou a outros agentes e instituições da comunidade – tais como hospitais, bombeiros, antigas tabernas, entre outros locais. Além da divulgação do património local, estas visitas permitiram também conhecer e reunir, em colecção, peças/instrumentos utilizados no desempenho de várias profissões. Dada a ausência de um espaço onde pudessem ser reunidas e apresentadas, organizaram-se algumas exposições nos próprios locais de origem destes materiais e promoveram-se exposições itinerantes, levando as escolas a conhecer modos e fazeres de diferentes profissões.

> A primeira [maleta pedagógica] tinha um nome que era "As Quatro Estações na Pintura" e o objectivo era exactamente estimular a curiosidade dos alunos e professores relativamente ao que o Museu lhes podia oferecer. Como a maioria das pessoas não ia ao Museu, como não conheciam o que era um Museu de Arte e não sabiam o que é que o

> Museu lhes podia dar, nem como é que poderia ser um recurso para a Escola, houve esta ideia (….). Por exemplo, uma das maletas era a que reunia puzzles de fotografias que eram imagens de obras de arte. Um dos puzzles era precisamente uma das obras de arte do João Vaz onde existiam referências ou paisagens relacionadas com as quatro estações do ano. Depois tinha também um conjunto de materiais relacionados com as estações do ano: folhas, cortiça, ou umas conchas – materiais que de alguma forma se relacionavam com essas paisagens, com esses ambiente e que apelavam para a pintura.
>
> À medida que íamos tendo contacto com diferentes grupos sócio-profissionais, era-nos solicitada a validação das colecções que nos apresentavam. Por exemplo, os bombeiros tinham uma série de bombas, apetrechos e instrumentos ligados aos incêndios e fatos de protecção. Estudou-se intensamente esse espólio, esse acervo dos bombeiros, e ficou lá exposto. Portanto, melhorou-se o espaço e criou-se uma situação para trabalhar a memória daquela organização. (…) Depois esses diferentes grupos foram percebendo o que nós podíamos fazer para valorizar esses patrimónios materiais. Por exemplo, os médicos diziam: «Nós temos tanta coisa, temos imensos equipamentos, imensos apetrechos, imensas coisas, e não sabemos o que é que havemos de fazer. Sabemos que têm valor, um valor muito grande para a história da medicina, das técnicas e dos métodos, mas como organizar? Como lhes dar sentido? Como lhe dar visibilidade?», no fundo, como lhe dar um discurso? Então fizemos exposições lá no átrio do hospital (…) e criámos pequenas exposições itinerantes. Depois o próprio hospital criou condições – com vitrinas – para preservar aquele património que tinha exposto. Uma parte entretanto veio para cá [Museu], porque eles não tinham condições, mas o que é possível preservar no local, nós defendemos que deve aí ser preservado.
>
> Directora do Museu

Com a implementação do actual Museu numa antiga fábrica de conserva, em 1987, (beneficiando também a zona circundante através de obras de requalificação urbana) foi possível trazer algum do espólio entretanto reunido para este espaço. O serviço educativo do Museu foi inaugurado dois anos depois da sua entrada em funcionamento,

incorporando uma já vasta experiência acumulada. Tomando como referência o ano 2005, este serviço contabilizou um total de 15.275 entradas, estando repartidas em visitas guiadas (49%); outras actividades – onde estão integrados os ateliês e animações variadas (28%) – e visitantes individuais (22%).

Note-se que as visitas guiadas promovidas pelo serviço educativo são desenvolvidas tanto no próprio espaço ocupado pelo Museu, como no exterior, junto a locais de relevo patrimonial, ou outros de interesse geral. O estímulo surgiu sobretudo de escolas locais, solicitando à equipa do Museu a organização de visitas a vários pontos de interesse do concelho. O volume de pedidos levou este serviço a preparar e desenvolver um leque diversificado de temáticas para a promoção das visitas-guiadas. Em 2005 foram programadas actividades agrupadas em duas modalidades centrais – as visitas à história/património do concelho e às actividades económicas/quotidianos típicos[93].

No caso da Biblioteca, a transferência para um espaço renovado e modernamente apetrechado, faz toda a diferença no tipo de oferta proporcionada e no volume da procura das actividades promovidas por este equipamento. Localizada inicialmente num antigo palácio desde 1939 – data em que a Biblioteca foi criada – mudou de instalações em 2003, ano em que passou a localizar-se numa antiga casa senhorial, depois desta ter estado sujeita a obras de restauro e alargamento. No ano 2000 passou a integrar a Rede Nacional de Bibliotecas Públicas (RNBP), assinando o contrato-programa com o então IPLB para a construção da nova biblioteca. Só três anos depois abriu portas ao público integrando todas as valências que as "novas" bibliotecas públicas passaram a disponibilizar. A mudança de espaço, possibilitando o alargamento e diversificação da oferta, veio aumentar exponencialmente o número de visitantes/utilizadores deste equipamento. De acordo com a sua directora, a mudança de instalações permitiu passar de uma média mensal de 300 leitores para 4.500.

---

93 O serviço educativo do Museu promove 17 visitas-tipo no exterior. Entre elas, visitas a diversos locais do património histórico e natural do concelho.

> O espaço da biblioteca no Palácio era muito limitado, mas não era razão para não fazermos actividades. Fazíamos as actividades do Livro e da Leitura, não de forma tão abrangente como agora, uma vez que as condições são outras; mas promovíamos actividades tanto para a comunidade escolar como para a comunidade em geral. Desenvolvíamos, e ainda o fazemos actualmente, actividades de animação em que o livro estivesse sempre presente directa ou indirectamente – sempre mantendo a ideia de que a biblioteca é um espaço de informação, independentemente do suporte utilizado. Obviamente que, vindo para aqui [novo espaço], não só alargámos o leque de oferta mas o número de sessões e de leitores/frequentadores. Em Junho e Julho tivemos 9 mil leitores só aqui [excluindo os pólos] A mudança de espaço foi fundamental, o espaço chama as pessoas, o facto de termos jardim e de aproveitarmos esta área para a realização de actividades é importante, mas além disso houve sempre o cuidado de, logo de início, ter sempre actividades permanentes, procurámos fidelizar o público. Começámos também a perceber que através das crianças conseguíamos chegar aos pais.
>
> Directora da Biblioteca

O Teatro que serve de caso ilustrativo é tutelado pela autarquia desde 1990. Manteve-se em actividade, albergando uma companhia de teatro, até 1997 – data em que encerrou para obras de remodelação. Veio a reabrir as portas ao público em 2004 oferecendo um conjunto alargado de espaços e actividades culturais – sala de espectáculos (com capacidade para projecção de cinema, e realização de eventos de teatro, dança e música); espaço piano-bar; bar-galeria; espaço internet. O conjunto de valências reunido, assim como a regularidade e diversidade da programação pensada para dinamizar os vários espaços, permitiram trazer logo no primeiro ano um número muito significativo de visitantes. De acordo com o actual responsável, a receita para tão o elevado número de públicos estará não só relacionada com a oferta de propostas culturais e artísticas diversas e regulares mas igualmente com factores externos, entre eles, o reduzido número de espaços apropriados no concelho e arredores. De acordo com o registo estatístico deste Teatro, em 2005 a oferta

proporcionada permitiu passar de um total de 32.938 visitantes/utilizadores (dados de 2004) para 47.110 visitantes/utilizadores.

Note-se que, antes da reinauguração do Teatro e dado o insuficiente número de espaços para proporcionar uma oferta regular, a divisão da cultura da Câmara optou por programar actividades para espaços não convencionais. Durante cerca de uma década a oferta de actividades culturais e artísticas foi dinamizada em igrejas, jardins, entre outros locais, indo ao encontro de públicos muito diferenciados. Esta iniciativa terá tido, de acordo com o responsável pelo Teatro, um efeito positivo na criação de hábitos culturais junto da população, sendo também, porventura, uma das razões para a forte receptividade às actividades que aquele equipamento começou por desenvolver.

Em 2004, quando foi reaberto, ainda não tinha sido constituído o serviço educativo, – o que veio a suceder um ano depois, com a contratação de uma técnica com formação especializada. Refira-se que, embora não existisse um serviço educativo formalizado, eram já dinamizadas acções de animação em espaços alternativos. O actual serviço educativo começou por promover actividades fundamentalmente para as escolas – dando especial atenção aos currículos escolares – e para um público infanto-juvenil. Só mais recentemente, durante 2007, alargaram as actividades a outros públicos-alvo, onde incluem, por exemplo, as famílias.

Nos três casos referidos, a qualificação dos espaços terá sido um estímulo para a diversificação e alargamento do número de actividades realizadas, o que terá permitido acolher um maior volume de públicos. Apesar das anteriores limitações infraestruturais, também nos três casos eram já dinamizadas actividades pedagógicas/formativas recorrendo, em algumas ocasiões, a espaços alternativos.

A vertente educativa/pedagógica, embora já anteriormente presente na programação do Museu e da Biblioteca, viria a ser consolidada a partir da requalificação dos equipamentos. No caso do Teatro, as actividades educativas/pedagógicas locais eram já dinamizadas a partir dos serviços camarários para a cultura – serviços que

integravam alguns dos colaboradores que vieram depois dinamizar o espaço do Teatro, como se verá de seguida.

5.2. QUALIFICAÇÕES E COMPETÊNCIAS

Embora sendo um campo em avançada transformação, a criação e consolidação de serviços educativos em equipamentos culturais é uma prática relativamente recente em Portugal, se comparada com o grau de desenvolvimento alcançado noutros países. Neste contexto, os aspectos relacionados com a profissionalização desta área de trabalho, designadamente a definição de formação e competências específicas, são questões ainda pouco desenvolvidas.

À medida que a integração de políticas educativas na dinamização da actividade cultural tem ganho relevo, também os aspectos relacionados com a formalização desta actividade vão beneficiando de maior visibilidade. Recorde-se, a respeito do sector museológico, que já em 1982 é criada em Portugal a carreira de "monitor de serviço de educação de museus" dando visibilidade a um projecto do início dos anos 70 que "pretendia tornar os museus aptos a incentivar uma acção criativa e mobilizadora a partir da riqueza e diversidade das suas colecções através de pessoal especializado" (Faria, 2000: 15). No entanto, apesar da "oficialização" desta ocupação no que respeita aos museus, ela não parece ser extensível a técnicos que exerçam funções semelhantes noutros equipamentos culturais. Além disso, mesmo no que respeita à carreira de "monitor de serviços de educação de museus", mantêm-se ainda hoje por definir e instituir os aspectos relativos à formação e qualificação inerentes ao exercício da actividade, o que compromete certamente o reconhecimento desta área de trabalho e dos seus técnicos como grupo profissional específico. A adopção de expressões vagas tais como "animadores"; "monitores" "guias de visitas" para nomear os que trabalham em serviços educativos é, porventura, paradigmático do ainda reduzido peso que a actividade e respectivos técnicos detêm como grupo profissional (Martinho, 2007).

Entre os factores que dificultam o processo de profissionalização desta actividade, destacam-se dois. Por um lado, a ainda reduzida sensibilidade por parte de alguns responsáveis de equipamentos culturais para a importância destas actividades no seio das organizações – remetendo-as para serviços complementares à actividade considerada legítima e prioritária –, por outro, a inexistência de uma formação/qualificação específica para o seu exercício.

Observem-se os serviços educativos dos três casos mencionados à luz da composição das suas equipas, nomeadamente no que concerne à formação/qualificação dos seus técnicos, tendo presente o facto de serem equipamentos que desenvolvem actividades em domínios culturais específicos.

A equipa do serviço educativo do Museu é composta por seis elementos num total de 19 que trabalham neste equipamento. Embora com atribuições específicas no serviço educativo, estes técnicos podem eventualmente participar noutro tipo de actividades, estimulando a articulação entre as actividades gerais e as específicas do serviço educativo. A directora, e também responsável pelo serviço educativo, tem formação em museologia e a equipa integra no seu conjunto uma antropóloga; um técnico de animação; uma técnica de património e duas educadoras infantis.

A formação multidisciplinar da equipa dos serviços educativos está estreitamente relacionada com os objectivos gerais da actividade do Museu – objectivos estes que resultam fundamentalmente do entendimento da função social destes espaços nas comunidades onde se inserem. Veja-se, a título de exemplo, a promoção das Tardes Interculturais como dinâmica para a integração social de comunidades imigrantes residentes no concelho (ver mais adiante ponto dedicado às Actividades).

> Há determinado tipo de acções dentro do Museu em que todos colaboram. Cada um tem o seu papel, obviamente, e cada um tem a sua função e especificidade profissional – uns ligados à educação, outros ligados à museografia... Eu assumo a direcção do Museu mas como

> museóloga, não há um conservador porque não temos esse conceito. Portanto, existe essa especificidade profissional, isso não se dilui, mas há momentos em que toda a equipa colabora. Nem todos colaboram ao mesmo nível no que respeita à planificação das actividades, isso já é um bocado complicado, mas dão o seu contributo.
>
> Directora do Museu

A Biblioteca está organizada de acordo com quatro núcleos de trabalho, entre os quais o núcleo de animação**.** É composto por seis pessoas num total de 27 que trabalham no equipamento sede[94]. Os técnicos que asseguram estas actividades têm, na sua maioria, uma formação geral em bibliotecas e uma apetência "pessoal" para o desenvolvimento de funções associadas às actividades do livro e da leitura, procurando completar essa apetência com a frequência de cursos especializados. Para contornar a ausência de certas competências, como por exemplo trabalhar com invisuais ou deficientes auditivos, a solução possível tem sido requisitar externamente profissionais com os conhecimentos necessários, tentando posteriormente adaptá-los às especificidades do livro e da leitura.

Na opinião da directora deste equipamento é cada vez mais urgente que se reavalie a formação dos técnicos das bibliotecas ou, em geral, as competências dos recursos humanos que compõem o quadro de pessoal das bibliotecas. Segunda esta responsável, se por um lado é importante que estes técnicos adquiram, durante a sua formação geral, qualificações e competências específicas para a área da animação, é também necessário reavaliar as habilitações dos colaboradores que compõem o quadro de pessoal das "novas bibliotecas" dada a diversidade de valências que actualmente integram.

> (…) Os técnicos profissionais de biblioteca têm uma formação geral nesta área, depois há aqueles que têm mais apetência para uma coisa ou

94 A esta Biblioteca pertencem ainda mais quatro pólos. No total trabalham 70 colaboradores distribuídos pelas cinco estruturas.

para outra. Temos técnicos profissionais de biblioteca que estão a trabalhar na equipa de animação e que têm apetência para isso. Depois vão fazendo formações por fora ao nível das técnicas de animação. Temos também uma carreira que é a de técnico de animação cultural. Existe um colaborador com essa formação, mas no essencial são técnicos de biblioteca. Não existe propriamente uma especialização em animação, existe esta carreira de técnico de animação que acaba por corresponder às necessidades.

A formação na área de bibliotecas devia apostar cada vez mais na animação, porque não são só as técnicas em si que são importantes, é também projectar, planear…. toda a concepção. Há certas coisas que o técnico de animação sabe fazer que os técnicos de biblioteca não sabem e vice-versa. Era muito importante ter um animador e profissionais que saibam trabalhar especificamente com crianças mas que, ao mesmo tempo, tenham uma componente na área da animação do livro e da leitura. Se calhar passava por desenvolver uma especialização na formação geral dos profissionais das bibliotecas.

É preciso haver uma componente mais agressiva na área da animação e da promoção do livro e da leitura. Nos quadros de pessoal da biblioteca não devem estar só bibliotecários, deve estar um informático, por exemplo, um educador de infância… Há necessidade que os recursos humanos sejam diversificados se se quer promover serviços diversificados. Precisamos de pessoas com competências específicas. Cada vez mais a formação na área das bibliotecas tem que se adaptar a estas novas vertentes e perspectivas.

Directora da Biblioteca

Contrariamente ao que é costume observar-se para as bibliotecas, sobretudo as bibliotecas que integram a RNBP – onde os quadros de pessoal prevêem técnicos especializados[95] – no caso dos teatros os requisitos de formação especializada não se encontram estabelecidos. No caso do Teatro escolhido para caso ilustrativo, a equipa encarregue da programação é constituída por técnicos da Divisão da Cultura da autarquia. Iniciando as actividades em 2004 com uma equipa de seis elementos, esta equipa é actualmente composta por dois técnicos

95 Ver a este propósito (Gomes e Martinho, 2009).

que trabalham exclusivamente no Teatro e por outros que, consoante as exigências da programação, colaboram pontualmente na produção das actividades. Entre os técnicos com funções exclusivas conta-se uma colaboradora com formação em animação cultural[96].

> [Quando o Teatro reabriu] Fiquei eu, que na altura era Chefe de Divisão, a acumular a programação do Teatro. Algumas pessoas que trabalhavam na Cultura começaram também a realizar tarefas relacionadas com este equipamento, designadamente com a programação, produção executiva, manutenção etc. Ficámos com duas pessoas desse grupo anterior. Cada vez que era necessário, recorria-se a outras duas pessoas da Divisão para se cumprir a actividade do Teatro. Ao mesmo tempo contrataram-se mais dois técnicos: um para a área da animação cultural, que mais tarde veio a integrar os serviços educativos, e outro para a área técnica. Temos tido também, pontualmente, alguns estagiários que colaboram na animação cultural.
>
> Responsável pelo Teatro

As situações descritas no que concerne às qualificações e competências das equipas que integram os serviços educativos apresentam aspectos muito diferenciados. Resultam certamente das especificidades dos domínios culturais e artísticos onde se inserem, mas também de objectivos e estratégias distintas.

No caso do Museu, as actividades dos serviços educativos assumem uma importância muito expressiva no conjunto das actividades gerais do equipamento, adquirindo a mesma centralidade que as restantes dinâmicas. Esta centralidade está patente sobretudo nos objectivos e no entendimento da "missão" do espaço museológico, mas também no número e especializações dos colaboradores que compõem a equipa encarregue destas actividades e no modo de organização adoptado. Embora exista uma equipa específica encarregue

96 Tendo também realizado uma especialização em serviços educativos através de cursos promovidos pela Fundação Calouste Gulbenkian e pela SetePés.

da planificação, execução e avaliação das actividades dos serviços educativos, a definição da agenda de actividades do Museu é articulada e discutida entre os diferentes sectores que integram a orgânica do Museu.

> Nós não estamos sempre no espaço do Museu. Temos uma relação com o exterior. Aliás, nós achamos que tudo o que nasce, nasce do terreno. É do terreno que nasce toda a acção. É a ideia de que o Museu é um território e uma população, não são quatro paredes. É indo ao encontro dessa população, aprendendo a ler esse território, que o Museu cumpre a sua missão. Levantando problemas, identificando esses problemas, transformando esses problemas em motor de acção e de desenvolvimento local. Portanto, não é tanto um Museu de casas e coisas – como nós por vezes dizemos –, é sobretudo um Museu que se funda numa rede de confiança, numa rede de parcerias, de vontades, e é daí, desse edifício humano que nós achamos que se cumpre a função do Museu.
>
> Directora do Museu

É igualmente significativo o relevo atribuído pela Biblioteca às actividades de animação do livro e da leitura. A constituição de um núcleo específico, com colaboradores encarregues exclusivamente da dinamização das actividades de animação é paradigmático da sua importância na organização geral das actividades deste equipamento. Subjacente à expressão que assumem na orgânica está também a percepção da utilidade destas dinâmicas na sensibilização para o livro e para a leitura e na sua capacidade de atraírem públicos diferenciados. Note-se também, como factor da importância atribuída à função das actividades de animação, a preocupação com o desenvolvimento e aquisição de competências específicas dos colaboradores.

No caso do Teatro, embora as actividades pedagógicas/formativas tenham só recentemente sido formalizadas num serviço específico, já faziam parte da oferta cultural camarária. A requalificação e reabertura do Teatro, dotando o concelho de um espaço cultural vocacionado, permitiram expandir e diversificar a oferta cultural proporcionada pelos serviços camarários. É também na sequência da existência

de um espaço com condições apropriadas e do recrutamento de uma técnica com formação especializada em animação cultural, que surgem os serviços educativos deste equipamento, começando estes por promover actividades para as escolas locais.

Ao contrário dos museus e das bibliotecas, os teatros têm, em Portugal, uma menor tradição e experiência no que respeita à dinamização de serviços educativos. Este cenário é mais frequente para espaços tutelados pelas administrações locais onde, por vezes, concluídas as intervenções infraestruturais, não existe financiamento suficiente – ou sensibilidade política – para garantir a actividade cultural regular destes equipamentos. Só recentemente, e em alguns casos, se têm vindo a desenvolver acções e/ou a constituir núcleos específicos neste âmbito.

Nos três casos, os colaboradores que compõem as equipas dos serviços educativos ou têm formações específicas ou procuram adquirir competências especializadas para a dinamização das actividades pedagógicas – o que denota o crescente relevo que este campo de actividade profissional vem progressivamente adquirindo no panorama cultural português. A ausência de uma carreira profissional específica, tendo subjacente uma formação especializada, pode, em alguns casos, ser limitadora do desenvolvimento das actividades dos serviços educativos e da visibilidade e reconhecimento de uma "nova" área profissional. Noutros caso, porém, a composição de equipas multidisciplinares, com colaboradores com formação em diversos campos profissionais, poderá favorecer o desenvolvimento das actividades pedagógicas/formativas.

5.3. ACTIVIDADES

Assiste-se, tal como foi referido a propósito da análise dos resultados do Inquérito, a uma tendência para a diversificação do leque actividades propostas pelos serviços educativos. Uma das razões para esta tendência estará certamente relacionada com a preocupação em

alargar os frequentadores dos equipamentos culturais, quer alcançando segmentos da população habitualmente ausentes dos espaços culturais, quer procurando fidelizar públicos mais regulares. Nesse sentido são planificadas acções para públicos-alvo diferenciados, amplificando as tradicionais e sempre presentes actividades para as escolas que, em muitos casos, começaram por justificar a existência de serviços educativos.

Nos três casos considerados, a diversificação de actividades e públicos-alvo é também uma estratégia de alargamento de públicos, embora a população escolar assuma, em qualquer dos casos, um lugar destacado no referente ao número de participantes.

As actividades dos serviços educativos do Teatro são fundamentalmente dirigidas a escolas. Uma opção por parte da sua direcção que vê na diversificação e na regularidade da oferta cultural a melhor via para a captação e fidelização de públicos. O trabalho com as escolas serve fundamentalmente o propósito de sensibilização para as actividades e lugares da cultura e das artes. Este trabalho segue, porém, orientações específicas que resultam de uma relação de "parceria" que desenvolvem com as escolas do concelho.

> Procurámos reunir com as escolas para percebermos que tipo de interesses tinham e se podiam conjugar-se com os nossos interesses em termos de programação. Se eles têm interesse em determinadas matérias curriculares e se para nós também é interessante, então vamos fazer um espectáculo para estes públicos – públicos que chamo de "arregimentados". Desta forma não temos tanto esforço a programar um espectáculo para depois as escolas não terem interesse em vir. Além disso, em vez das escolas gastarem mais dinheiro na deslocação a Lisboa para ver alguns desses espectáculos, vêm aqui, gastando apenas o preço do bilhete.
>
> Responsável pelo Teatro

O protagonismo que ocupam as actividades dirigidas à população escolar, não elimina, no caso do Museu e da Biblioteca, a programação regular de actividades para outros públicos-alvo. No Museu, algumas das estratégias de captação de públicos é simultaneamente

um trabalho de investigação antropológica de valorização do próprio espólio etnográfico do Museu.

> (…) Temos um programa que é o "Olá Vizinhos". Muitos dos nossos vizinhos são aqueles que menos nos visitam. Pensam que conhecem muito bem o Museu, dizem que vão lá amanhã ou que vão lá depois, têm connosco uma relação muito simpática mas não vêm. Temos aqui nas redondezas uma diversidade de lojas, escritórios, agências de viagens, etc. e essa diversidade é realmente muito interessante. Então nós fizemos este programa, que é uma coisa muito simples: Fomos para a rua, fizemos recolha de imagens, um pequeno questionário e algumas entrevistas a casos que se justificavam porque se tratavam de personagens da história local e valia a pena pegar no gravador e ficar ali mais tempo (antigas operárias das fábricas, pescadores). Perguntávamos: – «Olhe, conhece o Museu?», «Ah, sim, sim», «Mas já lá foi?», «Não, por acaso nunca fui», «Então o que é que acha que lá está?», «Acho que deve ser muito bom. Deve estar isto, deve estar aquilo... Mas eu hei-de lá ir». Alguns também diziam: «Mas eu não tenho nada que fazer lá, eu não sei nada». Mas depois nós perguntávamos «Tem alguma coisa que ache que fosse útil para o Museu?», «Não, não tenho nada». Depois começavam-nos a contar a história da vida. O pai era pescador a mãe tinha trabalhado numa fábrica, e depois chegávamos ao fim e dizíamos: «Olhe, está a ver o que nos deu, deu-nos coisas muito importantes para o Museu. Isto agora vai ficar nesta gravação e depois mais tarde outras pessoas podem ouvir e é como se fosse um livro,», «Ah, está bem, disso conheço tudo!», «É isso que é fundamental, é do que o Museu precisa, é só disso. Não precisa de objectos ricos.» As pessoas têm essa ideia de raridade, de coisas ricas que estão dentro do Museu.
>
> Directora do Museu

Entre o leque de novas propostas dos serviços educativos do Museu e da Biblioteca, veja-se, em particular, as acções dirigidas a segmentos minoritários da população, entre as quais as comunidades de imigrantes. No caso da Biblioteca é dada particular atenção a cidadãos invisuais.

Percebemos que temos uma cidade multicultural mas não intercultural. A interculturalidade é qualquer coisa que tem de ser trabalhada, e trabalha-se proporcionando essa vivência. O Museu pode ser palco dessa interculturalidade. O Museu não é só mediador. Quando o Museu faz uma exposição sobre os pescadores, está a ter um discurso de mediação, porque é sempre um discurso "sobre", conta uma historia "a propósito de". Mas quisemos explorar esta ideia de que o Museu pode ele próprio ser um palco de auto-representação de culturas. Enfim, é uma coisa que estamos a tentar perceber e validar na experiência que temos, nomeadamente através das *Tardes Interculturais*. (…) Realizam-se mensalmente, são tardes temáticas (…), com temas da actualidade, às vezes propostos mesmo pela comunidade. Por exemplo, trabalhámos a questão de dar à luz longe de casa, a questão de nascer filho de imigrantes e a insegurança que as mulheres imigrantes têm, por uma questão de legislação, de ter os filhos fora da sua rede social de apoio, familiar, afectivo legal, fora do seu país. (…) [Referindo-se a quem participa nas sessões] Não se pode trabalhar com todos. Procura-se sobretudo perceber quem são os líderes das comunidades, com todo o risco que isso tem. Procuramos que estas *Tardes Interculturais* sejam uma abordagem da diversidade que os próprios grupos também retratam. Porque às vezes nós dizemos «São os russos», «São os moldavos», mas dentro dos russos ou dos moldavos existem variações de perspectivas, existem modos diferentes de pensar, diferentes maneiras de ver a cidade, diferentes maneiras de vivenciar esse caminho de inserção local. Procuramos captar também essa diversidade. Cada *Tarde Intercultural* tem uma metodologia base, tem um modelo, mas depois cada processo é único. É um trabalho que passa por contactar com essas diferentes pessoas, ver como é que eles gostariam de se ver representados no Museu. Não somos nós a dizer «Agora convidamos "não sei quem" para vir cá falar da sua história, da história do seu país, ou para vir cá falar sobre a arte». Pode eventualmente vir se as pessoas dessa comunidade o reconhecerem e acharem que é importante.

Directora do Museu

Este ano foi criado um fundo documental russo para a comunidade de imigrantes. Eles vêm, mas são muito discretos. Escolhem os livros mas querem essencialmente lê-los em Português. (…) Este ano vamos tentar tornar a biblioteca um espaço mais activo de encontro e inserção.

> Já temos os livros, mas também queremos oferecer o espaço da biblioteca para cursos de Português, ou mesmo para encontros das comunidades imigrantes.
>
> Directora da Biblioteca

> Desde o início, temos serviços e equipamentos para pessoas com deficiência – para invisuais. Estamos neste momento a terminar o projecto que tem decorrido ao longo do ano e brevemente vamos ter um invisual que vai estar connosco ao abrigo do voluntariado para nos ajudar a tratar os livros em *Braille*. Temos os livros mas não sabemos os títulos porque ninguém sabe ler *Braille*. Queremos oferecer este serviço e dar mais autonomia ao invisual para poder ir directamente à estante escolher. Também estamos a tentar, até ao final do ano, começar a fazer facturas da água em *Braille* para os invisuais do concelho. Claro que não sabemos quem são os invisuais. Vamos anunciar que temos este serviço e quem quiser pode contactar-nos.
>
> Directora da Biblioteca

A diversificação do leque de actividades dos serviços educativos é consonante com a informação resultante do Inquérito que apontava para a assunção de várias propostas diferentes no conjunto das acções promovidas pelos equipamentos. Nos casos descritos, acresce sobretudo uma importante função de coesão social nas comunidades onde promovem as suas actividades. As actividades com as escolas são centrais mas através delas são potenciadas as actividades vocacionadas para as famílias (programadas para o fim-de-semana), por exemplo, podendo estas ter sido estimuladas pelas visitas dos filhos em contexto escolar.

Realce-se também as estratégias de "saída" ou de ida ao "encontro dos públicos" que Museu e Biblioteca programam para a sensibilização/captação" de visitantes – actividades que transpõem o espaço físico dos equipamentos para irem ao encontro de potenciais públicos.

> Temos menos leitores no mês de Verão, portanto fomos para a praia. Já tínhamos feito isso uma vez nos jardins.
>
> Directora da Biblioteca

CONCLUSÃO

A problemática desenvolvida neste estudo corresponde à vertente da actividade cultural entendida por recepção cultural. Para ele convoca-se um dos principais desígnios definidores de política cultural, o da democratização do acesso à cultura, e a sua tradução mais operacional de captação e alargamento dos públicos frequentadores de equipamentos e eventos culturais.

Recuperam-se sinteticamente algumas das principais questões abordadas à luz da relação entre qualificação e cultura. A qualificação do sector cultural, isto é, dos equipamentos e das actividades culturais – no sentido do crescentemente reconhecido peso económico da cultura e da contribuição das actividades culturais para a inovação e competitividade – e a qualificação das populações, em termos do acesso aos bens culturais como meio de participação.

Estas diferentes dimensões de qualificação cultural têm um carácter central na definição de grandes orientações estratégicas de política cultural, conforme se procurou demonstrar ao longo dos capítulos precedentes. É desde logo patente, ao nível dos textos políticos e programáticos estudados (programas político-partidários, programas governamentais, diplomas e propostas legislativas, disposições de intervenção política), uma preocupação constante, ao longo das últimas três décadas com a qualificação da cultura através dos investimentos realizados na recuperação e criação de equipamentos culturais, assim como a qualificação pela cultura, através

de um acesso mais generalizado das populações às actividades culturais. Contudo, a repetição dessas referências também significa necessariamente o adiamento de soluções efectivas para alguns dos problemas existentes.

As tendências de desenvolvimento do sector cultural durante a última década têm acarretado importantes mudanças nestes planos. A principal dessas mudanças decorre do claro crescimento do sector cultural, ainda que esse crescimento seja oscilante em termos conjunturais e em diferentes subsectores. Conforme os indicadores que foram sendo avançados, tal crescimento refere-se quer ao valor económico da produção cultural; ao volume de emprego relativo às actividades culturais; como também, e de uma forma até mais acentuada, ao crescimento da frequência de equipamentos culturais. Um aumento associado, como se viu, a elevados níveis de formação, dado ser uma prática da população mais escolarizada, e explicado, entre outros factores, pelo progressivo alargamento da escolaridade avançada – o que em Portugal tem um significado particular, dado o atraso estrutural do país nesta matéria.

A tendência de crescimento do sector implica diversos aspectos correlativos. O aumento das oportunidades de trabalho vem sendo associado, por um lado, a uma maior flexibilidade – ou mesmo à precariedade – em termos dos vínculos e prestações de trabalho e, por outro, à emergência ou consolidação de novas funções e modos de organização do trabalho marcados pela polivalência e cumulatividade. Foi assinalada a tendência comum para a crescente relevância de funções de mediação cultural ou de suporte técnico – a título de exemplo, refiram-se as funções técnicas associadas a novos serviços da oferta cultural.

O pronunciado crescimento nos últimos anos de Serviços Educativos vocacionados para a captação e alargamento de públicos pode entender-se como um caso particular especialmente evidente dessa tendência geral, e que aponta um outro sentido de desenvolvimento da actividade das instituições culturais – o da especialização. No caso dos Serviços Educativos, a especialização da oferta parece constituir um meio de qualificação, na medida em que os técnicos que

desempenham estas tarefas tenderão a trazer consigo competências específicas.

Uma outra vertente de especialização nas actividades culturais que foi sendo assinalada diz respeito à externalização (*outsourcing*) de funções. Esta externalização assume contornos muito distintos consoante o subsector e o tipo de tarefas: a actividade desenvolvida pelos Serviços Educativos é por vezes contratada a micro empresas especializadas; o mesmo acontece, no domínio do património, com a actividade de restauro e conservação; a concepção e montagem de exposições; a consultoria respeitante a planos municipais de desenvolvimento estratégico da cultura; no domínio das indústrias culturais, como no caso da edição livreira, a externalização das diferentes fases de produção do livro; entre outros exemplos. De um modo geral, a conjugação de especialização e externalização de funções têm significado a emergência ou consolidação de nichos de mercado específicos.

A finalizar, destacam-se algumas tendências verificadas no sector cultural em particular com a criação dos serviços educativos. Avançam-se também algumas recomendações neste domínio.

a) Principais tendências de desenvolvimento do Serviços Educativos

- Aumento de equipamentos com acções educativas, reflexo de políticas públicas "empenhadas" na democratização da procura.
- Feminização e juvenilização das equipas encarregues das actividades educativas dos equipamentos.
- Tarefas desempenhadas fundamentalmente em regime de cumulatividade.
- Tendência para a possibilidade de serem serviços prestados sob a forma de *outsourcing*.
- Campo de actividade emergente potenciador de novas dinâmicas profissionais e empresariais, através da criação de mercados específicos.

- Diversidade na forma como estão definidas organicamente as actividades pedagógicas/formativas nos equipamentos culturais.
- Tendência para a diversificação de actividades propostas e para a multiplicação de públicos-alvo.
- Padronização das actividades realizadas (visitas guiadas, exposições, ateliês), assumindo um figurino semelhante independentemente do domínio artístico prevalecente.
- Nota para o predomínio claro e inequívoco de actividades vocacionadas para o universo escolar (alunos e professores) e correspondente volume de procura.

b) Recomendações

- Integração de profissionais com competências específicas nos serviços educativos dos equipamentos ou em equipas responsáveis pela dinamização de actividades pedagógicas/formativas.
- Adopção de políticas educativas transversais a qualquer domínio de actividade dos equipamentos culturais.
- Potenciar a actividade das redes existentes para a dinamização de actividades especificamente vocacionadas para serviços educativos.
- Fomento de ligações exteriores e integração em circuitos internacionais.
- Fomento de parcerias entre equipamentos, escolas e associações locais (ou outros agentes). Conjuntura favorável à articulação com o ME, dada as reflexões em torno da educação artística, actualmente a ser desenvolvidas.
- Melhoria qualitativa da relação com as escolas.

BIBLIOGRAFIA

AAVV (2000), *A Educação Artística e a Promoção das Artes, na perspectiva das Políticas Públicas*, Relatório do Grupo de contacto entre os Ministérios da Educação e da Cultura, Col. Educação Para o Futuro, Lisboa, Ministério da Educação.

AAVV (2001), *O Estado das Artes, As Artes e o Estado*, Actas do encontro realizado em Lisboa no CCB, Lisboa, Observatório das Actividades Culturais.

AAVV (2002), *Encontro Museus e Educação*, Actas do encontro de 10/11 de Setembro de 2001 no CCB, Lisboa, IPM.

AAVV (2004), Relatório do Grupo de Trabalho Ministério da Educação e Ministério da Cultura, (policopiado).

ALLOWAY, Lawrence (1996), "The great curatorial dim-out" em GREENBERG, Reesa, FERGUSON, Bruce W. e NAIME, Sandy (orgs.), *Thinking About Exhibitions*, Londres, Routledge, pp. 221-230.

BOURDIEU, Pierre (1979), *La Distinction – une critique social du jugement*, Paris, Les Éditions de Minuit.

BOURDIEU, Pierre (1979), *Les trois états du capital culturel*, Actes de la Recherche en Sciences Sociales nº 30.

CARICHAS, Paula, e DUARTE, Teresa (2006), *Formação de novos públicos em meio escolar – uma experiência piloto*, Lisboa, IA/MC.

CONDE, Idalina (coord.) (1992), "Percepção estética e públicos da cultura: perplexidade e redundância" em *Percepção Estética e Públicos da Cultura*, Acarte, Fundação Calouste Gulbenkian.

CONDE, Idalina (1995), *O(s) Público(s) de Serralves*, 2 vols., Fundação de Serralves/CIES (policopiado).

CONDE, Idalina (1997) "Cenários de práticas culturais em Portugal (1979-1995)", *Sociologia – Problemas e Práticas* nº 23, Lisboa, CIES, pp. 117-188.

COSTA, António Firmino da (1997), "Políticas Culturais: conceitos e perspectivas", *Boletim OBS* nº 2, Lisboa, Observatório das Actividades Culturais.

COSTA, António Firmino da (2004), "Dos públicos da cultura aos modos de relação com a cultura: Algumas questões teóricas e metodológicas para uma agenda de investigação" em AAVV, *Públicos da Cultura. Actas do encontro,* Lisboa, Observatório das Actividades Culturais.

DONNAT, Olivier (1994), Les Français Face à la Culture, Paris, Éditions La Découverte.

DONNAT, Olivier e OCTOBRE, Sylvie (dir.) (2001), *Les Publics des Équipements Culturels* – Méthodes et résultats d"ênquêtes, Paris, Ministère de la Culture et de la Communication/La Documentation Française.

DONNAT, Olivier (2003) "La question de la démocratisation dans la politique culturelle française", *Modern & Contemporary France* vol. 11, nº 1, pp. 9-20.

DONNAT, Olivier e TOLILA, Paul (dir.) (2003), *Le(s) public(s) de la culture*, Paris, Presses de Sciences PO.

FARIA, Margarida Lima de (2000), "Projecto: Museus e Educação", Instituto de Inovação Educacional (documento fotocopiado).

FERNANDES, António Teixeira (coord.) (2001), *Estudantes do Ensino Superior no Porto: Representações e Práticas Culturais*, Porto, Afrontamento.

FREITAS, Eduardo de, e SANTOS, Maria de Lourdes Lima dos (1992), *Hábitos de Leitura em Portugal*, Lisboa, Dom Quixote.

FREITAS, Eduardo de, e outros (1997), *Hábitos de Leitura: Um inquérito à População Portuguesa*, Lisboa, Dom Quixote.

GOMES, Rui Telmo, LOURENÇO, Vanda e NEVES, João Gaspar (2000), *Públicos do Festival de Almada*, OBS Pesquisas nº 8, Lisboa, Observatório das Actividades Culturais.

GOMES, Rui Telmo (2001), "Práticas culturais dos portugueses (I): actividades de lazer", *Folha OBS* nº 2, Lisboa, Observatório das Actividades Culturais.

GOMES, Rui Telmo (2001), "Públicos do Porto 2001: Entre a selectividade e a heterogeneidade", *OBS* nº 10, Lisboa, Observatório das Actividades Culturais.

GOMES, Rui Telmo (2004) "A distinção banalizada? Perfis Sociais dos Públicos da Cultura" em AAVV, *Públicos da Cultura. Actas do encontro*, Lisboa, Observatório das Actividades Culturais.

GOMES, Rui (coord.), LOURENÇO, Vanda e MARTINHO, Teresa Duarte (2006), *Entidades Culturais e Artísticas em Portugal*, Documentos de trabalho nº 8, Lisboa, Observatório das Actividades Culturais.

GOMES, Rui Telmo, MARTINHO, Teresa Duarte (2009), *Trabalho e Qualificação nas Actividades Culturais*, Lisboa, OBS Pesquisas, nº 14, Observatório das Actividades Culturais.

HEIN, George E. (2000), *Learning in the Museum*, Londres, Routledge.

HOOPER-GREENHILL, Eilean (org.) (1999), *The Educational Role of the Museum*, Londres, Routledge.

LOPES, João Miguel Teixeira (1996), "Alguns contributos para o (re)pensar da noção de recepção cultural", *Cadernos de Ciências Sociais* n.os 15/16, Porto.

LOPES, João Teixeira (2000), *A cidade e a cultura – um estudo sobre práticas culturais urbanas*, Porto, Edições Afrontamento.

LOPES, João Miguel Teixeira (2004), "Experiência estética e formação de públicos" em AAVV, *Públicos da Cultura. Actas do encontro,* Lisboa, Observatório das Actividades Culturais.

LOPES, João Miguel Teixeira (2005), "Reflexões sobre o Arbitrário Cultural e a violência simbólica. Os novos manuais de civilidade no campo cultural", *Sociologia Problemas e Práticas* nº 49, Lisboa, CIES.

LOURENÇO, Vanda (2000), *Impacto e Receptividade do Programa Cultura 2000 em Portugal*, Lisboa, Observatório das Actividades Culturais (PDF).

LOURENÇO, Vanda e DUARTE, Sara (2004), "*A formação para as artes: um encontro vertiginoso entre o artista e o seu público",* entrevista a Madalena Victorino – responsável pelo Centro de Pedagogia e Animação do CCB, *OBS* nº 13, Lisboa, Observatório das Actividades Culturais.

LOURENÇO, Vanda e GOMES, Rui Telmo (2005), *O Festival Estoril Jazz: construção de uma imagem de marca*, Lisboa, Observatório das Actividades Culturais.

MARQUES, Elisa (2001), "O silêncio não é de ouro", in *Jornal de Letras/Suplemento Educação*, 31 de Outubro, p. 9.

MARTINHO, Teresa Duarte e GOMES, Rui Telmo (2005), *O Centro Cultural de Cascais. Estudo de um Equipamento Municipal*, Lisboa, Observatório das Actividades Culturais.

MARTINHO, Teresa Duarte (2007), "A dimensão educativa dos museus e centros de arte", *OBS* nº 15, Lisboa, Observatório das Actividades Culturais, pp. 73-83.

MARTINHO, Teresa Duarte (2007), *Apresentar a arte. Estudo sobre monitores de visitas a exposições*, Docs nº 9, Lisboa, Observatório das Actividades Culturais.

MATARASSO, François (2003[1997]), Use *or Ornament? The Social Impact of Participation in the Arts*, Stroud, Comedia.

NEVES, José Soares (2001), "Práticas culturais dos portugueses (2): espectáculos ao vivo", *Folha OBS* nº 3, Lisboa, Observatório das Actividades Culturais.

NEVES, José Soares (2005), *Despesas dos Municípios com Cultura*, Lisboa, Observatório das Actividades Culturais (policopiado).

PAIS, José Machado (coord.) (1994), *Práticas Culturais dos Lisboetas*, Col. Estudos e Investigações, nº 1, Lisboa, ICS-UL.

PINTO, José Madureira (1994), "Uma reflexão sobre políticas culturais", em AAVV, *Dinâmicas Culturais Cidadania e Desenvolvimento Local*, actas do encontro de Vila do Conde, Lisboa, APS.

SANTOS, Helena (2004) "Labirintos: alguns contextos actuais dos públicos da cultura com ilustração portuguesa" em *Públicos da Cultura*, Actas do encontro, Lisboa, Observatório das Actividades Culturais.

SANTOS, Maria de Lourdes Lima dos (coord.) (1998), *As políticas culturais em Portugal*, OBS Pesquisas nº 3, Lisboa, Observatório das Actividades Culturais.

SANTOS, Maria de Lourdes Lima dos, e NUNES, João Sedas (coords.) (2001), *Públicos do Teatro S. João*, OBS Pesquisas nº 10, Lisboa, Observatório das Actividades Culturais.

SANTOS, Maria de Lourdes Lima dos (coord.), GOMES, Rui Telmo, NEVES, José Soares e outros (2002), *Públicos do Porto 2001*, OBS Pesquisas nº 11, Lisboa, Observatório das Actividades Culturais.

SANTOS, Maria de Lourdes Lima dos (coord.) (2004) *Políticas Culturais e Descentralização: Impactos do Programa Difusão das Artes do Espectáculo*, OBS Pesquisas nº 12, Lisboa, Observatório das Actividades Culturais.

SANTOS, Maria de Lourdes Lima dos (coord.) e outros (2005), *O Panorama Museológico em Portugal (2000-2003)*, Lisboa, Observatório das Actividades Culturais/Instituto Português de Museus.

SANTOS, Maria de Lourdes Lima dos (coord.), GOMES, Rui (coord. exec.) e outros (2005) *Contribuições Para A Formulação de Políticas Públicas No*

Horizonte 2013 Relativas ao Tema 'Cultura, Identidades e Património', Lisboa, Observatório das Actividades Culturais.

SOUSA, Alberto B. (2003), *Educação pela Arte e Arte na Educação*, col. Horizontes Pedagógicos, vol. 1, Lisboa, Instituto Piaget.

SILVA, Augusto Santos (1995), "Políticas culturais municipais e animação do espaço urbano. Uma análise de seis cidades portuguesas" em Cultura e Economia, Estudos e Investigações, nº 4, Lisboa, ICS.

SILVA, Augusto Santos (2001), "A dinâmica cultural das cidades médias: uma sondagem do lado da oferta", em FORTUNA, Carlos e SILVA, Augusto Santos (orgs.), *Projecto e Circunstância*, Porto, Afrontamento.

SILVA, Augusto Santos, LUVUMBA, Felícia e BANDEIRA, Graça (2001), "A arte de ser culto: A formação e as práticas dos consumidores regulares" em FORTUNA, Carlos e SILVA, Augusto Santos (orgs.), *Projecto e Circunstância*, Porto, Afrontamento.

SILVA, Augusto Santos (2004), "As Redes Culturais: balanços e perspectivas da experiência portuguesa" em AAVV, *Públicos da Cultura. Actas do Encontro*, Lisboa, Observatório das Actividades Culturais.

YRJO-KOSKINEN, Tuula (2000), MOSAIC – *Arts Organizations and their Education Programmes: responding to a need for change*, Relatório do Conselho da Europa (policopiado).

OUTROS DOCUMENTOS CONSULTADOS

Programas dos Governos Constitucionais de Portugal (1976-2005).

Programas eleitorais do PS, PSD, CDS-PP, PCP e BE (1995, 1999, 2002 e 2005).

DIPLOMAS LEGISLATIVOS

Despacho nº 379/80 (….) – A Escola de Educação pela Arte é suspensa.

Lei nº 46/86, de 14 de Outubro – Lei de Bases do Sistema Educativo.

Decreto-Lei nº 111/87 de 11 de Março – Institui a Rede de Leitura Pública.

Despacho conjunto nº 7/96 – É constituído o primeiro grupo de trabalho entre o Ministério da Educação e da Cultura dirigido por Maria Emília Brederode dos Santos.

Decreto-Lei nº 42/96, de 7 de Maio – Lei Orgânica do Ministério da Cultura.

Decreto-Lei nº 60/97, de 20 de Março – Aprova a orgânica do Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo, definindo o Programa de Apoio à Rede de Arquivos Municipais.

Despacho conjunto nº 296/97, de 19 de Agosto – Cria o Grupo de Contacto com representantes dos Ministérios da Educação e Cultura.

Despacho conjunto nº 154/98, de 30 de Janeiro – Define a composição do Grupo de Contacto com representantes dos Ministérios da Educação e Cultura.

Despacho conjunto nº 889/98, de 17 de Outubro – Corrige o Despacho conjunto nº 154/98, de 30 de Janeiro relativo à composição do Grupo de Contacto com representantes dos Ministérios da Educação e Cultura.

Despacho Normativo nº 28/2001, de 7 de Junho – Regulamento de Apoio à Qualificação de Museus.

Decreto-Lei nº 181/2003, de 16 de Agosto – Define a lei orgânica do Instituto das Artes.

Decreto-Lei nº 272/2003, de 29 de Outubro – Estabelece o sistema de apoios financeiros do Estado às actividades profissionais nos domínios das artes do espectáculo e da arte contemporânea.

Despacho conjunto nº 1062/2003, de 27 de Novembro – Cria um grupo de trabalho com o propósito de estudar e propor medidas efectivas de articulação entre o Ministério da Educação e o Ministério da Cultura, no que concerne a formação e sensibilização de professores e alunos para o património cultural português.

Lei nº 47/2004, de 9 de Agosto – Define a Lei Quadro de Museus Portugueses.

Resolução do Conselho de Ministros nº 117/2005 de 21 de Julho – Cria a estrutura de missão «Rede portuguesa de museus», na dependência directa do Instituto Português de Museus.

Despacho conjunto nº 834/2005, de 4 de Novembro – Aprova o Programa de Promoção de Projectos Educativos na Área da Cultura.

Despacho conjunto nº 1053/2005, de 7 de Dezembro – Permite a afectação de docentes sem actividade lectiva ao Ministério da Cultura.

Decreto-Lei nº 224/2005, de 27 de Dezembro – Alteração do DL nº 272/2003 e do DL nº 181/2003 – Estabelece o sistema de apoios financeiros do Estado

às actividades profissionais nos domínios das artes do espectáculo e da arte contemporânea.

Resolução do Conselho de Ministros nº 86/2006, de 12 de Julho – Aprova o Plano Nacional de Leitura e cria a respectiva comissão.

Decreto-Lei nº 215/2006, de 27 de Outubro – Lei orgânica do Ministério da Cultura.

Decreto-Lei nº 225/2006, de 13 de Novembro – Define o quadro normativo regulador dos apoios no âmbito do Instituto das Artes.

Despacho nº 23572/2006, de 20 de Novembro – Cria a comissão organizadora da Conferência Nacional de Educação Artística.

Portaria nº 105-A/2007 de 22 de Janeiro – Aprova o Regulamento do Programa Território Artes.

FONTES ESTATÍSTICAS

AAVV (2001), *Inquérito à Ocupação do Tempo*, 1999, Lisboa, INE.

INE (1990-2005), *Estatísticas da Cultura Desporto e Recreio.*

INE (2001), *Censos*.

SITES CONSULTADOS

IPLB – Instituto Português do Livro e das Bibliotecas (http: //www.iplb.pt).

RBE – Rede de Bibliotecas Escolares (http: //www.rbe.min-edu.pt).

ANEXOS

ANEXO A

Composição dos Governos e do Ministério da Cultura (1995-2005)

Governos Constitucionais	Partido Político	Primeiro Ministro	Ministério da tutela	Ministro da Cultura	Secretários e sub-secretários de Estado
XIII (1995-1999)	Partido Socialista	António Guterres	Ministério da Cultura	Manuel Maria Carrilho (1995-1998) José Sasportes (1998-1999)	Rui Vieira Nery (1995/1997) Catarina Vaz Pinto (1997/1999)
XIV (1999-2002)	Partido Socialista	António Guterres	Ministério da Cultura	Augusto Santos Silva	José Manuel Conde Rodrigues
XV (2002-2004)	Partido Social Democrata e Partido Popular	Durão Barroso	Ministério da Cultura	Pedro Roseta	José Amaral Lopes
XVI (2004-2005)	Partido Social Democrata e Partido popular	Pedro Santana Lopes	Ministério da Cultura	Maria João Bustorff	José Amaral Lopes e Teresa Caeiro
XVII (2005-…)	Partido Socialista	José Sócrates	Ministério da Cultura	Isabel Pires de Lima	Mário Vieira de Carvalho
XVII (2005-…)	Partido Socialista	José Sócrates	Ministério da Cultura	José António Pinto Ribeiro	Maria Paula dos Santos

Orgânica do Ministério da Cultura entre 1995-2005

Lei orgânica do MC (Decreto-Lei 42/96, de 7 de Maio)

Organismos	Data de constituição	Estatuto	Organismos precedentes	
Conselho Nacional de Cultura	1996	Órgão de apoio/consulta do Ministro da Cultura	Integra a orgânica em 1996	
Conselho Superior de Bibliotecas	1996	Órgão de apoio/consulta do Ministro da Cultura	Integra a orgânica em 1996	
Conselho Superior de Arquivos	1996	Órgão de apoio/consulta do Ministro da Cultura	Integra a orgânica em 1996	
Conselho Nacional do Direito de Autor	1996	Órgão de apoio/consulta do Ministro da cultura	Integra a orgânica em 1996	
Comissão de classificação dos espectáculos	1996	Órgão de apoio/consulta do Ministro da cultura	Integra a orgânica em 1996	
Secretaria-Geral	1996	Serviço dependente do MC	Direcção-geral dos serviços de gestão e organização	
Gabinete de relações internacionais	1996	Serviço dependente do MC	Gabinete das Relações Culturais Internacionais	
Inspecção-geral das actividades culturais	1996	Serviço dependente do MC	Direcção Geral dos Espectáculos	
Gabinete do direito de autor	1996	Serviço dependente do MC		
Delegações regionais (Norte; Centro; Alentejo; Algarve)	1980	Serviço dependente do MC	–	
IPPAR Instituto Português do Património Arquitectónico	1996	Tutelado pelo MC (organismos com autonomia administrativa)	Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico (Decreto-Lei 106-F/92, de 1 de Junho)	
IPA Instituto Português de Arqueologia	1996	Tutelado pelo MC (organismos com autonomia administrativa)	Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico (Decreto-Lei 106-F/92, de 1 de Junho)	

	Legislação	Alterações relevantes
	Decreto-Lei 149/96 de 29 de Agosto	–
	Decreto-Lei 42/96 de 7 de Maio	–
	Decreto-Lei 42/96 de 7 de Maio	–
	Decreto-Lei nº 57/97 de 18 de Março	–
	Decreto-Lei 42/96 de 7 de Maio	–
	Decreto-Lei nº 59/97 de 19 de Março	–
	Decreto-Lei nº 58/97 de 19 de Março	–
	Decreto-Lei nº 80/97 de 8 de Abril	–
	Decreto-Lei nº 57/97 de 18 de Março	–
	Decreto Regulamentar nº 18/80 de 23 de Maio; Decreto Regulamentar nº 12/92 de 1 de Junho; Decreto Regulamentar nº 3/94 de 9 de Fevereiro	É criada, em 1992, através do Decreto Regulamentar 12/92 de 1 de Junho, a Delegação Regional de Cultura de Lisboa. Essa Delegação viria a ser extinta 2 anos mais tarde, pelo Decreto Regulamentar 3/94 de 9 de Fevereiro.
	Decreto-Lei nº 120/97 de 16 de Maio	A partir de 1994 o IPPAR passou a incorporar a função de restauro de bens móveis integrados em bens imóveis, pelo Decreto-Lei nº 316/94 de 24 de Dezembro. Posteriormente, algumas das suas funções foram absorvidas pelo IPA (Decreto-Lei nº 117/97).
	Decreto-Lei nº 117/97 de 14 de Maio	Absorveu as competências, de vertente arqueológica, anteriormente atribuídas ao IPPAR.

Organismos	Data de constituição	Estatuto	Organismos precedentes	
IPM Instituto Português de Museus	1991	Tutelado pelo MC (organismos com autonomia administrativa)	Instituto Português do Património Cultural (Lei nº 13/85 de 6 de Julho – Lei de Bases do Património)	
IAC Instituto de Arte Contemporânea	1996	Tutelado pelo MC (organismos com autonomia administrativa)	–	
IPAE Instituto Português de Artes do Espectáculo	1996	Tutelado pelo MC (organismos com autonomia administrativa)	Instituto das Artes Cénicas.	
Biblioteca Nacional	1996		Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro	
IPLB Instituto Português do Livro e das Bibliotecas	1996	Tutelado pelo MC (organismo com autonomia administrativa)	(1980) Instituto Português do Livro – no âmbito da SEC (1987) Instituto Português do Livro e da Leitura (IPLL) – no âmbito da SEC (1992) Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro	
CPF Centro Português de Fotografia	1996	Tutelado pelo MC (organismo com autonomia administrativa)	–	

	Legislação	Alterações relevantes
	Decreto-Lei 278/91 de 9 de Agosto; Decreto-Lei nº 161/97 de 26 de Junho; Decreto-Lei nº 398/99; (…)	Organismo criado em 1991, manteve-se em 1996 com a criação do MC. Com a sua criação é extinto o Departamento de Museus, Património Móvel e Material do Instituto Português do Património Cultural.
	Decreto-Lei nº 103/97 de 28 de Abril	Em 2003, no XV Governo Constitucional, este instituto é extinto e criado o IA que integra o Instituto da Arte Contemporânea e o Instituto Português das Artes do Espectáculo (IPAE). É neste Governo que é pela primeira vez regulamentada a intervenção do Estado no que respeita ao apoio às artes e à cultura.
	Funciona em Comissão Instaladora, pelo Despacho nº 23-A/96 de 11 de Abril; Decreto-Lei nº 42/96 de 7 de Maio	Em 2003, no XV Governo Constitucional, este instituto é extinto e criado o IA que integra o anterior Instituto da Arte Contemporânea e o Instituto Português das Artes do Espectáculo (IPAE). É neste Governo que é pela primeira vez regulamentada a intervenção do Estado no que respeita ao apoio às artes e à cultura.
	(…) Decreto-Lei nº 89/97 de 19 de Abril	Em1992 a Biblioteca Nacional, em função do Decreto-Lei 106-E/92, é fundida com o Instituto Português do Livro e da Leitura, originando o Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro. Ao abrigo do Decreto-Lei nº 89/97 – que faz cumprir a nova orgânica do MC (DL 42/96) – a Biblioteca Nacional recupera a sua tradicional autonomia.
	Decreto-Lei nº 90/97 de 19 de Abril	–
	Decreto-Lei nº 160/97 de 25 de Junho	–

Organismos	Data de constituição	Estatuto	Organismos precedentes	
Cinemateca Portuguesa-Museu do Cinema	1980	Tutelado pelo MC (organismo com autonomia administrativa)	–	
IAN/TT	1996		(1988) Instituto Português de Arquivos (1992) Arquivos Nacionais/Torre do Tombo	
IPACA Instituto Português da Arte Cinematográfica e Audiovisual	1994	Tutelada pelo Conselho de Ministros em 1994	–	
Companhia Nacional de Bailado	1982	Tutelada pelo MC (organismo com autonomia administrativa e financeira)	Instituto Português do Bailado e da Dança	
Orquestra Nacional do Porto	1996	Tutelado pelo MC (organismos com autonomia administrativa e financeira)	(1993) OCP Orquestra Clássica do Porto, no âmbito da SEC	
TNDM II Teatro Nacional D. Maria II	1996	Tutelado pelo MC (organismos com autonomia administrativa e financeira)	–	

	Legislação	Alterações relevantes
	Decreto-Lei nº 59/80 de 3 de Abril; Decreto-Lei nº 165/97 de 28 de Junho	Organismo criado em 1980, pelo Decreto-Lei nº 59/80 de 3 de Abril. Em 1996 este organismo manteve-se, integrando a orgânica do MC
	Decreto-Lei nº 152/88 de 29 de Abril; Decreto-Lei n.º 106-G/92 de 1 de Junho; Decreto-Lei n.º 60/97 de 20 de Março	Até 1988 o IPA (Instituto Português de Arquivos) não integrava o Arquivo Nacional da Torre do Tombo; a integração da Torre do Tombo no IPA ocorreu em 1992, passando então a designar-se IAN/TT por via do Decreto-Lei n.º 106-G/92 de 1 de Junho.
	Decreto-Lei nº 25/94 de 1 de Fevereiro	Em 1996 este Instituto foi mantido, integrando a orgânica do MC. Altera-se para Instituto do Cinema, Audiovisual e Multimédia (ICAM) em 1998. Decreto-Lei 408/98 de 21 de Dezembro. Pessoa colectiva de Direito Público dotado de autonomia administrativa e financeira.
	Decreto-Lei nº 460/82 de 26 de Novembro; Decreto-Lei nº 245/97 de 18 de Setembro	A CNB foi criada em 1977 e institucionalizada em 1982 (Decreto-Lei nº 460/82 de 26 de Novembro). Em 1985 a Companhia foi incorporada no TNSC, E.P. (Decreto-Lei nº 272/85 de 16 de Julho), voltando a recuperar a sua autonomia com a extinção do TNSC, E.P., em 1992. Em 1993 foi criado um novo organismo, o Instituto Português do Bailado e da Dança, que absorveu a CNB. Em 1996 a Companhia é integrada na orgânica do MC, enquanto pessoa colectiva de direito público.
	Decreto-Lei nº 243/97 de 18 de Setembro	–
	Decreto-Lei nº 507/77 de 14 de Dezembro Decreto-Lei nº 7/94 de 12 de Janeiro Decreto-Lei nº 244/97 de 18 de Setembro	Em 1994 este organismo foi absorvido pelo Instituto das Artes Cénicas (IAC), por via do Decreto-Lei n.º 7/94, de 12 de Janeiro (o qual institui a criação do IAC e determina que será este organismo o responsável pela gestão do TNDM e TNSJ). A partir de 1997 (Decreto-Lei nº 244/97 de 18 de Setembro) o TNDM passa a ser tutelado pelo MC e dotado de autonomia administrativa e financeira). Em 2004 o TNDM II foi transformado em sociedade anónima de capitais públicos, passando a denominar-se TNDM II, S.A. – gerido por administração própria e sujeito à superintendência e tutela dos Ministros das Finanças e da Cultura.

Organismos	Data de constituição	Estatuto	Organismos precedentes	
TNSJ Teatro Nacional S. João	1996	Tutelado pelo MC (organismos com autonomia administrativa e financeira)	Teatro de São João	
TNSC Teatro Nacional S. Carlos	1998	Tutelado pelo MC (organismos com autonomia administrativa e financeira)	TNSC E.P., no âmbito da SEC Sucede à Fundação de S. Carlos	
Fundo de Fomento Cultural	1973	Tutelado pelo MC (organismos com autonomia administrativa e financeira)	–	
Academia Portuguesa da História	1984	Instituição científica de utilidade pública, dotada de personalidade jurídica e de autonomia administrativa.	–	
Academia Nacional de Belas Artes	1978	Instituição de utilidade pública, dotada de personalidade jurídica.	–	
Academia Internacional de Cultura Portuguesa	1965	Instituição de índole cultural, de utilidade pública, dotada de personalidade jurídica e de autonomia administrativa.	–	
IPCR Instituto Português de Conservação e Restauro	2000	–	Instituto José Figueiredo	
IA (Instituto das Artes)	2003	–	IPAE e o IAC	

	Legislação	Alterações relevantes
	Decreto-Lei nº 242/97 de 18 de Setembro	–
	Decreto-Lei nº 259/80 de 5 de Agosto; Decreto-Lei n° 75/93 de 10 de Março; Decreto-Lei nº 88/98 de 3 de Abril	Em 1980 o TNSC é transformado em Empresa Pública (Decreto-Lei nº 259/80 de 5 Agosto), a qual seria extinta em 1992 (Decreto-Lei nº 195-A/92, de 8 de Setembro), para dar lugar à Fundação de S. Carlos (Decreto-Lei n° 75/93 de 10 de Março).
	Decreto-Lei 582/73 de 5 de Novembro; Decreto-Lei 102/80 de 9 de Maio; Decreto-Lei 114/87 de 13 de Março	Manteve-se
	Decreto-Lei nº 357/84 de 31 de Outubro; Decreto-Lei nº 170/95 de 18 de Julho	Manteve-se em 1996 integrando a orgânica do MC
	Portaria nº 80/78 de 10 de Fevereiro	Manteve-se em 1996 integrando a orgânica do MC
	Decreto nº 46180 de 6 de Fevereiro de 1965; Decreto Regulamentar nº 17/86 de 6 de Maio	Manteve-se em 1996 integrando a orgânica do MC
	Decreto-Lei nº 398/99	Anteriormente integrado na orgânica do IPM, em 1998 é desanexado.
	Decreto-Lei nº 181/2003 de 16 de Agosto	–

Lei Orgânica do MC

Decreto-Lei 215/2006 de 27 de Outubro

Orgânica MC 2006	Estatuto	Legislação	Organismos precedentes	
Conselho Nacional de Cultura	Órgão consultivo	Decreto Regulamentar nº 35/2007 de 29 de Março;	Conselho Nacional de Cultura	
			Conselho Superior de Bibliotecas	
			Conselho Superior de Arquivos	
			Conselho Nacional do Direito de Autor	
Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais (GPEARI)	Administração directa	Decreto Regulamentar nº 33/2007 de29 de Março; Portaria nº 367/2007 de 30 de Março;	Alguns serviços da Secretaria-Geral	
			Gabinete de Relações Internacionais	
			Gabinete do Direito de Autor	
Secretaria-Geral	Administração directa	Decreto-Lei nº 89/2007 de 29 de Março; Portaria nº 368/2007 de 30 de Março	Secretaria-Geral	
Direcções Regionais de Cultura	Administração directa	Decreto Regulamentar nº 35/2007 de 29 de Março; Portaria 373/2007 de 30 de Março	Delegações Regionais de Cultura	
Inspecção-geral das Actividades Culturais	Administração directa		Inspecção-geral das Actividades Culturais	

	Competências	Observações
	Emitir pareceres e recomendações sobre questões relativas à realização dos objectivos de política cultural e propor medidas que julgue necessárias ao seu desenvolvimento, por solicitação do ministro respectivo ou dos serviços e organismos do MC.	
	Garantir o apoio técnico à formulação de políticas, ao planeamento estratégico e operacional e às relações internacionais, assegurar uma adequada articulação com a programação financeira, bem como proceder ao acompanhamento e avaliação global de resultados obtidos.	
	Apreciar a legalidade e regularidade dos actos praticados pelos serviços e organismos do MC, ou sujeitos à tutela do respectivo ministro, avaliar a sua gestão e os seus resultados, através do controlo de auditoria técnica, de desempenho e financeira, assegurar a promoção da defesa e protecção da propriedade intelectual, a fiscalização dos recintos e dos espectáculos de natureza artística, a fiscalização do cumprimento dos direitos de autor e direitos conexos, bem como o contencioso relativo à sua missão.	
	Gerar condições de acesso aos bens culturais, o acompanhamento das actividades e a fiscalização das estruturas de produção artística financiadas pelo MC, o acompanhamento das acções relativas à salvaguarda, valorização e divulgação do património arquitectónico e arqueológico, e ainda o apoio a museus (na sua área de actuação geográfica).	Inclui Direcção Regional de Lisboa e Vale do Tejo.
	Apreciar a legalidade e regularidade dos actos praticados pelos serviços e organismos do MC, ou sujeitos à tutela do respectivo ministro, avaliar a sua gestão e os seus resultados, através do controlo de auditoria técnica, de desempenho e financeira, assegurar a promoção da defesa e protecção da propriedade intelectual, a fiscalização dos recintos e dos espectáculos de natureza artística, e do cumprimento dos direitos de autor.	

Orgânica MC 2006	Estatuto	Legislação	Organismos precedentes	
Biblioteca Nacional de Portugal	Administração directa	Decreto-Lei nº 90/2007 de 29 de Março; Portaria nº 369/2007 de 30 de Março	Biblioteca Nacional	
Direcção-geral do Livro e da Bibliotecas	Administração directa	Decreto-Lei nº 92/2007 de 29 de Março; Portaria nº 371/2007 de 30 de Março	IPLB	
Direcção–geral das Artes	Administração directa	Decreto-Lei nº 91/2007 de 29 de Março; Portaria nº 370/2007 de 30 de Março	IA	
Direcção-geral de Arquivos	Administração directa	Decreto-Lei nº 93/2007 de 29 de Março; Portaria nº 372/2007 de 30 de Março	IAN/TT	
			CPF	
Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico (IGESPAR) I.P.	Administração indirecta	Decreto-Lei nº 96/2007 de 29 de Março; Portaria nº 376/2007 de 30 de Março	IPPAR IPA	
Instituto dos Museus e da Conservação I.P.	Administração indirecta	Decreto-Lei nº 97/2007 de 29 de Março; Portaria nº 377/2007 de 30 de Março	IPM	
			IPCR	
			Estrutura de missão da Rede Portuguesa de Museus	

	Competências	Observações
	Proceder à recolha, tratamento e conservação do património documental português, em língua portuguesa e sobre Portugal, nos vários tipos de suporte em que este se apresente, bem como assegurar o seu estudo, divulgação e as condições para a sua fruição e garantir a classificação e inventariação do património bibliográfico nacional.	
	Assegurar a coordenação e execução de uma política integrada do livro não escolar, das bibliotecas e da leitura, promover a leitura, em articulação com os sectores público e privado, implantar programas e projectos que contribuam para a consolidação de uma economia sustentada do sector do livro, executar a difusão dos autores portugueses no estrangeiro, entre outras.	
	Garantir a coordenação e execução das políticas de apoio às artes, dinamizando parcerias institucionais e promovendo políticas adequadas a garantir a universalidade na sua fruição, bem como a liberdade e a qualificação da criação artística.	
	Estruturar, promover e acompanhar de forma dinâmica e sistemática a intervenção do Estado o âmbito da política arquivística, administrar as medidas adequadas à concretização da política e do regime de protecção e valorização do património cultural, promover a salvaguarda, valorização, divulgação, acesso e fruição do património arquivístico e garantir os direitos do Estado e dos cidadãos nele consubstanciados, a sua utilização como recurso da actividade administrativa e fundamento da memória colectiva e individual.	As atribuições relativas ao apoio e à difusão da fotografia são integradas na Direcção-Geral das Artes.
	Gerir, salvaguardar, conservar e valorizar os bens que, pelo seu interesse histórico, artístico, paisagístico, científico, social e técnico, integrem o património cultural arquitectónico e arqueológico classificado do País.	
	Desenvolver e executar a política museológica nacional, designadamente através do estudo, salvaguarda e divulgação de colecções, da valorização e protecção do património móvel e imaterial, da qualificação dos museus portugueses, da gestão das instituições museológicas tuteladas pelo MC, do reforço da Rede Portuguesa de Museus, bem como desenvolver e executar a política de defesa, estudo e valorização do património imaterial e realizar a política de salvaguarda, investigação e conservação dos bens culturais móveis integrados na propriedade do Estado, de outras entidades e de particulares.	

Orgânica MC 2006	Estatuto	Legislação	Organismos precedentes	
Cinemateca Portuguesa-Museu do Cinema I.P.	Administração indirecta	Decreto-Lei nº 94/2007 de 29 de Março; Portaria nº 374/2007 de 30 de Março	Cinemateca Portuguesa-Museu do Cinema	
Instituto do cinema e do audiovisual, I.P.	Administração indirecta	Decreto-Lei nº 95/2007 de 29 de Março; Portaria nº 375/2007 de 30 de Março	ICAM	
Organismos de Produção Artística (OPART) E.P.E (Entidade Pública Empresarial)	Administração indirecta		Companhia Nacional de Bailado	
			Teatro Nacional São Carlos (TNSC)	
Teatro Nacional S. João E.P.E (Entidade Pública Empresarial)	–	–	TNSJ	
Teatro Nacional D. Maria II, E.P.E (Entidade Pública Empresarial)	–	–	TNDM II, S.A	

Notas: A Orquestra Nacional do Porto é extinta, sem qualquer transferência de atribuições.

	Competências	Observações
	Recolher, proteger, preservar, restaurar e divulgar o património relacionado com as imagens em movimento, promovendo o conhecimento da história do cinema e o desenvolvimento da cultura cinematográfica e audiovisual.	
	Fomentar e desenvolver as actividades cinematográficas e audiovisuais, contribuindo para a diversidade cultural e a qualidade nestes domínios, para uma circulação nacional e internacional alargada das obras e para a vitalidade das referidas actividades enquanto indústrias culturais.	As atribuições na área do multimédia são transferidas para a Direcção-geral das Artes
	–	
	Promover junto do público o conhecimento do teatro e dos valores culturais transmitidos por este, no que se refere tanto ao património histórico-teatral como à criação teatral contemporânea, desenvolver a representação dos grandes repertórios dramatúrgicos, produzindo, co-produzindo e acolhendo espectáculos portugueses e internacionais em moldes que possam constituir uma referência profissional nacional, defender e difundir a cultura teatral portuguesa, quer pela produção regular das obras mais relevantes dos seus vários períodos históricos, quer pela apresentação de novos originais portugueses, entre outras.	
	–	

ANEXO B

Rácio de envelhecimento (Idosos/Jovens), por intervalos, no concelho, por NUTS II

(*percentagem em linha*)

[QUADRO Nº 1]

NUTS II	População muito jovem	População jovem	População equilibrada	População envelhecida	População muito envelhecida	*Total*
Norte	61,9	26,2	2,4	9,5	0,0	84
Centro	17,8	69,9	2,7	4,1	5,5	73
Lisboa	39,2	5,4	55,4	0,0	0,0	74
Alentejo	11,1	51,9	11,1	25,9	0,0	27
Algarve	28,6	64,3	7,1	0,0	0,0	14
R. A. Madeira	83,3	16,7	0,0	0,0	0,0	6
R. A. Açores	50,0	50,0	0,0	0,0	0,0	4
Total	*38,3*	*36,5*	*17,4*	*6,4*	*1,4*	*282*

Nota: Rácios calculados com base nos Censos de 2001.

Equipamentos com oferta de actividades pedagógicas/formativas por NUTS II e áreas metropolitanas

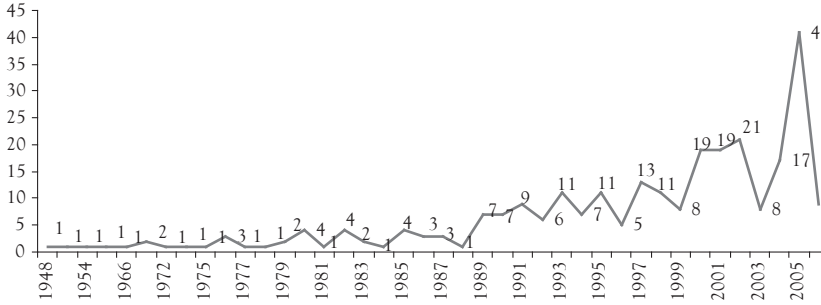
[QUADRO Nº 2]

NUT II	Número	%
Área Metropolitana de Lisboa	74	26,2
Área Metropolitana do Porto	23	8,2
Norte, excepto AMP	61	21,6
Centro	73	25,9
Alentejo	27	9,6
Algarve	14	5,0
R. A. Madeira	6	2,1
R. A. Açores	4	1,4
Total	*282*	*100,0*

Data de constituição dos serviços pedagógicos/formativos dos equipamentos culturais, por ano

(*números absolutos*)

[GRÁFICO Nº 1]



Observatório das Actividades Culturais

Democratização Cultural e Formação de Públicos

A participação cultural tem ganho crescente notoriedade nas últimas duas décadas. As políticas públicas e as práticas de agentes do sector cultural e artístico reflectem preocupações com a qualificação de populações e territórios, assistindo-se a uma de mudança de paradigma. ¶ É em torno do tema da participação cultural que se centra o presente estudo, privilegiando a problemática da democratização cultural e da formação de públicos. São abordadas as várias formulações do conceito de "democratização cultural" e a sua tradução em quadros normativos e medidas de política cultural, bem como um retrato estatístico da evolução da procura cultural em Portugal. Como principal componente empírica deste estudo é apresentado um inquérito às actividades pedagógicas e formativas dos equipamentos culturais. A sua extensão e carácter inédito permitem uma caracterização exaustiva e detalhada de uma função das instituições culturais que tem assumido recentemente grande relevância, embora ainda pouco descrita em estudos específicos.